

Formas do conflito armado no Brasil

dinâmicas, atores e práticas

ADRIANA VIANNA
FLÁVIA MELO
ROBERTO EFREM FILHO
(ORGANIZADORES)

AB4 PUBLICAÇÕES

Formas do conflito armado no Brasil

dinâmicas, atores e práticas

**COMISSÃO EDITORIAL DE LIVROS CIENTÍFICOS
DA ABA – CELCA (GESTÃO 2023–2024)**

Coordenador

Carlos Alberto Steil (UFRGS, UNICAMP)

Vice–Coordenadora

Tânia Welter (Instituto Egon Schaden)

Integrantes

Edimilson Rodrigues (FAMES)

Eva Lenita Scheliga (UFPR)

Marcelo Moura Mello (UFBA)

Martina Ahlert (UFMA)

Nathanael Araújo da Silva (Unicamp)

CONSELHO EDITORIAL

Andrea Zhouri (UFMG)

Antonio Augusto Arantes Neto (Unicamp)

Carla Costa Teixeira (UnB)

Carlos Guilherme Octaviano Valle (UFRN)

Cristiana Bastos (ICS/Universidade de Lisboa)

Cynthia Andersen Sarti (Unifesp)

Fabio Mura (UFPB)

Jorge Eremites de Oliveira (UFPEL)

Maria Luiza Garnelo Pereira (Fiocruz/AM)

María Gabriela Lugones (Córdoba/Argentina)

Maristela de Paula Andrade (UFMA)

Mónica Lourdes Franch Gutiérrez (UFPB)

Patrícia Melo Sampaio (Ufam)

Ruben George Oliven (UFRGS)

Wilson Trajano Filho (UnB)

**ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA
DIRETORIA (MANDATO 2023–2024)**

Presidenta

Andréa Luisa Zhouri Laschefski (UFMG)

Vice–Presidente

Sônia Maria Simões Barbosa Magalhães Santos
(UFPA)

Secretária Geral

Deborah Bronz (UFF)

Secretária Adjunta

Alexandra Barbosa da Silva (UFPB)

Tesoureiro Geral

Guilherme José da Silva e Sá (UnB)

Tesoureiro Adjunto

Gilson José Rodrigues Junior (IFRN)

Diretora

Flávia Melo da Cunha (UFAM)

Diretor

Osmundo Santos de Araújo Pinho (UFRB)

Diretor

Tonico Benites (CEFPI–MS)

Diretora

Denise Fagundes Jardim (UFRGS)
www.portal.abant.org.br

DOI: 10.48006/978–65–87289–61–8

Agradecemos à Fundação Ford, ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq processo 409903/2022–1) e à Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa no Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ) pelo apoio recebido.

ABA PUBLICAÇÕES

UNB – Campus Universitário Darcy Ribeiro – Asa norte
Prédio do ICS – Instituto de Ciências Sociais
Térreo – Sala AT–41/29 – Brasília/DF
CEP: 70910–900

Formas do conflito armado no Brasil

dinâmicas, atores e práticas

DOI: 10.48006/978-65-87289-61-8

ADRIANA VIANNA

FLÁVIA MELO

ROBERTO EFREM FILHO

(ORGANIZADORES)

ABA PUBLICAÇÕES

 **TRIBO
ILHA**
EDITORA

Copyright ©, 2026 do autor

Coordenação Editorial

Carlos Alberto Steil (UFRGS, Unicamp)

Revisão

Maria Lucia Resende

Diagramação e Capa

Rita Motta e Ryan Dias – Ed. Tribo da Ilha

Capa

ABA/Tribo da ilha

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Bianca Mara Souza –Bibliotecária - CRB-14/1587

F724 Formas do conflito armado no Brasil : dinâmicas, atores e práticas / Organizado por Adriana Vianna ; Flávia Melo ; Roberto Efrem Filho -- Brasília : ABA Publicações, 2025.
158 p. : PDF ; 1,2 MB.

Inclui bibliografia e notas
ISBN Digital 978-65-87289-61-8

1. Conflito armado. 2. Violência. 3. Estado. I. Vianna, Adriana (org.), II. Melo, Flávia (org.) e III. Efrem Filho, Roberto (org.). IV. Título.

DOI Livro 10.48006/978-65-87289-61-8

CDD 303.6

Índices para catálogo sistemático:

1. Violência, aspectos sociais, conflitos – 303.6

SUMÁRIO

- 6** Introdução
 Adriana Vianna
 Flávia Melo
 Roberto Efrem Filho
- 17** Violência policial e democracia: a proteção como bem público ou
 como mercadoria
 Daniel Hirata
 Carolina Christoph Grillo
 Renato Dirk
- 43** “O estado mais seguro do Brasil”: notas etnográficas sobre conflitos,
 direitos e segurança pública em Santa Catarina
 Flavia Medeiros
- 61** Violências e práticas de extermínios na execução e na repressão aos
 assaltos contra bancos
 Jania Perla Diógenes e Aquino
- 91** Uma guerra sem fim nas fronteiras guarani: conflitos armados e
 resistências entre os Kaiowa e Guarani em Mato Grosso do Sul
 Aline Castilho Crespe
 Lauriene Seraguza
- 109** Um negócio familiar: nexos entre a garimpagem ilegal e o mercado
 do sexo na Terra Indígena Yanomami
 Rodrigo Pereira Chagas
- 140** “Grão-Pará rasgando tudo”: notas sobre violência colonial e invasão
 de territórios e corpos
 Monique Cruz
 Juliana Farias

Introdução

Adriana Vianna
Flávia Melo
Roberto Efrem Filho¹

Formas do conflito armado no Brasil: dinâmicas, atores e práticas é uma coletânea de pesquisas etnográficas que se voltam a experiências contemporâneas de controle violento de territórios e populações no Brasil. Tais pesquisas envolvem diferentes universos empíricos que, alinhavados nos capítulos deste e-book, ajudam a formar uma imagem crônica dos modos como ilegalismos e oficialidade, crime e Estado se comunicam e perfazem, desafiando abordagens teóricas que pensam essas duplas de termos em relações de oposição ou exterioridade. Não seria exagero dizer que a diversidade, a amplitude e o potencial de articulação das experiências sociais tematizadas pelas etnografias aqui reunidas adicionam novas e instigantes camadas de complexidade à crítica dos fundamentos normativos do Estado-nação, dentre os quais se encontram, com centralidade, os conceitos de território, população e violência legítima.

¹ Adriana Vianna é professora do Departamento de Antropologia e do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, e integra o Comitê Cidadania, Violência e Gestão Estatal da Associação Brasileira de Antropologia. Flávia Melo é professora do Departamento de Antropologia e dos Programas de Pós-Graduação em Antropologia e Sociologia da Universidade Federal do Amazonas e compõe a Comissão de Direitos Humanos da ABA. Roberto Efrem Filho é professor do Departamento de Ciências Jurídicas da Universidade Federal da Paraíba e do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal de Pernambuco, além de integrar o Comitê Cidadania, Violência e Gestão Estatal da ABA.

Quem se propuser a ler este livro assumirá o desafio teórico-metodológico de percorrer a pluralidade de objetos de pesquisa que permite essas camadas de complexidade. Com isso, adentrará desde conflitos em áreas indígenas, conhecendo um modelo de negócio familiar existente nas frentes de garimpo ilegal na Terra Indígena Yanomami ou as práticas violentas diante das reocupações de territórios pelos Guarani e Kaiowa no Mato Grosso do Sul, até as bases raciais e identitárias de campanhas publicitárias governamentais sobre segurança pública em Santa Catarina, “o estado mais seguro do país” e que, no entanto, apresenta índices alarmantes e desproporcionais de homicídios de indígenas. Além disso, a leitura deste livro passará pela convergência temporal entre o aumento expressivo da letalidade policial e a expansão dos territórios ocupados por milícias no Rio de Janeiro; e perseguirá as mais recentes práticas de repressão estatal aos roubos de bancos, que contam com números também alarmantes de assassinatos cometidos por policiais e cujas vítimas são registradas como “assaltantes” ou “suspeitos”. As páginas a seguir ensejam ainda leituras que enfatizam a incidência de gênero e sexualidade nas dinâmicas e na gestão dos conflitos armados, como nos “armamentos de Estado” no Rio de Janeiro.

Antes de estas tão diversas questões ocuparem os capítulos deste e-book, elas preencheram uma manhã e uma tarde de segunda-feira em Belo Horizonte, na Universidade Federal de Minas Gerais. No dia 22 de julho de 2024, ocorreu o Colóquio “Formas do conflito armado no Brasil: dinâmicas, atores e práticas”, que emprestou nome a este livro. Organizado pelo Comitê Cidadania, Violência e Gestão Estatal e pela Comissão de Direitos Humanos da Associação Brasileira de Antropologia, o Colóquio consistiu numa atividade prévia à 34ª Reunião Brasileira de Antropologia e desdobrou discussões realizadas em momentos anteriores sobre a relevância do conflito armado nos processos de configuração do Estado brasileiro. Seguindo os debates que se deram, em 2019, no Fórum “Desarticulação de direitos, desregulação ambiental e violência estatal” e, em 2021, no Colóquio também chamado “Formas do conflito armado no Brasil...”, promovidos pela ABA no 43º e no 45º Encontros Anuais da Anpocs, as duas mesas de 22 de julho

de 2024 aglutinaram pesquisadores e ativistas que refletiram sobre distintos contextos de violência e criminalização. Assim, abordaram operações policiais em favelas, políticas de encarceramento e os diferentes extratos sociais por elas atingidos, ações socioassistenciais de “limpeza” urbana, ações de jagunços em conflitos agrários, cercos a indígenas e quilombolas, expansão do garimpo ilegal etc.

A opção de, em todos esses momentos, manter em diálogo pesquisadores e ativistas de movimentos sociais aponta para determinada compreensão do fazer etnográfico. Levando a sério o pressuposto metodológico de que a etnografia supõe proximidade com as práticas sociais analisadas e com interlocutores de pesquisa, tem-se que etnografias realizadas em contextos de violência e criminalização acabam supondo compromisso com os projetos políticos desses interlocutores, que visam, no limite, à superação das condições de possibilidade da violência, do sofrimento e do medo. Não é raro, inclusive, que pesquisadores implicados em tais pesquisas etnográficas integrem movimentos sociais ou suas assessorias técnicas. E, embora a etnografia responda a um tempo e a uma forma que a diferenciam da política e da mobilização social, fato é que pesquisas etnográficas participam de muitas maneiras dos conflitos sociais a que se dedicam. No mínimo, etnografias significam determinada experiência como merecedora de atenção pública e oferecem uma interpretação relativamente autorizada a seu respeito. Com isso, visibilizam a existência de “conflito” (no caso deste e-book, sobretudo o conflito armado) em realidades em que a própria noção de conflito costuma ser denegada. Como mostram os capítulos a seguir, as marcas étnico-raciais na produção e na gestão do controle de populações e territórios são, por si, expressivas de uma espécie de conflito cuja existência foi reiteradamente sonegada por certa teoria social e certo discurso oficial em nosso país: o conflito racial.

Ao aglutinar as análises empreendidas durante o Colóquio de julho de 2024, esta publicação busca colocá-las em diálogo produtivo, que ultrapassa as usuais divisões temáticas do campo das “violências”. Aqui, etnografias que seriam facilmente entendidas como alusivas a violências

de gênero compartilham preocupações e saídas analíticas com etnografias que versam sobre violências contra indígenas ou sobre a ocupação violenta de favelas por grupos armados. Há nestas páginas, portanto, um esforço comum, que já se desenhava no Colóquio, de movimentar chaves intelectivas, maneiras de conhecer, ler e compreender, entre universos empíricos singulares e descentralizados, mas que se revelam conectados de modos potencialmente inovadores. A oportunidade inicial de perceber tais conexões relacionou-se, em alguma medida, ao sentido de “terra arrasada” que nós, antropólogos, passamos a vivenciar com o recrudescimento da crise democrática e o avanço da extrema-direita no país, em especial a partir das eleições de 2018. Não à toa, o citado Fórum “Desarticulação de direitos, desregulação ambiental e violência estatal” aconteceu no Encontro da Anpocs de 2019, durante o primeiro ano do governo de Jair Bolsonaro. No transcurso de nossas reflexões, contudo, as conexões entre tão diversas experiências de controle violento foram se demonstrando mais profundas, de raízes fincadas e capilarizadas, mais densas histórica e geograficamente. De certo modo, podemos inclusive nos indagar quanto e de que modo o contexto de recrudescimento autoritário não segue sendo devedor desses processos de longo prazo que configuram a distribuição da violência em nosso país.

Perceber isto importa para que seja possível deslocar a conclusão simplista de que “a violência está em todo lugar”. De fato, se tomada acriticamente, a abrangência das pesquisas apresentadas neste e-book, desenvolvidas a partir de Santa Catarina, Rio de Janeiro, Mato Grosso do Sul, Ceará, Roraima e Amazonas, poderia encetar algum efeito de onipresença. Assim, transmitir-se-ia a impressão de que a violência se impõe absoluta, totalizante. Acontece, no entanto, que considerar a violência como uma onipresença é tanto metodologicamente inadequado quanto eticamente injusto, seja porque retroalimenta um senso de terror e, assim, de incapacidade de compreensão e de ausência de perspectivas ou soluções, seja porque leva a obliterar toda a vida que está sendo vivida apesar da violência, em resposta a ela, em sua contrariedade ou a seu despeito. Tendo isto

em conta, a profundidade das conexões acima referidas permite, ao invés de enxergar a violência em tudo, dimensioná-la em seu exercício no tempo. Ou nas cortantes relações entre tempo e espaço que guardam, no conflito armado, parte significativa dos processos de constituição do Estado brasileiro, mas não apenas dele.

É notável que o conjunto de etnografias que compõem este e-book refira-se a práticas de domínio, exploração, extração, extrativismo, expulsão, remoção, perseguição, caça, armamentismo e preservação da tradição. Trata-se de um repertório ancorado em desigualdades sociais e que, num jogo de tempo-espaço, atualiza imagens do passado, noções e memórias do colonialismo, da escravidão e de outras experiências de regimes autoritários tão familiares à história deste país e à sua afirmação como nação, dentre elas a Ditadura Civil-Militar instaurada oficialmente em 1964. Como se sabe, o chamado “pensamento social brasileiro” gastou muita tinta na tentativa de dar conta desse jogo de espaço-tempo, sobremaneira confrontando aquelas que seriam as incompletudes ou as idiossincrasias da nossa modernização. Etnografias dedicadas ao controle violento de territórios e populações potencializam, porém, o acesso analítico a esse jogo espaço-temporal. Dá-se que tais etnografias se defrontam – em proximidade – com os sujeitos cujas encarnações individuais e coletivas atualizam, em ato, no presente histórico, aquelas imagens do passado. Neste gesto de atualização, recria-se o passado vivido para “fazer lembrar” o que foi, de modo a naturalizar o presente, demonstrando o que é. Este costuma ser, afinal, um caminho eficiente para determinar o futuro. No processo, o ato que atualiza já orienta, de antemão, o que deve ser, ensejando um movimento tão normativo quanto pedagógico. O dever ser em questão pretende ensinar algo sobre a história ou sobre quem é possível ser e como é admissível viver. E ironicamente indica que, se permanece sendo preciso ensinar, é porque há quem ameace não aprender, desaprender ou desobedecer.

Considerando esse jogo espaço-temporal, as etnografias aqui reunidas alcançam as relações contemporâneas entre a promoção de violência e as formas de acumulação de recursos econômicos e políticos, notadamente

eleitorais e securitários. Com isso, adentram as contradições e as fragilidades de nossa experiência democrática que, ainda hoje, não conseguiu estabelecer mecanismos eficientes de controle democrático sobre suas forças armadas e suas polícias militares ou civis, assim como não foi capaz de responder suficientemente às mobilizações autoritárias advindas desses agentes públicos armados. Os capítulos deste e-book exprimem que esse histórico quadro de tensão entre agentes públicos armados e a democracia brasileira se agrava com a conformação da segurança pública como uma bandeira eleitoral agregadora de votos e catalisadora da identidade política da extrema-direita contemporânea – uma identidade que, em Santa Catarina, toma a arma e o alegado direito de se armar como elementos de sua “tradição”. Nesse sentido, a segurança é política e economia. Abre-se a um mercado próprio, não raro em coesão (mais ou menos ilegal) com a política e as forças de segurança oficiais. E serve à apropriação ou à ratificação de territórios, em bairros periféricos no Rio de Janeiro ou em zonas rurais no Mato Grosso do Sul, através da forma miliciana.

A profundidade das conexões entre as pesquisas etnográficas alinhavadas neste e-book reforça, ademais, a ruptura analítica com a dicotomia rural-urbano. Isto porque, ao deslindar continuidades e descontinuidades, essas conexões acusam os intensos trânsitos de sujeitos, práticas e mercadorias econômicas e políticas entre dessemelhantes regiões geográficas do país. A mencionada forma miliciana talvez consista num emblema desses trânsitos e do compartilhamento de tecnologias de dominação e controle de territórios e populações. Na milícia, é comum que agentes de Estado e/ou particulares armados engendrem um mercado de proteção privada, de regra com amplo respaldo de outros agentes estatais. Estes, por sua vez, podem ser outros policiais ou ocupantes de cargos da burocracia estatal, inclusive dos mais altos cargos da República, de regra dispostos a aceitar o açoitamento, a tortura e mesmo o assassinato como recursos desejáveis de resolução de conflitos. Foi assim com o homicídio do camponês João Pedro Teixeira, na Paraíba de 1962. Foi assim com o homicídio do guarani-nhandevá Marçal de Souza Tupã-i, no Mato Grosso do Sul de 1983. Foi assim com

o homicídio do seringueiro Chico Mendes, no Acre de 1988. Foi assim com o homicídio da vereadora Marielle Franco, no Rio de Janeiro de 2018. Tem sido assim, em verdade. Tantas e tantas vezes.

Como se vê, as reflexões etnográficas apresentadas neste e-book acabam por redimensionar o que se entende corriqueiramente por Estado. Ocorre que, conforme notado acima, os conflitos armados em que estas etnografias se concentram destacam disputas territoriais de que participam agentes estatais e não estatais, assim como membros de coletivos criminais e aqueles que deslizam entre essas posições ou que as repactuam e recombina de muitos modos. Em certos momentos, é justo na ambiguidade entre legal e ilegal que certa ideia de Estado se confirma. Isto se dá, por exemplo, quando determinados agentes públicos armados valem-se da oficialidade para gerir o conflito em que atuam rotineiramente, produzindo violência e criminalização contra grupos sociais racializados. Ou quando uma ação ilegal cometida por um agente público armado no exercício regular de suas funções é oficialmente filtrada – nas instâncias judiciais ou interiores à polícia – como uma decorrência inevitável desse ofício realizado em territórios ditos perigosos ou contra pessoas ditas perigosas, ambos também racializados. Ou, enfim, para não nos estendermos, quando a política de segurança pública festejada é a mesma que explicita números flagrantemente desiguais de assassinatos de negros e indígenas, sem que essa disparidade soe sequer como uma incoerência.

Se, como dissemos anteriormente, a leitura deste e-book implica assumir o desafio teórico-metodológico de percorrer a pluralidade de objetos de pesquisa destas etnografias, fato é que esta leitura implica, reciprocamente, uma tomada de posição junto às pesquisadoras e aos pesquisadores que as escreveram: o empenho em fazer da etnografia um compromisso com a superação deste estado de coisas. Trata-se de um compromisso jamais redutível à denúncia ou ao testemunho, por mais relevantes que eles sejam. Em lugar disso, trata-se de acionar o aparato teórico-metodológico que a etnografia proporciona para, em diálogo intenso com os sujeitos que se mobilizam por direitos e justiça nos interstícios do conflito, avançar na

compreensão a respeito das condições de possibilidade da violência, do sofrimento e do medo. Esta possibilidade de compreensão leva em conta a complexidade dos fenômenos sociais analisados ao tempo que entende a premência ético-política de encerrar o que permite a violência, o sofrimento e o medo. Em outras palavras, trata-se do compromisso que atravessa as páginas a seguir.

De pronto, no capítulo intitulado **Violência policial e democracia: a proteção como bem público ou como mercadoria**, Daniel Hirata, Carolina Grillo e Renato Dirk abordam a convergência temporal entre o aumento da letalidade policial e a expansão dos territórios controlados por milícias no Rio de Janeiro. Para tanto, concentram-se na análise de dados, relativos ao período de 2007 até os dias atuais, produzidos pelo Grupo de Estudos dos Novos Ilegalismos da Universidade Federal Fluminense (GENI-UFF), em que atuam; inclusive dados do “Mapa Histórico dos Grupos Armados”, resultantes de parceria do GENI-UFF com o Instituto Fogo Cruzado. Além disso, os pesquisadores dedicam atenção às denúncias apresentadas à Justiça pelo Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado do Ministério Público do Rio de Janeiro (GAECO/MPRJ). Assim, propõem-se a enfrentar os modos como a ausência de mecanismos democráticos de controle da atividade policial permite a multiplicação do que chamam de “autoritarismo real”, que tem na polícia o seu nó articulador e afeta tanto as operações policiais – com o aumento vertiginoso das chacinas em favelas – quanto os empreendidos econômicos e político-eleitorais dos grupos milicianos. Os pesquisadores buscam, portanto, localizar a violência policial em sua tensa relação com a democracia brasileira, destacando que a preocupação com essa tensão esteve consistentemente presente na história das nossas ciências sociais.

Já no capítulo **“O estado mais seguro do Brasil”: notas etnográficas sobre conflitos, direitos e segurança pública em Santa Catarina**, Flávia Medeiros Santos perscruta inicialmente uma campanha publicitária premiada sobre segurança pública promovida pelo governo estadual de Santa Catarina, “O estado mais seguro do Brasil”. De acordo com a pesquisadora,

tal campanha – lida como eficiente, parte do tipo de “civilização” que a “influência europeia” teria legado ao estado – é marcada por processos de racialização que supõem a branquitude e valores relacionados à propriedade e à sua possibilidade de defesa armada como fundantes da identidade local. É assim que os parlamentares da Assembleia Legislativa de Santa Catarina aprovaram, em 2022, uma legislação estadual que cria a “rota turística do tiro”. Esta emerge narrativamente como uma decorrência de uma tradição santacatarinense que remontaria à chegada dos colonos alemães à região ainda no século XIX. Com isso em vista, Flávia Medeiros Santos analisa o esforço de localização do tiro como uma “prática familiar”, o que termina por legitimar e incentivar uma política armamentista ancorada na “tradição”. Os perigos à democracia aí embutidos se expressam, por exemplo, como a pesquisadora indica, na sobrerrepresentação de células nazistas em Santa Catarina, que concentra um quarto das células identificadas pelos órgãos oficiais em todo o país.

Jania Perla Diógenes e Aquino, no capítulo chamado **Violências e práticas de extermínios na execução e na repressão aos assaltos contra bancos**, debruça-se sobre notícias jornalísticas e narrativas de policiais e delegados de polícia, também veiculadas na imprensa, para analisar as práticas violentas perpetradas pelas quadrilhas de assaltantes, sobremaneira em pequenas cidades, assim como as perseguições policiais às quadrilhas. De acordo com a pesquisadora, os agentes policiais costumam performar um “triunfalismo bélico” durante as “caçadas” aos “bandidos”. Triunfantes, esses agentes de Estado produzem números muito desproporcionais de mortes de supostos “assaltantes” e “suspeitos”. No capítulo, Jania Aquino percorre a trajetória da resposta estatal aos grandes assaltos no país, iniciada a partir da década de 1960 com a reação da Ditadura Civil-Militar aos assaltos a bancos procedidos por militantes políticos de esquerda que se opunham ao regime. Desde então, as dinâmicas dos assaltos sofreram mudanças relevantes, tornando-se mais “truculentas” e “ruidosas”, num contexto em que o emprego da tecnologia criou maiores óbices ao acesso a agências, caixas e cofres bancários. É também nesse contexto que a

resposta estatal violenta recrudesce, com o aumento vertiginoso das mortes de “assaltantes”, de regra tratadas como mera contingência da atividade policial regular.

No capítulo **Uma guerra sem fim nas fronteiras guarani: conflitos armados e resistências entre os Kaiowa e Guarani em Mato Grosso do Sul**, Aline Castilho Crespe e Lauriene Seraguza associam o avanço da extrema-direita no país, especialmente a partir do golpe de 2016, com a consolidação do que chamam de “guerra sem fim”, o acirramento do conflito armado que passa a marcar o cotidiano dos Kaiowa e Guarani no Mato Grosso do Sul. No capítulo, as antropólogas abordam essa guerra como um quarto momento emblemático do conflito envolvendo agentes do Estado brasileiro, proprietários de terras e indígenas expulsos de seus territórios sobretudo durante o século XX. Assim, a guerra sem fim teria sucedido, em ordem cronológica, a remoção violenta dos indígenas para as reservas criadas pelo Serviço de Proteção do Índio, na primeira metade do século passado; as reações armadas às reocupações de territórios pelos indígenas, iniciadas na década de 1970; e as reações também armadas à assinatura, em 2007, de um acordo entre representantes da FUNAI, do MPF e das comunidades indígenas com vistas à demarcação de outros territórios. A catalização das retomadas e a ausência crescente, com o golpe de 2016, de resposta estatal adequada lastrearam então a “guerra sem fim”, protagonizada com violência pelos proprietários de terras e suas representações no Estado.

Por sua vez, Rodrigo Pereira Chagas, no capítulo intitulado **Um negócio familiar: nexos entre a garimpagem ilegal e o mercado do sexo na Terra Indígena Yanomami**, volta-se à configuração social de um modelo de negócio familiar que atuou nas frentes de garimpo ilegal na Terra Indígena Yanomami (TIY) em 2022. Para tanto, vale-se do diálogo com duas interlocutoras de pesquisa, mulheres de Roraima que migraram temporariamente para a TIY com o objetivo de atuar na prostituição. Reconhecendo os garimpos como marcados notadamente pela presença de homens e, além disso, a participação de coletivos criminais – inclusive as facções – nas frentes

de garimpo ilegal, o pesquisador busca situar a exploração da prostituição no contexto da exploração do ouro.

No capítulo **“Grão-Pará rasgando tudo”: notas sobre violência colonial e invasão de territórios e corpos**, Monique Cruz e Juliana Farias nos incitam a percorrer os rasgos coloniais que marcam a longo prazo a constituição colonial do Brasil. Para tanto, embaralham, com rigor teórico, momentos e espaços em que a extração de recursos para o “progresso” e para a acumulação é indissociável das gramáticas e das práticas de violência generificada e racializada. A produção da natureza a ser explorada não pode ser separada, como as pesquisadoras mostram, de um repertório político, econômico e bélico atravessado por imagens de penetração, fecundação, virgindade e humilhação. O texto nos lembra, assim, outro ponto crucial de nossas discussões coletivas no Colóquio que deu origem à atual coletânea: que não há violência incorpórea ou improdutiva. Os raios de destruição deixados por projetos coloniais são as bases por sobre as quais se estrutura o Estado-nação, incluindo-se aí os desejos racializados que compõem sua mítica.

Longe de oferecer um quadro plano e preciso do conflito armado, portanto, o que os diálogos trazidos pelas autoras e pelos autores dos capítulos nos oferecem é a chance de refletir de modo denso sobre a centralidade das dinâmicas de violência na sociedade brasileira. Esperamos que sua leitura desperte ainda mais inquietações em todos e todas nós, para que novas perguntas de pesquisa possam ser agregadas aos debates aqui ensejados.

Violência policial e democracia: a proteção como bem público ou como mercadoria

Daniel Hirata¹

Carolina Christoph Grillo²

Renato Dirk³

O problema⁴

Neste texto, partimos do caso do Rio de Janeiro para argumentar que a ausência de controles democráticos sobre as polícias favorece o avanço do autoritarismo real, à medida que o uso da força estatal sem prestação de

1 Professor do Departamento de Sociologia e Metodologia das Ciências Sociais da Universidade Federal Fluminense. Coordenador do Grupo de Estudos dos Novos Ilegalismos (GENI/UFF)

2 Professora do Departamento de Sociologia e Metodologia das Ciências Sociais da Universidade Federal Fluminense. Coordenadora do Grupo de Estudos dos Novos Ilegalismos (GENI/UFF)

3 Doutorando do Programa de Pós Graduação em Sociologia da Universidade Federal Fluminense. Coordenador do Grupo de Estudos dos Novos Ilegalismos (GENI/UFF)

4 O presente texto se valeu das reflexões desenvolvidas no âmbito do Comitê “Cidadania, Violência e Gestão Estatal” da Associação Brasileira de Antropologia (ABA). Os debates realizados em diferentes encontros científicos e no interior do Comitê foram importantes para a construção das hipóteses mais gerais esboçadas no presente artigo. Acreditamos, portanto, que elas dialogam, de forma situada, com os diversos contextos de pesquisa dos membros desse Comitê, para compreender os atravessamentos das fronteiras estabelecidas entre rural/urbano, centro/periferia, estado/sociedade, legal/ilegal de modo a articular conceitualmente os modos de exercício da violência e suas relações com mercados e ilegalismos. No cerne do presente artigo, encontra-se em ressonância nossa contribuição para essas discussões de cunho mais geral, especificamente uma reflexão sobre como a violência estatal e a atuação de grupos armados associam-se de forma a circunscrever os campos de poder em que violentas disputas se enredam.

contas possibilita a privatização da proteção e a construção de confiança por mecanismos violentos e autoritários em detrimento das instituições democráticas⁵. Compartilhamos do pressuposto de que democracia envolve ao menos três dimensões fundamentais⁶: em primeiro lugar, é um regime político que propicia eleições livres e regulares, no qual os indivíduos podem se associar para criar organizações políticas e para se expressarem publicamente; em segundo, um sistema político orientado para a promoção da igualdade social de renda, raça e gênero; e em terceiro, um ordenamento institucional que assegure o cumprimento desse regime político e da ampliação dessas igualdades. Neste texto, nos concentraremos nesta terceira dimensão e, especificamente, na forma pela qual as polícias no Rio de Janeiro se relacionam com a efetivação de um regime político e social democrático.

De fato, dentre os estudos produzidos pela teoria social brasileira, as forças policiais estão no centro das relações entre violência e democracia. Muitos trabalhos mostraram como a formação colonial, escravista e autoritária do Estado brasileiro concebeu as forças policiais como instrumentos de controle social⁷ e de manutenção das desigualdades⁸, como a ditadura militar iniciada em 1964 ampliou legal e ilegalmente a atuação ostensiva,

5 Este texto foi originalmente publicado em: DE BRITO, Adriane Sanctis; REIS, Luciana Silva (orgs.). *Direitas, radicalismos e disputas pela linguagem dos direitos*. São Paulo: Fundação Friedrich Ebert/ LAUT Centro de Análise da Liberdade e do Autoritarismo, 2024. Agradecemos aos membros do LAUT e da FES pela interlocução e os debates com seus membros e outros autores presentes na publicação citada.

6 Duas referências norteiam este parágrafo: ROSANVALLON, Pierre. *Contrademocracia: a política na era da desconfiança*, 2022. Rio de Janeiro: ateliê de humanidades editorial. O'DONNELL, Guilherme. *Dissonâncias: críticas democráticas à democracia*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2017.

7 HOLLOWAY, Thomas H. *Polícia no Rio de Janeiro: repressão e resistência numa cidade do século XIX*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1997. BRETAS, Marcos. *Ordem na cidade: o exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro – 1907-1930*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

8 KANT DE LIMA, R. *A polícia na cidade do Rio de Janeiro: seus dilemas e paradoxos*. Rio de Janeiro: Editora Forense, 1995.

militarizada e altamente letal das polícias para a eliminação da contestação ao seu projeto político-social-econômico⁹, ou como a abertura democrática pouco alterou essas características, além de aprofundar algumas delas¹⁰. Pode-se dizer que é comum a quase todo o debate público e acadêmico a constatação de que as polícias se apresentaram historicamente como resistentes aos esforços de conversão da violência em política no Brasil¹¹.

Foi no diapasão da abertura democrática e do debate acerca dos seus horizontes e limites que alguns dos pioneiros na análise da criminalidade também identificaram o surgimento de grupos armados, especialmente de traficantes de drogas, que passavam a atuar de forma territorializada, impondo formas novas de controle sobre territórios e populações¹². A atuação territorializada já era uma característica das quadrilhas da contravenção que operavam o chamado “jogo do bicho” desde o princípio do século XX

9 PINHEIRO, Paulo Sérgio. Polícia e crise política: o caso das polícias militares. In: ____ (org.). *A violência brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1983. Também: PINHEIRO, Paulo Sérgio. Autoritarismo e transição. *Revista da USP*, março/abril/maio 1991.

10 SOARES, Luiz Eduardo. *Legalidade libertária*. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2006. PINHEIRO, Paulo Sérgio. Violência, crime e sistemas policiais em países de novas democracias. *Tempo Social*; Ver. Sociol. USP, São Paulo: 9 (1), p. 43-52, 1997.

11 A conversão da violência em política é questão que não poderemos discutir nos limites deste artigo, ainda que o limiar apontado por Étienne Balibar entre uma conversão através de uma “política do fim da política” ou uma “política como civilidade” informe este texto do começo ao final. O livro de Balibar foi o esforço mais sistemático de oferecer profundidade e consequência a esta grande questão, proposta de forma seminal por Walter Benjamin. Ver: BALIBAR, Étienne. *Violence et civilité: Welles library lectures et autres essais de philosophie politique*. Paris: Galilée, 2010. BENJAMIN, Walter. Crítica da violência – crítica do poder. In: BOLLE, Willi. *Documentos de cultura, documentos de barbárie*. São Paulo: Cultrix, Editora da USP, 1986.

12 Foi justamente investigando as novas formas de organizações populares em uma favela carioca no contexto das primeiras eleições diretas para governador (em que Brizola sairia vencedor em 1981), que Alba Zaluar se deparou com a emergência das quadrilhas de traficantes descritas em: ZALUAR, Alba. *A Máquina e a Revolta: As organizações populares e o significado da pobreza*. São Paulo: Brasiliense, 1985. O surgimento do Comando Vermelho no interior do sistema penitenciário seria o tema de: COELHO, Edmundo C. *A oficina do diabo: crise e conflitos no sistema penitenciário do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, IUPERJ, 1987.

e que, no final da década de 1970, teriam repartido entre si o território da Região Metropolitana do Rio de Janeiro a partir da formação da “Cúpula do Jogo do Bicho”, não por acaso encabeçada por um ex-militar do DOI-CODI, o que denota as afinidades doutrinárias entre a contravenção e a ditadura militar¹³. No final dos anos 1990, quando as chamadas “milícias” – grupos armados que se desdobraram a partir dos grupos de extermínio e esquadrões da morte – passam a controlar territórios populares, emerge então um novo modelo de gestão da ordem que traduz perfeitamente as promíscuas relações entre autoritarismo estatal e paraestatal¹⁴.

Tanto no que diz respeito à violência policial quanto à formação dos grupos armados, é evidente a tensão entre a herança histórica autoritária brasileira e as possibilidades estreitas de construção democrática. Para aqueles dedicados ao tema da violência, a democracia somente poderia ser vista como um projeto incompleto dada a problemática questão do uso da força oficial e não oficial – e de suas promíscuas relações. Mesmo após o período da transição democrática, os direitos civis, políticos e as garantias fundamentais dos moradores de favelas e periferias urbanas seguem sendo sistematicamente violados tanto pelos diferentes grupos armados quanto pelas forças policiais.

O controle territorial armado impõe, mediante a coerção pela força, sérias restrições à liberdade de circulação pelos territórios, à livre associação por parte dos moradores dessas áreas e à liberdade de expressão de suas insatisfações e demandas, além de restringir a possibilidade de buscar a mediação estatal e imparcial da justiça para a resolução dos seus conflitos. A brutalidade e a corrupção das ações policiais, pretensamente voltadas ao enfrentamento do crime, amplificaram essas restrições pela conivência ou por ações claramente fora do escopo legal de suas atribuições, como as

13 Ver: MISSE, Michel. *Crime e Violência no Brasil Contemporâneo*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006 e JUPIARA, Aloy; OTAVIO, Chico. *Os porões da contravenção: Jogo do bicho e Ditadura Militar*. Rio de Janeiro: Record, 2015.

14 ALVES, José Cláudio Souza. *Dos barões ao extermínio: Uma história da violência na Baixada Fluminense*. Rio de Janeiro: Consequência, 2019.

execuções sumárias, a tortura, as violações de domicílio sem mandado judicial, para ficar em poucos exemplos. Há verdadeiro cerceamento às liberdades democráticas dos moradores de favelas que vivem no “fogo cruzado” entre a violência dos traficantes e da polícia, como mostra a coletânea organizada por Machado da Silva que discute a experiência de “vida sob cerco” dessas populações¹⁵.

Este texto procura contribuir para esse importante debate sobre violência e democracia, mas se concentrando no período mais recente – de 2007 até o presente – do desenvolvimento das relações entre o autoritarismo e a violência das polícias e dos grupos armados. Nossa discussão toma por base os dados e as pesquisas que temos produzido no âmbito do Grupo de Estudos dos Novos Ilegalismos da Universidade Federal Fluminense (GENI-UFF). Baseamo-nos também na leitura de denúncias apresentadas à justiça pelo Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado do Ministério Público do Rio de Janeiro (GAECO/MPRJ).

No período de análise considerado, um elemento conjuntural que nos parece incontornável e que atualiza as estruturas históricas mencionadas anteriormente é a emergência da extrema direita brasileira a partir da segunda metade dos anos 2010. Assim, nossa abordagem pretende apontar alguns elementos para o entendimento do processo de erosão da frágil democracia brasileira no bojo dos conflitos armados no Rio de Janeiro, que envolve indissociavelmente grupos criminais e forças policiais – além de, por vezes, as Forças Armadas. Nessa direção, buscaremos descrever a convergência temporal entre o aumento da violência institucional e o crescimento das milícias, assim como os seus mecanismos operacionais.

15 MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio (org.). *Vida sob Cerco: Violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2008.

Análise descritiva-temporal

Nos últimos anos, o Grupo de Estudos dos Novos Ilegalismos da Universidade Federal Fluminense (GENI-UFF) vem reiterando a relevância de e produzindo dados sobre dois fenômenos extremamente preocupantes e intrinsecamente relacionados na conflagração dos conflitos armados no Rio de Janeiro: por um lado, a violência policial, especialmente a estatização das mortes e as chacinas policiais e, por outro, o controle territorial armado, particularmente a expansão das milícias. Destacamos aqui os nossos dois principais empreendimentos de produção de dados: a base de dados do GENI-UFF sobre operações policiais no Rio de Janeiro e o Mapa Histórico dos Grupos Amados, este realizado em parceria com o Instituto Fogo Cruzado a partir de dados do Disque-Denúncia.

Mas, com base nas próprias estatísticas oficiais do Instituto de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro (ISP-RJ), já é possível ter uma dimensão do problema do aumento da violência de Estado que nos motivou a produzir dados alternativos sobre o tema, visando fomentar o debate público sobre violência e segurança. Referimo-nos aqui ao aumento de 336,1% na letalidade policial no Estado do Rio de Janeiro entre os anos de 2013 (416 mortes) e 2019 (1.814 mortes). Nesse período, uma combinação entre a desmontagem de políticas públicas exitosas em reduzir a letalidade policial e a perda do controle político sobre as forças policiais levou o Rio de Janeiro a uma de suas crises mais graves na área de segurança pública. Os principais marcadores desta conjuntura recente estão associados à desmontagem do projeto das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs), que havia sido iniciado no final do ano de 2008 e cuja desmontagem teve início na segunda metade de 2013, e do Sistema Integrado de Metas (SIM), criado em 2009 e cuja desmontagem inicia-se no ano de 2014; à falência do Estado do Rio de Janeiro, que se inicia em 2015, culminando no regime de recuperação fiscal em 2017; à intervenção federal, que nomeou interventores militares para o comando da área de segurança pública em 2018; à extinção da Secretaria de Segurança Pública do Governo do Estado do Rio de Janeiro

(SESEG) e à criação das Secretarias de Estado da Polícia Militar e Secretaria de Estado da Polícia Civil em 2019¹⁶.

Os efeitos dessas inflexões continuaram a ser sentidos até mesmo depois de uma pequena tendência de redução da letalidade policial sob efeito das ações no âmbito da ADPF 635, cujas medidas cautelares foram julgadas pelo Supremo Tribunal Federal no ano de 2020 e seguiu nos anos seguintes como barreira de contenção principal a este aumento da violência institucional. No entanto, entre 2020 e 2022, não obstante a vigência de uma decisão do STF restringindo as operações policiais, a média de mortos por intervenção de agente do Estado se manteve em 1.310 por ano, sustentando um patamar inaceitável.

Foi somente em 2023 que se pôde observar uma queda mais significativa da letalidade policial (-34,7% em relação a 2022), quando do registro de 869 mortes. Uma das interpretações possíveis para essa queda é de que a mudança de governo no âmbito federal pode ter minado o apoio político antes concedido de forma pública e explícita pelo ex-presidente da República Jair Messias Bolsonaro para que o governador reeleito Claudio Castro desobedecesse às decisões do STF. Ainda que a letalidade policial tenha iniciado agora uma trajetória recente de diminuição, mantém-se ainda num patamar extremamente elevado e inaceitável. O gráfico abaixo nos ajuda a visualizar essas variações (gráfico 1).

16 Discussão específica em: HIRATA, Daniel et al. Operações Policiais e violência letal no Rio de Janeiro, relatório técnico. Disponível em: <https://geni.uff.br/relatorios/>. Acesso em 18/07/2025

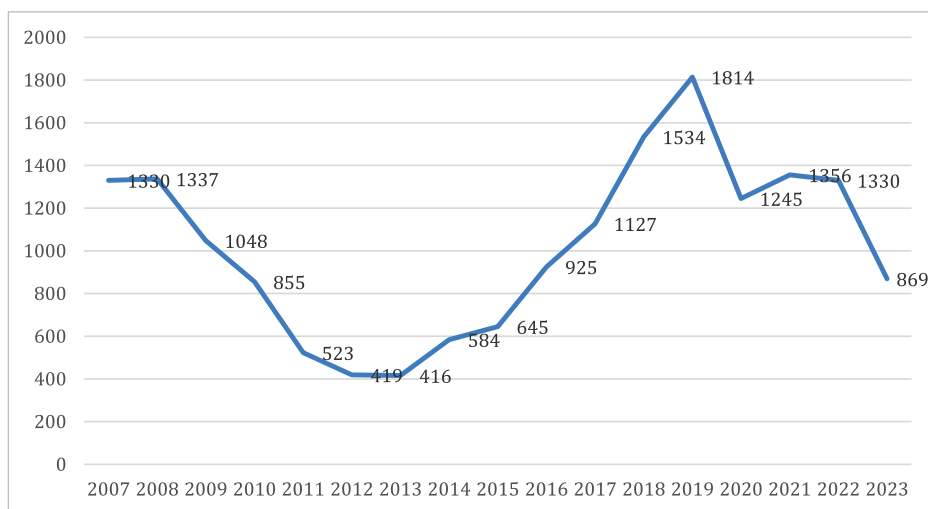


Gráfico 1: Mortes por intervenção de agente do Estado no Estado do Rio de Janeiro (2007-2023, números absolutos)

Fonte: ISP-RJ

No entanto, não se trata apenas do aumento da violência de Estado, fato demasiadamente grave por si só. O fenômeno deve ser descrito de forma mais precisa como um processo de “estatização das mortes”¹⁷, no qual a letalidade policial passa a se constituir como elemento propulsor do total dos homicídios. Em 2013, as mortes por intervenção de agente do Estado respondiam por 7,8% da letalidade violenta total, ao passo que, em 2019, por 30,3%. Cabe destacar que a média nacional no período fica ao redor de 12%¹⁸ e que, alguns parâmetros internacionais apontam que índices acima

17 Como colocado pelo pesquisador do CESeC Pablo Nunes ao divulgar dados de operações policiais do Observatório da Segurança RJ, ver: “Operações policiais no Rio: mais frequentes, mais letais, mais assustadoras”, publicada em 09 de julho de 2019, Disponível em: <http://observatorioseguranca.com.br/operacoes-policiais-no-rio-mais-frequentes-mais-letais-mais-assustadoras/> Acesso em 17/03/2021.

18 ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, ano 16, 2022.

de 10% indicam “claro abuso do uso da força”¹⁹. No período de 2020 a 2022 a estatização das mortes permaneceu no patamar de cerca de 30% da letalidade violenta, inaugurado no ano de 2019, e esta razão só veio a baixar para 20,4% em 2023, mantendo-se ainda em mais que o dobro do limiar considerado aceitável.

Poderíamos utilizar outros indicadores para reforçar esta descrição do abuso do uso da força, como, por exemplo, a razão entre pessoas mortas por agentes do Estado e agentes mortos em serviço. O limiar crítico estabelecido pela literatura internacional é de 10:1²⁰, ao passo que, no Rio de Janeiro em 2021, esta razão chegou a 136 pessoas mortas pela polícia para cada policial morto em serviço.

Outro indicador de abuso da violência letal por parte da polícia é a razão entre mortos e feridos em confronto, cujo cálculo resulta no chamado “índice de letalidade”. Segundo um relatório da Cruz Vermelha Internacional²¹, nos conflitos armados modernos, a razão média é de um morto para cada 4 pessoas feridas, no entanto, o tipo de armamento empregado pode modificar esta razão. Quando as armas utilizadas são fuzis, os índices de letalidade variam entre 0.4 e 0.66 (mortos por feridos). Segundo o relatório do Monitor do Uso da Força Letal da América Latina²², este índice deve estar sempre abaixo de 1 e, caso exceda este limiar, isto indica que há uso excessivo da força e, possivelmente, execuções sumárias. Os dados do ISP-RJ não permitem calcular este indicador porque não há

19 Segundo esta importante pesquisa coordenada por Ignacio Cano, em cidades e países onde não há suspeitas de abuso da força por parte da polícia, apenas 5% das mortes violentas intencionais são causadas por agentes do Estado e sempre que essa porcentagem ultrapassa 10%, há claros indícios de abuso da força. Ver: CANO, I. *Letalidade da ação policial no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: ISER, 1997.

20 CHEVIGNY, P. Police Deadly Force as Social Control: Jamaica, Brazil and Argentina. *Criminal Law Forum*, 1 (3), p. 389–425, 1991.

21 GIANNOU; BALDAN. *War Surgery, Working with Limited Resources in Armed Conflicts and Other Situations of Violence* (Geneva: International Committee of the Red Cross – ICRC, 2010).

22 <https://www.monitorfuerzaletal.com/Executive-Monitor-English.pdf>. Acesso em: 18/07/2025

informações disponíveis de feridos por intervenção policial. No entanto, em consulta à base de operações policiais do GENI/UFF, identificamos a razão média de 1,67 civis mortos para cada civil ferido nas operações policiais realizadas na Região Metropolitana do Rio de Janeiro entre 2007 e 2023.

Mas a face mais trágica do fenômeno são as chamadas chacinas policiais, definidas estatisticamente como mortes múltiplas com três ou mais óbitos decorrentes das ações policiais. As chacinas policiais podem ser caracterizadas pela alta concentração de mortes em eventos regulares específicos, ou seja, ocorrem em uma pequena parte do imenso volume de operações policiais realizadas todos os dias no Rio de Janeiro, mas têm um peso muito importante na letalidade em operações policiais.

Segundo dados da base de operações policiais do GENI-UFF, na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, no período entre 2007-2023, foram realizadas 20.944 operações policiais no Rio de Janeiro, com 6.737 mortos. Deste total, 655 operações policiais resultaram em chacinas nas quais morreram 2.661 pessoas. As chacinas ocorreram em 3,1% das operações policiais, mas são responsáveis por 39,5% das mortes em operações policiais. Cabe destacar que a variação das chacinas policiais segue uma tendência muito próxima do aumento da letalidade policial e da participação de mortos pelas polícias no total dos homicídios, de modo que o ano de 2013 apresentou o menor número de chacinas (12) e o ano de 2019 o patamar mais alto da série (75), com relativa queda nos anos seguintes, como pode ser visto no gráfico abaixo (gráfico 2).

A continuidade das chacinas policiais pode ser entendida pelo fato de que, embora a quantidade de ocorrências tenha diminuído a partir de 2020, uma parte delas se tornou extremamente letal, concentrando um número muito elevado de mortes numa única ação policial. Como assinalado em relatório específico do GENI-UFF sobre assassinatos pela polícia²³, o

23 HIRATA, Daniel et al. Chacinas Policiais no Rio de Janeiro: Estatização das mortes, mega chacinas policiais e impunidade. Relatório de pesquisa, 2023. Disponível em: <https://geni.uff.br/2023/05/05/chacinas-policiais-no-rio-de-janeiro-estatizacao-das-mortes-mega-chacinas-policiais-e-impunidade/>. Acesso em 18/05/2025

período de 2020-2022 foi aquele com maior porcentagem de mega chacinas policiais (aquelas com mais de 8 mortos), chegando a 23,4% das operações. De todas as 629 chacinas que ocorreram entre 2007-2022, apenas 27 delas (4,2%) apresentaram 8 ou mais mortos, podendo ser caracterizadas como mega chacinas policiais. Um terço dessas 27 mega chacinas (9) se concentraram no período de 2020-2022, sendo que destas, encontramos a mais letal (Jacarezinho, com 27 mortos civis, em maio de 2021), a segunda mais letal (Penha, com 23 mortos, em maio de 2022) e a quarta mais letal (Alemão, com 16 mortos, em julho de 2022). Podemos então dizer que o processo de estatização das mortes, no qual a letalidade das polícias se tornou cada vez mais significativa para o conjunto total de óbitos, encontrou-se entre 2020 e 2022 com a realidade das mega chacinas policiais que, além de escandalosamente mortais, estavam se tornando cada vez mais recorrentes, até que em 2023 essa tendência fosse modificada.

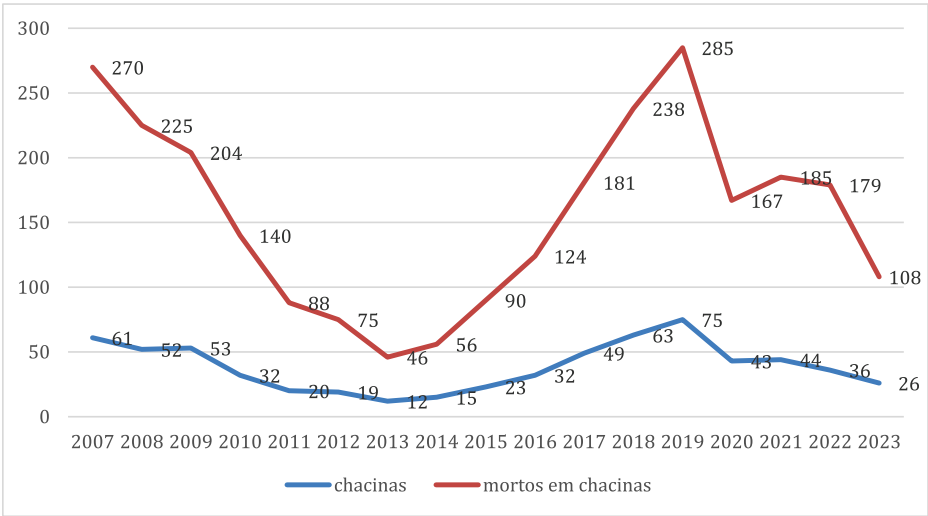


Gráfico 2: Chacinas policiais e mortos em chacinas policiais (2007-2023, números absolutos)

Fonte: GENI-UFF.

O fato é que, nesse mesmo período de 2020 a 2022, a porcentagem de chacinas policiais e de mortos nessas situações cresceu bastante em relação às chacinas cometidas pelos grupos armados atuantes no Rio de Janeiro. 2022 foi o ano em que 80,4% das chacinas e 87% das mortes em chacinas ocorreram no âmbito das operações policiais. Isto significa que as forças policiais cometeram muito mais chacinas com muito mais vítimas letais em eventos deste tipo do que todos os grupos armados somados.

A principal justificativa para a realização de operações policiais de incursão em favelas e bairros periféricos costuma ser justamente o combate aos grupos armados, considerados os principais responsáveis pela violência urbana. Não surpreende que as operações motivadas por “disputa entre grupos criminais” se destaquem como as mais letais: embora apenas 13% das operações policiais sejam motivadas por esta razão, observou-se que esta é a motivação com maior percentual de mortos em chacinas (68,5%). Desta forma, “disputa entre grupos criminais” é a motivação com maior probabilidade de resultar em chacinas e mortos em chacinas. De fato, para intervir em zonas conflagradas por conflitos entre grupos armados, as forças policiais muito frequentemente atuam com uso irrestrito da força, amparando-se na justificativa de que se trata de uma guerra e tratando, portanto, as áreas em disputa como territórios hostis. Em vez de zelar pela segurança dos moradores que se encontram no “fogo cruzado” desses confrontos, as polícias frequentemente colaboram para agravar ainda mais a situação, praticando chacinas.

O controle territorial armado por si só viola uma série de garantias constitucionais da população sob domínio, sujeita à coerção pela força, a extorsões sistemáticas e ao cerceamento do direito de reunião, à livre expressão e de ir e vir. No entanto, o aumento da violência policial, além de contribuir para escalar a violência nesses territórios, mostrou-se absolutamente ineficiente na contenção da expansão dos grupos armados. Segundo

os dados do Mapa Histórico dos Grupos Armados no Rio de Janeiro²⁴, houve um aumento de 131% da área do Grande Rio sob domínio territorial de grupos armados entre os anos de 2006 e 2021, sendo as milícias as principais propulsoras desse crescimento, tendo ampliado as suas áreas de atuação em 387%. Se, até 2018, o Comando Vermelho despontava como o principal grupo armado em atuação, a partir de 2019, as milícias passam a despontar como o tipo de grupo com maior extensão territorial sob seu domínio. É digno de nota que o período de maior crescimento de grupos que contam com comprovada participação de agentes policiais e ocupantes de cargos eletivos coincide justamente com o período de aumento da letalidade policial.

A partir deste ponto, conseguimos situar de forma mais qualificada a questão deste texto. No período analisado, é incontestável que houve um aumento da violência institucional, seja pelo crescimento das mortes por intervenção de agente de Estado, seja pelo processo de estatização das mortes pela participação da letalidade policial no conjunto dos homicídios, como também pelo aumento das chacinas policiais. Estas três dimensões coincidem na análise temporal, apresentando rápido crescimento de 2014–2019 e, ainda que com relativa queda entre 2020–2023, aparecem em patamares muito superiores à média de todo o período analisado, inclusive com concentração em 2020–2022 das operações com mais de 8 mortes, as chamadas mega chacinas policiais. O ponto principal desta caracterização panorâmica é que, neste mesmo intervalo de tempo, foi também observado um crescimento do controle territorial armado, com especial concentração nas chamadas milícias. A hipótese a ser investigada é sobre a possibilidade de a atuação policial ser parte do problema da violência armada e não da

24 Projeto desenvolvido em parceria entre o GENI/UFF e o Instituto Fogo Cruzado. Ver: HIRATA, D. et al. Mapa Histórico dos Grupos Armados no Rio de Janeiro. Relatório de Pesquisa, 2022. Disponível em: <https://geni.uff.br/2022/09/13/mapa-historico-dos-grupos-armados-no-rio-de-janeiro/>. Acesso em 03/04/2024.

solução, uma vez que o vigente processo de estatização das mortes coincidiu com a expansão do controle territorial armado.

Mecanismos Operacionais

No ano de 2018, o Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado do Ministério Público do Rio de Janeiro (GAECO/MPRJ) deflagrou a notável “Operação Intocáveis”, através da qual veio à tona uma série de personagens e de associações entre milicianos, matadores de aluguel, bicheiros, policiais civis e militares, localizados preferencialmente em Rio das Pedras e na Muzema. O grupo de 13 denunciados e 36 citados que foi alvo da “Operação Intocáveis” estava diretamente associado à construção irregular de um prédio em uma área de proteção ambiental que desabou e matou 24 pessoas e ao brutal assassinato da vereadora Marielle Franco e de seu motorista Anderson Gomes. Segundo as investigações, o grupo atuava rotineiramente, ao menos desde 2014, nas atividades de:

grilagem, construção, ramo imobiliário com venda e locação ilegais de imóveis, receptação de carga roubada, posse e porte ilegal de arma de fogo, extorsão de moradores e comerciantes da região mediante cobrança de taxas referentes aos “serviços” prestados pela malta, ocultação de bens adquiridos com os proventos das atividades ilícitas praticadas através da utilização de “laranjas”, falsificação de documentos públicos, pagamento de propina a agentes públicos, agiotagem, utilização de ligações clandestinas de água e energia para o abastecimento dos empreendimentos imobiliários ilegalmente construídos, prática de homicídio, uso da força como meio de intimidação e demonstração de poder e manutenção da dominação territorial. (Trecho da denúncia do Ministério Público no âmbito da “Operação Intocáveis”)

A leitura da denúncia permite perceber que os indícios vão além de tais atividades, sendo também mencionados o fornecimento de “gatonet” e luz elétrica, a atuação no transporte clandestino, máquinas de caça-níveis,

agiotagem, diversos crimes envolvendo a associação de moradores, abuso sexual de meninas e, dentre outras, cabe destacar a grande frequência e centralidade da prática de pistolagem sobre todas essas ações. Adriano Magalhães da Nóbrega, ex-oficial do BOPE, é um personagem emblemático dessa articulação entre diferentes grupos criminais, dado que comandava o chamado “escritório do crime”, grupo especializado em assassinatos por encomenda, ao mesmo tempo em que tinha participação em diversas atividades ilegais associadas às milícias e ao jogo do bicho. A dificuldade de classificar categoricamente este personagem é um indício da trama complexa que envolve organizações criminais diferentes e articuladas e também de como os ilegalismos são produzidos com indiferença ao valor da vida no Rio de Janeiro.

Cerca de dois anos depois, o GAECO/MPRJ deflagrou uma série de outras operações conexas à “Operação Intocáveis”, nas quais foram denunciadas ou citadas mais 75 pessoas atuando em práticas mais ou menos semelhantes, mas agora em outros bairros da Zona Oeste, como Curicica, Terreirão, Camorim, Parque Carioca/Jambalaya, Merck, Mapuá, Boiuna, Santa Maria, Lote 1000, Jordão, Pau da Fome, Tancredo e Teixeiras e em diversos outros bairros situados em municípios da Baixada Fluminense, como São João do Meriti, Queimados e Duque de Caxias²⁵.

Qual o fio que tece a rede e os enredamentos entre tantas pessoas e localidades diferentes em práticas relacionadas à atuação de milícias e matadores de aluguel? Segundo as próprias denúncias do GAECO/MPRJ, as forças policiais. De fato, por meio da interceptação de celulares de certos membros-chave dessa extensa rede criminal, foi possível rastrear como policiais lotados em alguns Batalhões de Polícia Militar (BPMs) acabavam replicando o seu *modus operandi* criminal nas áreas de outros BPMs quando das suas transferências. Assim, se, durante a “Operação Intocáveis”, os indícios das investigações acerca da corrupção policial envolveram policiais

25 Operações citadas: “Operação Intocáveis II”, “Operação Muzema”, “Operação Lume”, “Operação Gogue Magogue”, “Operação Entourage” e “Operação Mercenários”.

lotados no 18º BPM, paulatinamente passamos a encontrar as mesmas práticas no 24º BPM, no 21º BPM e no 15º BPM. As narrativas presentes nas denúncias do GAECO/MPRJ descortinam como a violência e a corrupção policial assumem padrões de atuação similares nas áreas de diferentes BPMs e permitem-nos identificar os “esquemas” e os “organogramas” que se repetem.

Nas denúncias, esses “esquemas” aparecem de forma mais complexa e estabelecida nas relações entre o 18º BPM e as milícias de Rio das Pedras e Muzema, Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro. Nessas áreas, observa-se o padrão de atuação que ficou conhecido como “urbanismo miliciano”²⁶, em que a milícia lidera ocupação, loteamento, construção, compra e locação imobiliária nos territórios e, em seguida, a mesma rede criminosa é que coordena a produção da infraestrutura urbana, lucrando a partir do fornecimento de eletricidade, água, internet, asfalto e transporte. Por fim, o grupo opera a extração da riqueza circulante através da cobrança de taxas de proteção e da extorsão rotineira sobre todas as atividades econômicas de comerciantes e moradores, da monopolização da venda de água potável, do gás de cozinha, de alimentos e da agiotagem. A manutenção deste cenário consolidado em que a vida das pessoas é sistematicamente atravessada pelas atividades das milícias é garantida por práticas silenciosas ou ostensivamente violentas, com participação direta ou indireta de policiais. Isto porque assassinatos são cometidos em situações de execução sumária bem como durante operações policiais oficiais.

Interessa-nos também entender o processo de construção desta configuração quase “típica-ideal” da relação entre BPM e milícia por meio das narrativas presentes nas denúncias referentes às áreas onde este cenário esteve em produção, ou seja, nos BPMs que receberam policiais do 18º BPM, localizados em outros pontos da Zona Oeste do Rio de Janeiro e em certos municípios da Baixada Fluminense. Operacionalmente, como se dá a

26 BENMERGUI, L.; GONÇALVES, R. S. Urbanismo Miliciano in Rio de Janeiro., *NACLA Report on the Americas*, 51 (4), p. 379-385, DOI: 10.1080/10714839.2019.1692986

expansão e a fixação das milícias? Como esta configuração entre BPM e milícia se replica e reproduz nos territórios? Os policiais transferidos do 18ºBPM para o 24º BPM, o 21º BPM e o 15º BPM são imediatamente alocados nas áreas “operacionais” dos BPMs ou diretamente relacionadas à produção de informações que oferecem os subsídios para esta atuação operacional. Concretamente, isto significa a P3, os Grupamentos de Ações Táticas (GAT) e as Patrulhas Tático Móveis (PATAMO), assim como a P2, o setor de inteligência desses BPMs. Munidos de armas e de informações sobre os grupos criminais situados nas áreas de cada BPM, os policiais recém-lotados nessas unidades iniciam suas atividades criminais, criando uma zona de terror e poder que permite a instalação de seus negócios.

Em primeiro lugar, os policiais identificam quais seriam alvos potenciais da chamada “mineração”²⁷, termo nativo muito antigo no Rio de Janeiro que aponta para a extração de recursos econômicos de grupos criminais, em contexto de enfrentamento bélico, como armas, drogas e dinheiro²⁸. O sentido extrativo da expressão “minerar” é preciso pelo fundamento dessa prática econômica: em primeiro lugar, abre-se um campo de mineração através de operações policiais ou da infiltração de informantes que iniciam o processo de “colonização” do território. Incursões altamente violentas em favelas mostram “quem manda” no lugar por meio da execução sumária de membros do baixo escalão do grupo de traficantes ali presente (sobretudo os chamados “soldados”).

Uma vez temporariamente ocupado o território, busca-se subtrair todo tipo de bem valioso passível de ser minerado, desde pertences pessoais de pessoas consideradas “envolvidas” com o crime – inclusive seus familiares – e eletrodomésticos de suas supostas casas, até as drogas – quando descoberto um espaço de armazenamento e “endolação” – e armas

27 Termo trabalhado de forma oral de maneira muito detalhada e matizada pelo cel. Robson Rodrigues e que deve se tornar parte de sua produção acadêmica.

28 Descrições minuciosas, assim como a possível primeira ocorrência do termo podem ser encontradas no relato de Helio Luz em: BENJAMIN, C. *Helio Luz, um xerife de esquerda*. Rio de Janeiro: Contraponto/ Relume Dumará, 1998.

– no caso da descoberta de um paiol. De forma concomitante, as lideranças dos traficantes (“gerentes” e “frente”) são identificadas e, quando possível, sequestradas, ficando sob custódia ilegal, sendo torturadas na própria favela ou até mesmo dentro de viaturas, como aparece em registro de vídeos enviados aos aparelhos celulares de seus comparsas para a negociação do “resgate”. Neste ponto, em caso de transação “bem-sucedida”, torna-se possível a instituição do “arrego”²⁹, outro termo nativo que se refere ao pagamento cobrado por policiais em troca da suspensão das ações de repressão ao tráfico de drogas e do aviso prévio sobre eventuais operações policiais que não possam ser evitadas.

Como argumentou Carolina Grillo, no momento das operações, testam-se as forças entre policiais e traficantes e, a depender da capacidade de resistência da “firma” local do tráfico às incursões policiais (a assim chamada “contenção”), o preço da proteção/extorsão aumenta ou diminui. Paradoxalmente, os morros ficam mais inseguros quando “a boca está fraca”, isto é, simultaneamente incapaz de pagar o arrego cobrado ou resistir à repressão policial³⁰. A peculiaridade dos policiais que aparecem nas operações deflagradas pelo GAECO/MPRJ é que atuavam mediante sequestro, tortura e execução sumária daqueles que resistiam a fazer parte do “acerto” ou de serem “minerados”. Uma vez aberto o caminho, via eliminação ou cooptação, para que a mineração e o arrego pudessem seguir sem maiores empecilhos, o cenário parece se aproximar daquele descrito em Rio das

29 Ver MISSE, Michel. *Malandros, Marginais e Vagabundos. A Acumulação Social da Violência no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2023. BARBOSA, Antonio C. R. *Um abraço para todos os amigos – Algumas considerações sobre o tráfico de drogas no Rio de Janeiro*. Niterói: EDUFF, 1998. GRILLO, Carolina C. *Coisas da Vida no Crime: Tráfico e Roubo em favelas cariocas*. Tese de Doutorado em Ciências Humanas, Antropologia Cultural, PPGSA/UFRJ, 2013. HIRATA, Daniel V. *Sobreviver na Adversidade. Mercados e Formas de vida*. São Carlos: EDUFSCAR, 2018.

30 GRILLO, Carolina C. Frontières tacites. Confrontations et accords dans les favelas de Rio de Janeiro. *Confins*, 28, 2016. URL: <http://journals.openedition.org/confins/11246>; DOI: <https://doi.org/10.4000/confins.11246>

Pedras e Muzema, no qual não apenas os criminosos são “achacados”, mas também boa parte da população residente nestas áreas.

O que esta rápida passagem sobre uma pequena parte do vasto acervo do GAECO/MPRJ aponta é que a expansão de milícias está intimamente relacionada à atuação brutal e corrupta de policiais, ou seja, para uma necessária conjugação entre violência estatal e grupos armados. No debate público e em parte daquele especializado, a violência institucional e aquela realizada pelos grupos armados são percebidas como fenômenos distintos, seja por uma relativa ou total autonomia (oposição entre Estado/sociedade), ou ainda como um fazendo parte do outro como solução (o Estado contra o crime organizado).

Neste texto, procuramos demonstrar que a violência de Estado é parte da produção de grupos armados, com especial ênfase na conformação das chamadas milícias. Para tanto, propomos pensar os grupos armados de tipo miliciano como efeito da concessão ao uso da força tendencialmente ilimitada por agentes de Estado. Reiteramos que a não restrição e controle do uso da força estatal acabam por estimular e impulsionar as práticas do “arrego” e da “mineração”, que conformam a base de formação de grupos armados de tipo miliciano.

Concretamente, quando os policiais provenientes do 18º BPM chegam ao 24º BPM e são alocados na parte operacional, a eles é concedido (ilegalmente) o uso quase ilimitado da força (como parte das atribuições do “combate ao crime organizado”) e, em última instância, mas utilizado de forma bastante concreta e rotineira, a disposição quase ilimitada sobre as vidas (negras e pobres) daqueles que vivem sob o controle territorial do BPM durante operações, patrulhas e rondas voltadas ao policiamento ostensivo e repressivo, ou ainda fora do horário de serviço. Utilizamos de forma cuidadosa o termo “quase ilimitado” com referência ao uso da força e à disposição sobre as vidas apenas para demarcar de forma não hiperbólica um espaço da ação que vai muito além dos limites legais pactuados e muito aquém do limite razoável da discricionariedade própria aos atos de

funcionários públicos,³¹ ou seja, o “quase ilimitado” é algo que habita mais que frequentemente o ilegal e a arbitrariedade.

O que dizer de policiais que, conforme consta em vídeo apensado aos autos da “Operação Mercenários”, utilizam de “tortura com tapas e enforcamentos com saco de lixo na cabeça uma pessoa detida por eles e que teria sido presa em flagrante por tráfico de drogas” para receber vantagens pecuniárias para a sua libertação? Ou da infiltração de pessoas a fim de indicarem traficantes em posição de comando que seriam em seguida executados com vistas a transmitir a mensagem da necessidade de pagamento do “arrego”? O fato é que encontram não apenas respaldo, como também estímulo a esse tipo de prática “quase ilimitada” do uso da força e da disposição sobre as vidas, em ao menos duas dimensões diferentes do que se chama de forma corrente da “autonomização das polícias”.

Em primeiro lugar, através do que poderíamos chamar de insulamento institucional³², ou seja, um processo que vem transformando a arquitetura institucional das polícias em autarquias autorreferenciadas e isoladas dos poderes eleitos ou das instituições de controle democrático. É absolutamente emblemática a extinção da antiga Secretaria da Segurança Pública (SESEG), promessa de campanha feita por Wilson Witzel e cumprida no seu primeiro dia como governador eleito. As recém-aprovadas Lei Orgânica Nacional das Polícias Civis e Lei Orgânica Nacional das Polícias Militares vão na mesma direção³³. De forma mais estrutural, pode-se dizer que essa movimentação mais recente vem a se somar à convivência dos controles internos e externos, com o conhecido corporativismo das

31 MUNIZ, Jacqueline. Da accountability seletiva à plena responsabilidade policial. In: CARUSO, Haydée; MUNIZ, Jacqueline de Oliveira; CARBALLO BLANCO, Antonio Carlos (orgs.). *Polícia, Estado e sociedade: práticas e saberes latino-americanos*. Rio de Janeiro: Publit. p. 21-73. BRODEUR, J.-P. Por uma sociologia da força pública: considerações sobre a força policial e militar. *Caderno CRH*, 17 (42), 2006. <https://doi.org/10.9771/ccrh.v17i42.18507>. Acesso em 18/07/2025

32 SOARES, Luiz Eduardo. *Legalidade libertária*. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2006.

33 Ver LEI N° 14.735, de 23 de novembro de 2023 e LEI N° 14.751, de 12 de dezembro de 2023 do Governo Federal.

corregedorias, que de forma geral punem infrações disciplinares, mas não crimes contra a vida, e à leniência do Ministério Público que, apesar de sua atribuição constitucional de fiscalização da atividade policial, pede o arquivamento da “quase totalidade” dos casos de mortes perpetradas por agentes do Estado³⁴. Por fim, pode-se dizer que a própria existência do inquérito policial é um grave problema que caminha neste sentido, por permitir que o processo judicial seja iniciado nas delegacias de polícia³⁵.

Em segundo lugar, os próprios poderes políticos, que via de regra não conseguem impor por sua capacidade institucional e democrática o controle policial, perceberam faz muitos anos que o estímulo ao descontrole gera ganhos eleitorais. Se, por um lado, isto é constitutivo da política brasileira em geral e da fluminense em particular, este tipo de inação com retorno eleitoral ganhou impulso global e contemporâneo através do que muitos autores vêm chamando de “populismo penal”. Esta outra face da autonomização das polícias vem de sua instrumentalização, ou seja, pelo uso que se faz das polícias como parte da maquinaria do jogo político-partidário, isto é, a mobilização dos símbolos do sofrimento e do ódio para conquistar adesão social e retornos eleitorais³⁶.

Deste ponto de vista, não é possível deixar de perceber que estamos vivendo uma transição crítica, um ponto de inflexão importante, que não é mera reposição de estruturas inalteradas, seja por esse engate com

34 Ver: LEMGRUBER, Julita; MUSUMECI, Leonarda; CANO, Ignacio. *Quem vigia os vigias? Um estudo sobre controle externo da polícia no Brasil*. Rio de Janeiro: Record, 2003. MISSE et al. *Quando a polícia mata: Homicídios por auto de resistência (2008–2011)*. Rio de Janeiro: Booklink, 2013. FÓRUM JUSTIÇA. Quem Controla a Polícia do Rio de Janeiro: Principais Achados da Pesquisa “Letalidade Policial no Rio de Janeiro e Respostas do Ministério Público”. Rio de Janeiro, 6 abr. 2023. Disponível em: <https://forumjustica.com.br/biblioteca/quem-controla-a-policia-do-rio-de-janeiro/>. Acesso em 28/02/2024.

35 Ver: KANT DE LIMA, R. A polícia na cidade do Rio de Janeiro: seus dilemas e paradoxos. Rio de Janeiro: Editora Forense, 1995. MISSE, Michel (org.). *Inquérito Policial no Brasil. Uma pesquisa empírica*. Rio de Janeiro: Booklink, 2009.

36 PRATT, J. *Penal Populism*. London: Routledge, 2007. MINHOTO, L. *Sistemas sociais e regimes punitivos na constelação neoliberal*. São Paulo: ESA OAB/SP, 2021.

dinâmicas globais de “morte das democracias”, seja pela sua articulação com nossas raízes coloniais, que colocaram sempre a violência como mecanismo central de manutenção das desigualdades sociais e raciais. Como coroamento desse processo, pode-se mencionar que o fenômeno recente de candidaturas de “policiais youtubers” acrescenta uma camada a mais ao problema, dado que vêm substituindo os “policiais sindicais”. Essa movimentação política retira as demandas corporativas da pauta política e insere a exposição de corpos negros dilacerados em operações policiais como forma de aferir votos e “likes”, o que garante posições políticas e independência financeira (e funcional) destes personagens novos (e crescentes) no cenário político brasileiro³⁷.

Pode-se afirmar, portanto, que a estruturação do aparato repressivo do Estado para a atuação letal das polícias só é possível porque existe todo um sistema de justiça criminal e político que, ao invés de controlar, acaba autorizando e/ou estimulando essas mortes, e que, portanto, esse tipo de prática “quase ilimitada” do uso da força e da disposição sobre as vidas é efeito dessa autorização e desse estímulo crescente. É certo que, formalmente, se trata de um uso da força e da disposição das vidas que se desenvolve fora dos limites legais. Porém, dada a recorrência, a reincidência e a sistematicidade, é negável que, de um ponto de vista substantivo (e, portanto, sociológico), existe amplo amparo legal para o uso da força e a disposição sobre as vidas praticamente sem limites.

Apontamentos sobre confiança e *accountability*

É desta forma que a disposição ilimitada sobre as vidas e o uso da força ilimitado são convertidos em uma mercadoria passível de ser extraída diretamente (mineração) ou comprada e vendida, ou seja, transacionada (o

37 Dinâmica apresentada por Renato Sérgio Lima em diversas oportunidades de forma oral, mas sustentada tendo por base relatório do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, ver:: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/08/analise-candidaturas-2022.pdf>. Acesso em 18/07/2025

arrego). Mas ocorre que, em seguida, essas transações passam a envolver não apenas criminosos (os envolvidos), como também qualquer pessoa que viva e tenha algo que possa ser subtraído (os moradores ou comerciantes). O que as denúncias conseguem rastrear, portanto, é uma conversão da proteção como um bem público (a promessa da justiça de não permitir que o mais fraco ou desarmado se submeta ao mais forte e armado) em uma mercadoria (que institui a certeza da dominação de um pelo outro), produzindo, assim, o que Michel Misse denominou “mercadoria política”³⁸. Esta conversão, portanto, inverte o sentido semântico reconfortante e instituinte da proteção como condição de possibilidade do viver juntos, do comum, da dissonância pacífica e argumentativa, em seu sentido mais aterrorizante, associado à extorsão, à exploração ou à espoliação. Em outras palavras, se trata da passagem da matéria instituinte da democracia às práticas autoritárias. Isto porque se, por um lado, é fundamental compreender que a proteção é um elemento análogo da atuação do Estado e do crime organizado, tanto do ponto de vista formal, como também histórico e substantivo³⁹, por outro, há claramente diferenças expressas nas maneiras de se estabelecer a prestação de contas acerca do uso da violência⁴⁰.

De forma aparentemente paradoxal, em democracias, ocorre uma espécie de institucionalização da desconfiança acerca do uso da força, no sentido da legítima suspeita sobre a autoridade, da justificativa exigida dos poderes, o que significa, em outras palavras, da construção de uma maquinaria de prestação de contas⁴¹ (*accountability*). Os primeiros passos dessa

38 Ver: MISSE, M. *Crime e Violência no Brasil Contemporâneo*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006.

39 TILLY, Charles. War Making and State Making as Organized Crime. In: Evans, Peter; Rueschmeyer, Dietrich; Skocpol, Theda (eds.). *Bringing the State Back In*. Cambridge: Cambridge University Press, 1985. pp. 169-191.

40 GAMBETTA, Diego. Can We Trust. In: ____ (ed.). *Trust Making and Breaking Cooperative Relations*. Oxford: Basil Blackwell, 1990. pp. 213-238.

41 SZTOMPKA, Piotr. Trust, Distrust and Two Paradoxes of Democracy. *European Journal of Social Theory*, 1(1), p. 19-32, 1998. <https://doi.org/10.1177/136843198001001003>. Acesso em 18/07/2025

maquinaria de prestação de contas, da institucionalização da desconfiança, são as eleições periódicas, a divisão dos poderes e o império da lei, o constitucionalismo, além do devido processo legal, os direitos civis, a clara aplicação da lei, a comunicação aberta e livre para escrutínio público, a livre associação. Poderíamos dizer que cada um destes pontos é parte da construção dessa maquinaria da prestação de contas que constitui a institucionalização da desconfiança⁴².

Isto produz não apenas legitimidade, como também confiança na premissa fundamental de construção da democracia como processo sociológico⁴³. A administração dos conflitos só é possível se a maquinaria da prestação de contas ou a institucionalização da desconfiança estiverem operantes. É desta forma que as pessoas vão ser tolerantes, agir de forma civilizada, comunicativa, participativa, ou seja, é desta forma que se torna possível a democracia como uma via de construção da possibilidade do dissenso.

Mas esse círculo virtuoso tem um limite interno claro: as pessoas se sentirem enganadas por violações sistemáticas e visíveis dessa maquinaria. Violações episódicas fazem parte de qualquer regime democrático: são falhas que podem servir para corrigir suas promessas. Mas violações sistemáticas e com alta percepção social de injustiça fazem com que tudo desmorone como um castelo de cartas. A meta-confiança da democracia faz da democracia uma espécie de seguro contra outras formas de confiança. O desapontamento, que decorre das expectativas violadas, faz a democracia

42 Guillermo O'Donnell distingue entre accountability vertical, associada aos mecanismos eleitorais e, portanto, do regime político, e accountability horizontal, uma malha institucional coordenada e convergente, com autoridade legal, autonomia decisória e determinação para atuar em respostas a instituições estatais. Claramente o controle democrático da atividade policial se insere na accountability horizontal, através das corregedorias, do ministério público e comissões parlamentares. Ver: O'DONNELL, Guilherme. *Dissonâncias: críticas democráticas à democracia*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2017.

43 ROSANVALLON, Pierre. *La légitimité démocratique Impartialité, réflexivité, proximité*. Paris: Éditions du Seuil, 2008.

passar a ser vista como cínica ou hipócrita, alimento dos elementos potencializadores dos movimentos autoritários mundiais.

Ademais, entramos em um terreno perigoso de avanço ao autoritarismo real do ponto de vista da aderência social a outras lealdades que estruturam outras confianças. Autocracias atuam de forma inversa à da maquinaria da desconfiança democrática: elas institucionalizam a confiança em um líder ou um regime por meio de sanções pesadas; não prestam contas, apenas exigem lealdade; seus princípios não podem ser questionados, a legitimidade é ideológica e os indivíduos são tratados com desconfiança, ou seja, o conflito não é processado, não há dissenso, apenas consenso violento.

Esta é a mesma lógica da confiança que passa a imperar a partir do respaldo a policiais violentos, esquadrões da morte, grupos de extermínio, milícias e seus apoiadores políticos. Quando a proteção como bem público se converte em mercadoria, não temos mais cidadãos, apenas clientes, não temos mais um horizonte de construção da cidadania, mas sim exigência de lealdade. E, desta forma, a proteção como bem público associada à prestação de contas se transforma em mercadoria, exigência de pertencimento irrefletido àquele com a mão forte, o que produz um imenso campo de coesão. De fato, conceitualmente, a proteção se converte em extorsão, atuação distintiva dos grupos armados e típica de regimes autoritários.

Até recentemente, alguns analistas apontavam as últimas três décadas do Brasil como aquelas de “consolidação das instituições democráticas”. A ascensão da extrema direita, contudo, coincide com um período em que o volume e a maneira de se realizarem chacinas apontam para um horizonte contrário ao da democratização. Como é possível que, com o passar dos anos, as chacinas tenham se tornado ainda mais frequentes e letais, tendendo a se caracterizar sobretudo pelas circunstâncias criadas por operações policiais oficiais? Não seria de se esperar que, com o avanço do regime democrático, o uso da força oficial fosse publicamente pactuado e limitado legalmente? Esse cenário, ademais, coincide com a ascensão

das chamadas milícias justamente porque o uso da força foi sendo cada vez mais mercantilizado.

Nossa hipótese é de que, na área de segurança pública, as linhas de continuidade do regime militar após a transição democrática são mais fortes do que aquelas de ruptura, porque a democracia se construiu de forma concomitante a uma máquina de mortes estatal que, nos últimos anos, alcançou o seu pior momento. A única maneira de romper esse ciclo vicioso é o controle democrático da atividade policial, o estabelecimento de uma linha de corte que permita criar formas de pactuação explícita de uso da força. É preciso atravessar o rubicão das reformas inócuas e de fato instituir o controle social e institucional das polícias, para assim construir confiança por meio da maquinaria de prestação de contas que chamamos de democracia.

“O estado mais seguro do Brasil”: notas etnográficas sobre conflitos, direitos e segurança pública em Santa Catarina¹

Flavia Medeiros²

Introdução

Dados divulgados pela última edição do *Atlas da Violência* (Cerqueira; Bueno, 2024a)³ demonstram que Santa Catarina é o estado com menor índice de homicídios no país, com 9,1 mortes por 100 mil habitantes – um total de 671 homicídios registrados em 2022 (722 estimados considerando os “homicídios ocultos”⁴). A capital Florianópolis, já consistentemente reconhecida como capital com maior IDH do país, figura entre a capital “mais segura” com uma taxa de homicídios registrados e estimados de 8,9 por 100

1 Agradeço a diversas colegas pelos comentários e as sugestões realizados no âmbito do Colóquio Formas do Conflito Armado no Brasil: dinâmicas, atores e práticas, realizado no dia 22 de julho de 2024, na UFMG, Belo Horizonte/MG; do V Seminário Raça e Política, ocorrido nos dias 12 e 13 de setembro de 2024, na UFF, Niterói/RJ; e no XI Seminário do INC-InEAC, entre os dias 07 a 14 de novembro, na UFF, Niterói/RJ.

2 Doutora em Antropologia – UFF, professora do Departamento de Antropologia – UFSC flaviamedeiros@gmail.com.

3 CERQUEIRA, Daniel; BUENO, Samira (coords.). *Atlas da violência 2024*. Brasília: Ipea; FBSP, 2024a. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/14031>

4 O pesquisador do Ipea, Daniel Cerqueira, “desenvolveu um método para atribuir a probabilidade a cada MVCI (morte violenta de causa indeterminada) de ser, na realidade, um homicídio mal classificado (homicídio oculto).” (Cerqueira; Lins, 2024, p. 1) e a partir da aplicação de métodos estatísticos passou a indicar uma estimativa desses tipos de classificação “mal classificada” nos números oficiais. (Cerqueira, 2013)

mil habitantes (zero “homicídios ocultos”), um total de 49 homicídios em 2022 numa população ao redor de 530 mil pessoas. Em suas análises, o relatório afirma: “Em Santa Catarina (9,7), única UF com taxa abaixo de dez, quase não há municípios tidos como violentos” (Cerqueira; Bueno, 2024b, p. 31⁵)⁶.

Ao olhar os dados por raça/cor, vemos que, enquanto a taxa de homicídios registrados de não negros (incluindo brancos e amarelos) é de 8,6, e de 9,9 para pessoas negras, já para indígenas a taxa de homicídios registrados sobe significativamente para 16,2, sendo que em municípios com terra indígena, a taxa pula para 46,1, enquanto para municípios sem terra indígena fica em 16,6⁷. Tais dados colocam Santa Catarina entre os estados com maiores taxas de mortes por homicídios de indígenas no Brasil⁸.

5 CERQUEIRA, Daniel; BUENO, Samira (coords.). *Atlas da violência 2024: retrato dos municípios brasileiros*. Brasília: Ipea; FBSP, 2024b. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/14031>

6 “O estado de Santa Catarina apresentou, pela primeira vez na série histórica analisada, uma taxa de homicídios estimados por 100 mil habitantes inferior a 10,0. Foram 142 dos 295 municípios (48,1%) que não tiveram nenhum homicídio em 2022. Em números absolutos, Joinville e Florianópolis lideraram o número de homicídios (60 e 48, respectivamente), mas ainda assim com taxas inferiores a dez (9,7 e 8,9, respectivamente). Entre as cidades médias e grandes (mais de 100 mil habitantes), as que apresentaram as maiores taxas foram Chapecó (12,6) e Balneário Camboriú (12,9), bastante abaixo da média nacional. Todos os municípios em destaque no mapa, com taxas mais elevadas, possuem populações muito pequenas, o que faz com que o cálculo por 100 mil habitantes possa se destacar, sem que isto represente realmente um cenário de violência, comparado a outros resultados no país. Esses resultados são notórios quando identificamos que SC possui a menor proporção de policiais por habitantes, o que refuta o senso comum de que “mais policiais significa necessariamente mais segurança” (Cerqueira; Bueno, 2024b, p. 33).

7 Em Santa Catarina há a presença de três povos indígenas: Guarani, Xokleng-Laklãnô e Kaingang, somando uma população de cerca de 22 mil pessoas.

8 “Em relação às taxas de homicídios registrados de indígenas para o ano de 2022, considerando os municípios com Terras Indígenas, [...], os estados de Mato Grosso (133,0), Rio Grande do Sul (84,1), Minas Gerais (81,0), Paraná (78,5), Mato Grosso do Sul (68,7), Roraima (67,8), Alagoas (60,8), Tocantins (59,3), Santa Catarina (46,1) e Acre (43,9) destacam-se com os maiores valores.” (Cerqueira; Bueno, 2024b, p. 88).

Nesse contexto, no qual se estabelece um jogo entre números e categorias para definir quadros relativamente estáveis de dados sobre segurança pública (Miranda, 2014⁹; Medeiros, 2018¹⁰), conflitos e episódios de violação de direitos de populações minorizadas são representados pela própria forma de invisibilização e negação da presença de certos grupos. “Não porque a estatística foi mal calculada, mas porque tal cálculo já é produzido de forma a ressaltar determinados números em detrimento de outros, a valorizar arranjos quantitativos que alocam num mesmo conjunto informações que deveriam aparecer separadas umas das outras” (Farias, 2020, p. 233¹¹).

Assim, os processos históricos de busca pela homogeneização e o ideal de brancura que foram fundamentais no processo de formação do estado de Santa Catarina tinham parte peculiar no contexto da política racista calcada em ideias eugenistas no Brasil na Primeira República, que contornaram com políticas de cunho liberal profundamente preocupadas com a “onda negra” diante da majoritária população de pessoas negras no país (Azevedo, 1987¹²). Em Santa Catarina, ainda com a capital Nossa

9 MIRANDA, Ana Paula. Militarização e direitos humanos: gramáticas em disputa nas políticas de segurança pública no Rio de Janeiro/Brasil. *Fórum Sociológico* [on-line], v. 25, 2014. Disponível em: <https://journals.openedition.org/sociologico/886?lang=en>.

10 MEDEIROS, Flavia. *Linhas de investigação: uma etnografia das técnicas e moralidades numa Divisão de Homicídios da Região Metropolitana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Autografia, 2018.

11 FARIAS, Juliana. *Governo de mortes: uma etnografia da gestão de populações de favelas no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Papéis Selvagens Edições, 2020.

12 AZEVEDO, Celia Maria Marinho de. *Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites século XIX*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987*1.

Senhora do Desterro¹³ particularmente, mesmo com a presença de populações negras escravizadas, havia também uma extensa exploração de trabalho escravo de indígenas (Cardoso. Ianni, 1960¹⁴). Desde meados do século XIX, a presença de negros e indígenas em Santa Catarina sempre foi minorizada e foi marcada por um forte discurso eurocentrado, repercutido em análises sociológicas e do pensamento social brasileiro da primeira metade do século XX¹⁵ e justificado pela presença da migração europeia em

13 Nome da capital de Santa Catarina até 1894, quando a cidade deixou de ser Nossa Senhora do Desterro e foi modificada para Florianópolis, em homenagem ao Marechal Floriano Peixoto (1839–1895). Cabe mencionar que Floriano Peixoto – Ministro de Guerra (1890–1891), primeiro vice-presidente (1891) e segundo presidente (1891–1894) do Brasil – recebeu a homenagem de nomear a capital de Santa Catarina devido aos seus feitos em controlar revoltas e rebeliões armadas enquanto presidente, em particular no evento que foi considerado desfecho da Revolução Federalista, quando o coronel Antônio Moreira César, sob as ordens do presidente Floriano Peixoto, comandou o massacre de Anhatomirim, em 16 de abril de 1894, fuzilando pelo menos 298 que estavam encarcerados na Fortaleza de Santa Cruz, na Ilha de Anhatomirim, localizada no extremo norte da Ilha de Santa Catarina.

14 CARDOSO, Fernando Henrique; IANNI, Octávio. *Cor e mobilidade social em Florianópolis*. São Paulo: Nacional, 1960.

15 Os sociólogos Fernando Henrique Cardoso e Octávio Ianni (1960), em análise sobre a presença de negros no Desterro, afirmam: “por causa do pouco desenvolvimento econômico da área no período colonial e nos primeiros cinquenta anos da Independência, não emergiu nenhum setor importante de produção onde fosse compensadora à inversão de capitais na mão de obra escrava, e não houve, por esta mesma razão, a acumulação de riquezas que permitissem a criação de novas fontes de produção.” (p. 10). Desde essa interpretação, em Santa Catarina, e particularmente nas cidades litorâneas Laguna e Desterro/Florianópolis, não haveria a intensa presença de pessoas negras. A historiadora Beatriz Mamigonian (2014) critica esta perspectiva excepcional da presença negra e considera: “Muito marcada pela imagem da pobreza relativa da população do litoral criada por memorialistas, essa interpretação da escravidão de Santa Catarina contribuiu para reforçar a versão da história (carregada de racismo) em que a economia teria ganhado dinamismo apenas após a fundação das colônias de imigrantes alemães e italianos, principalmente a partir de 1850. A imagem de uma região povoada predominantemente por europeus, cristalizada no senso comum, esconde a presença histórica de africanos e seus descendentes.” (p. 571).

Florianópolis, de origem portuguesa, e em outras regiões do estado de origem ítalo-germânica (Leite, 1991¹⁶; Mamigonian, 2014¹⁷).

No começo do século XX, registros de conflitos entre colonos e indígenas seguiram presentes: “A disputa entre índios e imigrantes se acirrou com a formação de tropas e expedições de caça aos chamados “bugres”, tropas estas constituídas pelos denominados “bugreiros”, que fizeram prevalecer, pela violência, os interesses comerciais das companhias colonizadoras” (Santa Catarina, 2019, p. 24¹⁸). Ainda que significativa a presença de negros e indígenas, é atribuído o desenvolvimento social e econômico de Santa Catarina a esses imigrantes europeus colonizadores, os *colonos*, sendo eles os responsáveis pelo processo de “colonialismo de assentamento”¹⁹ na transição do Império escravocrata à República liberal (Leite, 1991²⁰;

16 LEITE, Ilka Boaventura. Descendentes de africanos em Santa Catarina: invisibilidade histórica e segregação. *Textos e Debates*, Florianópolis, v. 1, n. 1, p. 5–42, 1991.

17 MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti. Africanos em Santa Catarina: Escravidão e identidade étnica (1750–1850). In: FRAGOSO, João et. al. (orgs.). *Nas rotas do Império: eixos mercantis, tráfico e relações sociais no mundo português*. 2. ed. Vitória: EDUFES, 2014.

18 SANTA CATARINA. Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável. Diretoria de Desenvolvimento Urbano. In: Rocha, Isa de Oliveira (org.). *Atlas geográfico de Santa Catarina: população* – fascículo 3. 2. ed. Santa Catarina: Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável. Diretoria de Desenvolvimento Urbano. Florianópolis: Ed. da UDESC, 2019.

19 “Colonialismo de assentamento”, como tradução livre do conceito “settlement colonialism”, tem sido utilizado para descrever um sistema de poder e gestão da violência que se configura como uma forma de colonialismo na qual os colonos criam sociedades distintas da população indígena e buscam controlar terras e recursos e estabelecer sua própria economia e sistema de governança com imposição de domínio sobre um território. Casos exemplares podem ser vistos nos processos de dominação colonial britânica nos atuais territórios da Nova Zelândia, Austrália, Estados Unidos, Canadá, África do Sul e contemporaneamente por Israel na Palestina (Veracini, 2019; Ihmoud, 2021), sendo sua principal diferença a destruição para substituição das relações, ao invés do foco na exploração do trabalho ou de recursos em outros contextos de colonização.

20 LEITE, Ilka Boaventura. Descendentes de africanos em Santa Catarina: invisibilidade histórica e segregação. *Textos e Debates*, Florianópolis, v. 1, n. 1, p. 5–42, 1991.

Mamigonian, 2014²¹). O “medo branco” diante das revoltas e lutas contra oligarquias que se apresentou em diversas regiões do país (Azevedo, 1987²²), em Santa Catarina se assentou em contornos de onda branca, conformando uma hegemonia na qual a branquitude é senso comum (Medeiros, 2023²³), fazendo com que grupos não brancos nesse território fossem tomados como “cidadãos invisíveis” (Alencar, 2019²⁴).

As especificidades dos dados de violência, como aquela que se volta contra pessoas negras e indígenas, se dão diante da construção e da difusão dessa marcada expressão histórica de autorrepresentação de um território onde a população é representada pelas pessoas brancas. Nesse contexto, de um estado branco, “civilizado” e com forte influência da “cultura europeia”, a segurança pública corresponde ao *status* social local e uma polícia eficiente é correlacionada à imagem da manutenção do *status* de sua população legítima – um exercício de poder em nome da própria supremacia branca. O presente texto visa explorar como tal discurso predominante aciona valores do dispositivo de *segurança*, como *família*, *propriedade* e *conservadorismo*. Estas, moralidades centrais nas relações entre direitos, conflitos e branquitude, relacionadas às armas de fogo como artefato e tecnologia, permitem identificar como o direito ao armamento tem sido manifestado como tradição armamentista de uma cultura teuto-brasileira

21 MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti. Africanos em Santa Catarina: Escravidão e identidade étnica (1750–1850). In: FRAGOSO, João et. al. (orgs.). *Nas rotas do Império: eixos mercantis, tráfico e relações sociais no mundo português*. 2. ed. Vitória: EDUFES, 2014.

22 AZEVEDO, Celia Maria Marinho de. *Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites século XIX*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, 1B8*1.

23 MEDEIROS, Flavia. A matabilidade como forma de governo: violências, desigualdades e Estado numa perspectiva comparativa entre Florianópolis e Rio de Janeiro. *Horizontes Antropológicos*, v. 29, n. 65, on-line, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/hj/ha/a/Kqd5nVzvPMb4ZxgLJhBm3Gs/>.

24 ALENCAR, Alexandra. Cidadão Invisível e o direito à cidade negada. In: RAPOSO, Paulo; RENCK, Allende; HEAD, Scott (orgs.). *Cidades rebeldes: invisibilidades, silenciamentos, resistências e potências*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2019. p. 183–193.

(Seyferth, 2004²⁵) que se compõe com valores *tradicionais*, como predominate ao sul do Brasil, criando particularidades ao tratar de conflitos, direitos e segurança pública.

“O estado mais seguro do Brasil”

Os dados das estatísticas oficiais têm se mostrado muito úteis no discurso governamental e repercutido tanto pela mídia oficial quanto pela mídia empresarial: um estado que tem alta qualidade de vida, onde as coisas funcionam e onde não tem problemas com segurança, criminalidade e violência. Antes da divulgação do *Atlas da Violência 2024*, o governo do estado lançou uma propaganda com o *slogan*: “O estado mais seguro do Brasil”. iniciada em maio de 2024, e que passou a ocupar diversos pontos na cidade de Florianópolis, estando em *outdoors*, pontos de ônibus, aeroporto internacional, *busdoor*, além da massiva divulgação na propaganda televisiva e de internet²⁶.

Segundo *release* de divulgação no lançamento da campanha:

25 SEYFERTH, Giralda. A ideia de cultura teuto-brasileira: literatura, identidade e os significados da etnicidade. *Horizontes Antropológicos*, v. 10, n. 22, on-line, 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ha/a/pbRYphmTJ6HbfhD53JQ8xDH/>

26 A propaganda liderada pela Secretaria de Segurança Pública conta com a participação de quatro pessoas, cada uma delas representando uma das quatro instituições que compõem esta pasta do governo: Polícia Militar, Polícia Civil, Corpo de Bombeiros e Polícia Científica. Em novembro de 2024, a campanha ganhou o Prêmio Profissionais do Ano – PPA, promovido pela Rede Globo na categoria Região Sul. Como divulgado pela própria agência de publicidade, segundo o secretário de Comunicação do Estado de Santa Catarina: “Pela primeira vez a comunicação entrou nas forças de segurança, conversando e criando as peças em reuniões com os próprios agentes de campo. Nos filmes praticamente não temos atores. A maioria que aparece é agente de segurança de verdade. O trabalho entre SECOM, forças de segurança e a agência OneWG foi inédito, desde o nascimento da ideia até a produção das peças”. Disponível em: <https://acontecendoaqui.com.br/propaganda/onewg-conquista-profissionais-do-ano-2024/> Acesso em 15/12/2024.

Criada pela OneWG, a campanha utiliza uma abordagem comunicativa robusta e eficiente para transmitir a mensagem desejada pelo governo de Santa Catarina. Foram produzidos quatro filmes para TV, YouTube e cinema, além de peças gráficas e digitais. A agência busca destacar nas peças o dia a dia de policiais, bombeiros e peritos criminais. Um dos pontos-chave é evidenciar o treinamento constante e o investimento em equipamentos, veículos e tecnologia, mostrando que por trás da sensação de segurança há um trabalho intenso e muitas vezes oculto, ou seja, não percebido pela população. Para isso, os filmes da campanha proporcionam ao público a experiência de “se colocar no lugar” de um agente das forças de segurança, sentindo de perto a importância, a intensidade e o preparo exigido neste trabalho. A campanha, no todo, reforça os números, os resultados e o sucesso das operações de segurança realizadas no estado²⁷.

A propaganda com o *slogan* “O estado mais seguro do Brasil” passou a divulgar ações, com informações de gastos no orçamento em segurança pública, operações realizadas nos últimos anos e investimentos em tecnologias, recursos humanos e equipamentos com esse intento de aproximação da população à perspectiva dos agentes policiais e de produzir uma relação de aderência e legitimação das forças policiais.

Junto a essa campanha contratada pelo governo do estado, outras ações midiáticas passaram a ganhar repercussão. Uma das notícias de destaque foi a aquisição de 145 fuzis israelenses pelo valor de aproximadamente 1,5 milhões de reais. Dentre os atributos das armas adquiridas pela Polícia Civil estaria sua “flexibilidade operacional (que) faz com que o fuzil Arad/IWI 5,56 X 45mm seja utilizado pelas forças policiais de todo o mundo, como o exército americano, OTAN e FBI. No Brasil, o BOPE da PM do Rio de Janeiro usa a arma”, como noticiado no dia 11 de julho pela Assessoria de

27 ACONTECENDO..., Campanha criada pela OneWG destaca Santa Catarina como o estado mais seguro do Brasil. Acontecendo Aqui, 31 de maio de 2024. Disponível em: <https://acontecendoaqui.com.br/propaganda/campanha-criada-pela-onewg-destaca-santa-catarina-como-o-estado-mais-seguro-do-brasil/> Acesso em 27/07/2024.

Comunicação da própria Polícia Civil do estado de Santa Catarina. A notícia vinha com o título “Polícia Civil de Santa Catarina recebe 145 fuzis israelenses de alta performance”²⁸ e repercutida posteriormente pela SECOM²⁹ de forma digital e na sua Rádio³⁰, no dia 16 de julho, com o título: “Em comemoração aos 212 anos da Polícia Civil, Jorginho Mello entrega fuzis, viaturas e outros equipamentos”.

O fuzil Arad/IWI é considerado um fuzil de assalto de alta performance e produzido pela Cia. Israel Weapons Industry – IWI, “é especialmente projetado para todos os tipos de cenários de combate com sua capacidade de mudar calibres de 5,56X45mm para 300 BLK” (IWI, on-line)³¹, sendo o *design* e sua capacidade multicalibre de municiamento destacados como diferencial pelo público especializado³². No Rio de Janeiro, como mencionado na notícia, foram adquiridos 600 fuzis pela PMERJ em outubro de 2022 para uso das unidades do Batalhão de Operações Policiais

28 ASCOM – PCSC, Assessoria de Imprensa da Polícia Civil de Santa Catarina. Polícia Civil de Santa Catarina recebe 145 fuzis israelenses de alta performance. Agência de Notícias SECOM – Governo do Estado de Santa Catarina. 11 de julho de 2024. Disponível em: <https://estado.sc.gov.br/noticias/policia-civil-de-santa-catarina-recebe-145-fuzis-israelenses-de-alta-performance/> Acesso em 27/07/2024.

29 EDUARDO, João. Em comemoração aos 212 anos da Polícia Civil, Jorginho Mello entrega fuzis, viaturas e outros equipamentos. Agência de Notícias SECOM – Governo do Estado de Santa Catarina. 16 de julho de 2024. Disponível em: <https://estado.sc.gov.br/noticias/em-comemoracao-aos-212-anos-da-policia-civil-jorginho-mello-entrega-fuzis-viaturas-e-outros-equipamentos/> Acesso em 27/07/2024.

30 SECOM – Rádio. Em comemoração aos 212 anos da Polícia Civil, Jorginho Mello entrega fuzis, viaturas e outros equipamentos. Agência de Notícias SECOM – Governo do Estado de Santa Catarina. 16 de julho de 2024. Disponível em: <https://estado.sc.gov.br/noticias/em-comemoracao-aos-212-anos-da-policia-civil-jorginho-mello-entrega-fuzis-viaturas-e-outros-equipamentos-2/> Acesso em 27/07/2024.

31 Disponível em: <https://iwi.net/arad/> Acesso em 10/12/2024.

32 O portal infoDefensa é um jornal digital sediado em Madrid e especializado em informações sobre a chamada “indústria de segurança e defesa”, isto é, o mercado de armas e tecnologias de violência e vigilância. Sobre o Fuzil Arad/IWI, o portal publicou: IWI consegue novas vendas de fuzis ARAD no mercado brasileiro de Segurança Pública. On-line, 13 de julho de 2024. Disponível em: <https://www.infodefensa.com/texto-diario/mostrar/4927125/arad-iwi> Acesso em 10/12/ 2024.

Especiais (BOPE), o Batalhão de Ações com Cães (BAC), o Batalhão de Polícia de Choque (BPChq), o Grupamento Tático de Motociclistas (GTM) e o Grupamento Aeromóvel (GAM) visando substituir os antigos fuzis Falcon de origem belga³³.

A aquisição de “fuzis, viaturas e outros equipamentos” para a Polícia Civil foi divulgada amplamente, com postagens em redes sociais e divulgação pela mídia empresarial local e pela mídia especializada internacional. As ferramentas de trabalho dos profissionais da Polícia Judiciária foram anunciadas como um presente do governador pelo aniversário desta corporação. No seu perfil oficial na rede social X/twitter foi publicado em 15 de julho de 2024: “Pessoal, tenho uma péssima notícia... para a bandidagem: acabamos de adquirir 145 fuzis israelenses de alta performance para nossa Polícia Civil. O mesmo armamento utilizado pelo exército americano e FBI”. Postagem esta que foi repostada sob a forma de captura de tela no perfil em outra rede social, o Instagram, de um deputado estadual que fora secretário estadual de segurança pública³⁴ e se autodefine em suas redes

33 De acordo com a notícia divulgada pela PMERJ, “O novo armamento passa a oferecer maior efetividade nas missões de patrulhamento e, sobretudo, nas operações em áreas conflagradas. Outra vantagem oferecida pelo novo fuzil é a redução do risco de efeitos colaterais indesejados, especialmente nas ações em áreas densamente povoadas. Isso porque, além da maior precisão, o fuzil de calibre 5,56 tem menor potencial de destruição quando comparado com o calibre 7,62, utilizado atualmente.”, deixando evidente a finalidade do uso desses armamentos. Em Santa Catarina, assim como em São Paulo, o uso dos fuzis Arad/IWI é destinado às Polícias Cíveis, promovendo um aumento do potencial de destruição de tais forças policiais, visto a limitada disponibilidade deste tipo de armamento às Polícias Judiciárias, responsáveis pela investigação. PMERJ. Polícia Militar do Rio adquire novo modelo de fuzil, mais leve e mais preciso. On-line, 11 de outubro de 2022. Disponível em: <https://sepm.rj.gov.br/2022/10/policia-militar-do-rio-adquire-novo-modelo-de-fuzil-mais-leve-e-mais-preciso/> Acesso em 12/12/2024.

34 Governador eleito em outubro de 2022, iniciou o mandato em janeiro de 2023. O deputado estadual, reeleito nas eleições de 2023, exerceu o cargo de secretário de Segurança Pública entre janeiro e maio de 2024. No governo anterior (2019–2023), a Secretaria de Segurança Pública tinha gestão compartilhada de forma alternada pelos representantes das quatro forças ali reunidas: Polícia Militar, Polícia Civil, Polícia Científica e Corpo de Bombeiros Militar; no governo que assumiu em 2023, esta forma de gestão foi alterada.

sociais como “armamentista, patriota, conservador, PM da reserva, instrutor de tiro”. Na legenda da captura de tela da postagem do governador, o deputado declarou: “Orgulho de fazer parte desse time de direita verdadeira em Santa Catarina, o resto é direito ‘trans’, só querem os votos de direita”, articulando de forma ostentatória a moral conservadora da direita com um discurso transfóbico e de legitimidade ideológica no seu espectro político e na defesa do armamento.

Quatro dias depois – em 19 de julho de 2024 –, no mesmo espaço utilizado anteriormente, o perfil no X/twitter, o governador publicou vídeo com sua fala transcrita em texto repercutindo o mesmo fato:

NOSSA POLÍCIA CIVIL CADA VEZ MAIS BEM EQUIPADA! Essa semana, nossa Polícia Civil completou 212 anos de muito trabalho em prol dos catarinenses. E nessa data especial, fizemos uma baita entrega para a instituição. Ao todo, foram 145 fuzis israelenses, 21 viaturas, 159 computadores de alto desempenho, 318 cintos táticos e 459 mil munições, **a maior compra da história da Polícia Civil**. Nessa data, quero parabenizar os integrantes de todas as nossas forças de segurança que, com muita coragem e dedicação, fazem de Santa Catarina o estado mais seguro do país (Governador de Santa Catarina via X/twitter em 19 de julho de 2024, grifos da autora).

Nos discursos e nas políticas institucionais no campo de segurança pública em Santa Catarina vemos como resultados estatisticamente desejáveis de uma “segurança pública” são acionados como discurso que promove as instituições policiais deste estado como eficientes. O discurso do governador do estado destacando o investimento nos recursos no que seria “a maior compra da história da Polícia Civil” reforça a centralidade do dispositivo de segurança na prioridade da execução do orçamento público, de forma que esta se torna uma agenda prioritária, ainda que os dados registrados sob forma de estatística sobre segurança pública não indiquem demanda para o incremento de armas. A repercussão do discurso do governador por seu aliado na Assembleia Legislativa atenta para o fato de que não

tanto o bom uso dos recursos públicos, mas sim as moralidades vigentes são as motivadoras daqueles que aderem às concepções de “direita”, conservadoras e em prol do armamento, produzindo “o estado mais seguro” como um valor que se relaciona a aquisição de fuzis da indústria armamentística do estado de Israel.

A atuação de garantia de um direito fundamental previsto na Constituição brasileira (art. 5º da Constituição Federal), atrelada à responsabilidade constitucional de órgãos de segurança pública (art. 144º da Constituição Federal), se torna vetor para a promoção global de tecnologias da violência e ferramentas de controle e vigilância, em que forças policiais e governos de estado se tornam consumidores de um mercado internacional no qual produtos, tanto quanto discursos e valores, circulam e fazem da própria “segurança” um produto a ser propagandeado. Em prol da imagem de um governo que se alinha a ideais conservadores, tais peças publicitárias, algumas sob a forma de notícias, produzem representações que evidenciam a relação entre mercado e segurança pública como propaganda de governo e da polícia – “*copganda*” (Klinkerfus, no prelo³⁵). Tais discursos posicionam o estado de Santa Catarina num fluxo global de ascensão e fortalecimento da extrema direita, no qual o mercado de armas é promovido e legitimado pela lógica de securitização e militarização. Ainda que Israel não seja o principal fornecedor de tecnologias de violência nos fluxos globais³⁶, a ênfase da sua presença como produtor dos bens importados aparece e reforça seu papel contemporâneo como um importante articulador de

35 KLINKERFUS, Jo Pedro Barros. “*Melhor que Filme de Ação*”: Uma etnografia do canal de YouTube da Polícia Militar de Santa Catarina. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Florianópolis, no prelo.

36 Os Estados Unidos são o maior exportador de armas do mundo, e o principal fornecedor de armas para Israel. Países que comercializam com Israel têm sido apontados criticamente devido às ações em Gaza. Parte do projeto de Estado de Israel tem sido a profunda militarização, com alta concentração de tecnologias de violência, incluindo armas consideradas de última geração; veículos aéreos não tripulados; e até mesmo armamento nuclear. Em outubro de 2024 o presidente do Brasil vetou a compra de equipamentos israelenses.

um mercado no qual armas são centrais para o aprofundamento do dispositivo de segurança, de políticas repressivas e da ofensiva contra um inimigo a ser eliminado³⁷.

Tais discursos, que relacionam armas a valores como segurança e conservadorismo, também se expressam em contextos para além das políticas governamentais e das instituições de segurança pública, e têm lugar na chave do lazer e do entretenimento. A difusão do dispositivo de segurança aparece com a prática de tiro sendo acionada como uma tradição cultural. O armamentismo difundido como prática lúdica se fortalece também nos argumentos de manutenção de um direito absoluto de autodefesa, articulando instituições estatais com interesses de grupos particulares que, nesse conjunto de representações, trariam a essência do povo catarinense, composto por famílias brancas, conservadoras e proprietárias.

Rota turística do tiro e a cultura das armas

Numa tentativa de seguir os eventos que emergem desde o acompanhamento das políticas que relacionam direitos, conflitos e moralidades, passei a seguir não apenas o que é repercutido na política institucional de governo por meio de políticas públicas, mas também o que tem sido articulado no que chamo aqui de campo armamentista em Santa Catarina, protagonizado por praticantes de tiro, com a emergência da figura dos CACs – colecionador, atirador desportivo e caçador. Assim, a partir do interesse em estudos sobre conflitos e moralidades desde o campo da segurança pública, direitos humanos e violências e do acompanhamento de debates na Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (ALESC), chamou a minha atenção,

37 Enquanto Santa Catarina importava os fuzis israelenses, a ofensiva sionista contra a Palestina se aprofundava como política de limpeza étnica contra o povo palestino, particularmente a partir de outubro de 2023, com contornos de extermínio, crueldade e graves violações de direitos humanos. Como denunciado por movimentos sociais que articulam a pauta global, desarmamentista e contra a violência de Estado: “As armas de Israel matam jovens na Palestina e no Brasil”.

ainda em 2022, o debate que logo redundou na aprovação da Lei estadual nº 18.503, de 30 de agosto de 2022, que instituiu a “Rota Turística do Tiro” no estado de Santa Catarina.

A lei se resume a três artigos: o primeiro instituindo a rota turística, com parágrafo único de municipalidades incluídas; o segundo apresenta seus objetivos; e o terceiro com texto padrão de início da vigência da mesma. Dentre os objetivos da lei, encontram-se a “promoção e a divulgação” dos “clubes e escolas de tiro” e os “eventos e pontos turísticos dos Municípios que integram a Rota Turística do Tiro”. O objetivo principal é “potencializar o desenvolvimento socioeconômico regional e do Estado” e também o “estímulo e o desenvolvimento da prática do tiro”, com “incentivo às pessoas praticarem o tiro”, “fortalecendo e ampliando essa prática” “como fonte de geração de emprego e renda”.

Esta é a primeira e única rota turística de tiro do Brasil³⁸ e, até o último levantamento realizado em dezembro de 2024, inclui 30 municípios catarinenses, contemplando todas as regiões do estado e incluindo as maiores cidades, como Joinville, Florianópolis e Blumenau³⁹. Na notícia da própria ALESC, a “herança trazida pelos colonizadores europeus a Santa Catarina” é destacada como fator para a criação da rota, cuja lei é um “incentivo”⁴⁰. A notícia segue:

É de Santa Catarina a cidade com o título de Capital Nacional dos Atiradores. Jaraguá do Sul, no Norte do estado, concentra o

38 Em São Paulo também foi criado um Projeto de Lei com a mesma finalidade, mas essa lei não foi aprovada. Na lei que circula na ALESP, Santa Catarina é mencionada expressamente como referência, assim como o Texas, nos EUA.

39 A lista de cidades dispostas na lei está em ordem de sua inclusão e já sofreu algumas alterações desde sua proposição. A cidade de Jaraguá do Sul, autodenominada de “capital do tiro”, é a primeira na lista. Jaraguá do Sul é considerada uma das cidades mais seguras do Brasil, com índice de 2,2 /100 homicídios, é também a cidade onde se concentra o maior número de sociedades e clubes de tiro no país, além de ser sede do Festival do Tiro, evento anual que ocorre há cerca de 34 anos na cidade e será abordado a seguir.

40 Disponível em https://agenciaal.alesc.sc.gov.br/index.php/noticia_single/nova-rota-turistica-fomenta-tradicacao-do-tiro-em-sc. Acesso em /07/2024.

maior número de sociedades e clubes do gênero no país. A cidade também é palco da *Schützenfest*, a maior festa de atiradores do Brasil, e a segunda maior do mundo, atrás apenas da Alemanha. Outras cidades catarinenses também se destacam na promoção de eventos em torno da prática do tiro. É o caso de Joinville, que promove a *Shot Fair Brasil*, maior evento de negócios do setor no país; Florianópolis, sede do Congresso de Operações Especiais (COP Internacional); e Balneário Camboriú, que sedia o *Texas Expo Tiro* (Agência AL, 2024).

O destaque dado a essa tradição cultural trazida pelos colonos alemães que migraram para a região no século 19 tem no *Schutzenfest* (Festival de Tiro) um dos seus pontos altos. Este é um evento realizado em Jaraguá do Sul, no mês de novembro, e em 2024 chegou a 34^a edição⁴¹. Como um regime de continuidade da cultura teuto-brasileira (Seyferth, 2004⁴²), a relação entre a prática do tiro e os valores conservadores reforça a herança colonial. Ambos podem ser acessados por meio de discursos que repercutem moralidades e circunscrevem noções específicas de família, conservadorismo e segurança. Como se nota no hino oficial do festival, que é cantado em alemão: “Nós vamos à Schützenfest para Jaraguá, com a mamãe, papai, vovô e a querida vovó. Nós vamos à Schützenfest para Jaraguá, com mamãe, papai, vovô, vovó”, destacando a ida ao festival do tiro como uma experiência familiar.

As armas tomadas como algo tradicional permitem a naturalização de uma cultura armamentista por meio de oportunidades nas esferas econômica e social, com particular ênfase no mercado de turismo por meio da atração daqueles interessados nessa prática. Como um objeto de valor

41 Agradeço ao discente Matheus Martins, bolsista de IC/INCT-InEAC/CNPq no período de setembro a dezembro de 2024, pelas contribuições e o desenvolvimento de trabalho de campo em caráter exploratório na 34^ª edição da Schutzenfest em Jaraguá do Sul/Santa Catarina e realizada entre os dias 7 e 17 de novembro de 2024.

42 SEYFERTH, Giralda. A ideia de cultura teuto-brasileira: literatura, identidade e os significados da etnicidade. *Horizontes Antropológicos*, v. 10, n. 22, on-line, 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ha/a/pbRYphmTJ6HbfhD53JQ8xDH/>.

lúdico e moral, de certa maneira, “o estado mais seguro do Brasil” promove o armamentismo de seus agentes tanto quanto o de seus residentes, construindo um “povo” que aceita e celebra as armas e a prática do tiro. Se no festival essa mercadoria tem um lugar de entretenimento, o dispositivo de segurança potencializa que tais tecnologias sejam legitimadas pelo seu valor aderido a moralidades que acionam a própria segurança como atributo necessário e que corresponde ao *status* local.

Ao difundir tais valores morais, ora de forma institucional, ora de forma lúdica, se estabelecem relações de proximidade e de tensão em que a segurança é dispositivo e limite, direito de alguns e risco de outros tantos. No estado que tem nome de Santa, a “Bela Santa Catarina”, falar em colonização é algo positivo: se autodenominam colonos e valorizam a colonização europeia, particularmente as tradições ítalo-germânicas, iniciadas no século 19, com destaque ao “Vale Europeu”⁴³, epicentro da valorização eurocêntrica, do fortalecimento da cultura armamentista e da concentração, até a contemporaneidade, da presença do neonazismo no Brasil.

43 Em maio de 2024 foi aprovada pela Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (ALESC) a Lei Complementar nº 860, de 22 de maio de 2024, que alterou a Lei Complementar nº 495, de 2010, ao instituir que “a Região Metropolitana Vale do Itajaí seja denominada Região Metropolitana do Vale Europeu.” (Santa Catarina, 2024). Tal alteração, aprovada de forma unânime pelos deputados estaduais, formalizou o Vale Europeu como unidade regional, e foi questionada por lideranças indígenas, incluindo representantes do povo Laklãnô Xokleng, que emitiram uma carta denunciando o genocídio do povo e destacando que “Não faz muito tempo que este mesmo vale, antes de ser chamado de “do Itajaí” era chamado de “Vale dos Bugres”, demarcando assim as correlações entre o passado e o presente de violência anti-indígena na região. Cabe ainda destacar que é desde a disputa pela demarcação do Território Indígena (T.I) Ibirama Laklãnô, que se centra a luta contra a tese do marco temporal que resultou em vitória no STF, mas ainda segue em profunda ameaça, visto os dados de letalidade violenta apresentados nos primeiros parágrafos do presente ensaio.

Considerações finais: supremacia racial, conflitos e direitos

Diante de um conflito violento, a arma é colocada como uma oportunidade de agir, e marca de forma ostentatória esse artefato cuja finalidade operacional é evidente: a produção de lesões num outro ser, seja da espécie humana, ou outras espécies animais. Se, por meio da caça, os praticantes autorizados de tiro alcançam um reconhecimento da sua violência como legítima, sob o argumento da autodefesa podem generalizar esse uso para além daquele que é realizado por e como agentes estatais. No estado “mais seguro”, que controla e reprime e tem nos dados oficiais das estatísticas de segurança pública a confirmação da eficácia de suas políticas, a justificativa de uma sociedade eurocentrada, localizada no sul do Brasil, se estabelece, e onde ser branco é adquirir um *status* social, fazendo da brancura um valor que expressa a supremacia racial como senso comum. A prática de tiro é acionada como *hobby*, tendo como fundamento o argumento da autodefesa e o direito absoluto de defesa da propriedade privada e dos valores conservadores da família.

Blumenau, cidade catarinense com cerca de 365 mil habitantes, integra a rota turística do tiro e está no epicentro do Vale do Itajaí, redenominado “Vale Europeu”. Lá se localizam cerca de 63 células neonazistas, segundo levantamentos da Polícia Federal (PF) e do Ministério Público Federal (MPF). Com 3% da população do país, SC tem mais de 25% das células neonazistas identificadas pelos órgãos oficiais em todo o país. Por conta de denúncias e de investigação conduzida pela PF, em parceria com o Ministério Público de Santa Catarina (MPSC) e o MPF, em abril de 2024, o Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH) realizou uma visita em Santa Catarina e em relatório destacou com grande alarde a atividade de tais grupos no estado (CNDH, 2024⁴⁴). Se a segurança enquanto dado

44 CNDH, Conselho Nacional de Direitos Humanos. Submission Report for Special Rapporteur on Contemporary Forms of Racism, Racial Discrimination, Xenophobia and Related Intolerance Report on Combating Glorification of Nazism, Neonazism and Other Practices That Contribute to Fueling Contemporary Forms of Racism, Racial Discrimination, Xenophobia and Related Intolerance. Abril, 2024.

estatístico é mensurada em termos de índices gerais de vidas que foram vitimadas, o que aparece em números, investimentos e ações traz a expectativa de proteção da vida e da propriedade daqueles que têm nas armas um estilo de vida, desde a época dos brugueiros, realizando a manutenção de certo aspecto distintivo de sociabilidade cultural, em contraste com a vulnerabilização e o eminente risco de vida de pessoas negras e indígenas.

A rota turística do tiro e o festival do tiro aportam lógicas políticas, econômicas, sociais e morais que estabelecem um mercado no qual ser CAC é um estilo de vida e a “segurança” é um valor individual. E mais, demonstram como a linguagem da violência é introjetada em uma gramática moral na qual a ritualização do desejo de atirar, por meio do festival de tiro, permite ao sujeito comum, “o cidadão de bem”, assumir sua posição de poder diante de um outro – exotizado, criminalizado, animalizado. A marcação de sinais de distinção, realizada sob a forma de um “festival” no qual se usam vestimentas *tradicionais* dos *colonos* e que tem as armas como principal signo distintivo, articula propriamente tradição, mercado e violência como capital simbólico de superioridade cultural e racial.

Neste contexto, tais artefactos como tecnologias do dispositivo de segurança funcionam como diacrítico de distinção e expressam a naturalização da violência armada, servindo de forma difusa enquanto um acessório que circula como símbolo de poder, de legitimidade, de superioridade individual. Mas também, por meio de um mercado em expansão e de circulação global de bens, expressam uma tentativa de apagamento das relações de poder conduzidas pela oligarquia local colonizadora, que se utiliza do discurso colonial eurocêntrico como marca distintiva moral de uma tradição cultural hegemônica acionada ao viabilizar práticas e interesses conservadores, supremacistas e elitistas.

Violências e práticas de extermínios na execução e na repressão aos assaltos contra bancos¹

Jania Perla Diógenes e Aquino²

Introdução

Na atualidade, os assaltos contra bancos no Brasil se caracterizam por violências ostensivas, manifestadas em abordagens truculentas e ruidosas de quadrilhas, cujas ações são registradas principalmente em cidades pequenas e médias³. Embora haja diversas variações de uma ocorrência para outra, são crimes que costumam ser executados por dezenas de homens fortemente armados, que atacam forças de segurança pública locais, fazem reféns, utilizam explosivos e danificam sedes de bancos e empresas de guardavalores. Enfrentamentos com equipes policiais e desfechos letais são recorrentes nestas ações que, desde os anos 2000, vêm resultando em mortes de reféns, assaltantes e policiais. Tais roubos produzem comoção social e impactos psicológicos sobre os moradores das cidades onde têm sido executados. Este artigo busca elucidar as circunstâncias em que se dá esta modalidade truculenta de ataques contra bancos, os confrontos armados que desencadeiam, assim como as mortes de assaltantes, policiais e reféns.

1 Este artigo compila uma parte dos resultados da pesquisa “Dinâmicas da Violência na Execução e Repressão ao “Novo Cangaço” no Brasil”, financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

2 Professora do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará, pesquisadora do Laboratório de Estudos da Violência-LEV.

3 De acordo com o IBGE, cidades pequenas são aquelas com até 100 mil habitantes, enquanto cidades médias são aquelas com população entre 100 e 500 mil habitantes.

Serão analisadas as violências desferidas pelas quadrilhas, os contextos e as dinâmicas sociais de perseguições e caçadas policiais ávidas por triunfalismo bélico e que resultam no extermínio de assaltantes. A pesquisa é baseada em um levantamento junto a periódicos e portais de notícias brasileiros, em declarações e falas de policiais e delegados de polícia, veiculadas pela imprensa.

O fenômeno dos assaltos contra bancos no Brasil ganhou considerável visibilidade pública nos anos seguintes ao golpe militar de 1964. Naquele período, essas ocorrências e os sequestros de relevantes figuras do cenário político foram realizados por militantes de grupos contrários ao governo ditatorial, instituído pelo golpe. Eram assaltos “políticos”, como a imprensa os tratava. O dinheiro obtido com tais ações armadas era canalizado para o financiamento de atividades políticas contrárias ao regime militar. Posteriormente, os assaltos contra bancos no país passaram a ser efetuados pelo chamado “crime comum” e, a partir dos anos de 1980, tiveram como protagonistas mais notórios integrantes do Comando Vermelho (CV), coletivo criminal que nasceu em 1979, na prisão de Ilha Grande, litoral do Rio de Janeiro, como desdobramento do convívio entre “presos comuns” e “presos políticos” da ditadura. Naquele decênio, o CV realizou assaltos contra bancos, carros fortes e joalherias em diversas regiões do Brasil, canalizando o dinheiro roubado para organizar fugas de detentos e otimizar o tráfico de drogas nas periferias do Rio de Janeiro (Amorim, 1993⁴; Lima, 2001⁵). Consolidando-se na distribuição e no tráfico de drogas na década seguinte, as cúpulas do Comando Vermelho pararam de organizar assaltos contra instituições financeiras, que deixaram de ser uma atividade relevante para esta facção criminal.

4 AMORIM, Carlos. *Comando Vermelho: a história secreta do crime organizado*. Rio de Janeiro: Record, 1993.

5 LIMA, William S. *Quatrocentos contra um: uma história do Comando Vermelho*. 2. ed. São Paulo: Labor Texto, 2001.

Desde meados dos anos de 1990, o coletivo criminal vinculado aos assaltos contra bancos, principalmente aqueles cujas somas subtraídas ultrapassam oito dígitos, tem sido o Primeiro Comando da Capital (PCC), fundado na Casa de Custódia de Taubaté, estado de São Paulo, em 1993 (Biondi, 2010⁶; Dias, 2012⁷), que veio se tornar a facção criminal com a maior quantidade de membros e que movimenta maiores quantias no país (Feltran, 2018⁸). Apesar do protagonismo que exerce no mercado ilegal dos roubos contra bancos no Brasil, o PCC não o monopoliza e a maior parte destes assaltos ainda ocorre sem a participação dos seus membros (Aquino, 2019⁹). Até o decênio de 1990, nas ocorrências contra bancos predominavam ações com etapas bem definidas: grupos de três ou quatro assaltantes, armados de revólveres ou pistolas, adentravam as agências bancárias, rendiam funcionários e clientes, levavam todo o dinheiro da bateria de caixas e do cofre, partindo em fuga, de modo súbito, a bordo de veículos ou motos. Havia casos em que estas ocorrências se realizavam de “modo discreto” e silencioso e eram chamadas, no universo social dos “ladrões de banco”, de assaltos “no sapatinho”, expressão disseminada naquele período em referência a ações caracterizadas por astúcia, sagacidade e esperteza. Mas também havia assaltos em que as quadrilhas efetuavam disparos e agiam com estridência, causando pânico no interior dos estabelecimentos bancários e em suas vizinhanças. Entre assaltantes, estas ações eram denominadas “assalto no vapor”, em alusão à umidade liberada por painéis de pressão sob fogo alto – dizia-se que nesses roubos as quadrilhas tratavam

6 BIONDI, Karina. *Junto e misturado: uma etnografia do PCC*. São Paulo: Terceiro Nome, 2010.

7 DIAS, Camila C. N. *Da pulverização ao monopólio da violência: expansão e consolidação da dominação do PCC no sistema carcerário paulista*. Tese de Doutorado em Sociologia, Universidade de São Paulo, 2012.

8 FELTRAN, Gabriel de S. *Irmãos, uma história do PCC*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

9 AQUINO, J. P. D. Pioneiros: o PCC e o a Especialização no Mercado dos Grandes Roubos. *Journal of Illicit Economies and Development*, v. 1, n. 2, 2019.

de colocar “pressão” sobre seus oponentes, fossem reféns ou vigilantes de bancos (Aquino, 2008¹⁰, 2023a¹¹).

Ainda no fim dos anos 1990, os bancos brasileiros começaram a investir em melhorias nos sistemas de segurança de suas agências, instalando câmeras e portas giratórias com detectores de metais e alarmes. Visando “contornar” os efeitos desses equipamentos nos estabelecimentos bancários, quadrilhas de assaltantes acionaram novas técnicas de abordagens “discretas” e até “burlescas”, entre as quais o uso de armas de brinquedo. Assim, os vigilantes armados de bancos eram rendidos com revólveres de plástico e, em seguida, outros assaltantes com armas “de verdade” entravam nas agências para concretizar os roubos. Algumas ocorrências contavam com a participação de mulheres nas abordagens. Uma das táticas utilizadas era o uso de hábitos de freiras, portando simulacros de bíblias, que na realidade escondiam uma ou duas pistolas. Sem suspeitar dessas personagens, os seguranças acreditavam que os detectores de metais estavam com defeito e liberavam a entrada das “religiosas” (Aquino, 2023a¹²). Nos anos 2000, uma nova e “promissora” metodologia de assaltar bancos foi elaborada por integrantes do PCC, no estado de São Paulo, tendo se disseminado rapidamente em todo o país. Tratava-se dos assaltos efetuados por meio do sequestro das famílias dos gerentes das agências bancárias. Diante de familiares sob ameaça, mantidos em cárcere privado, muitas vezes em suas próprias casas, estes profissionais se viam obrigados a introduzir as quadrilhas nas agências bancárias e lhes conceder acesso aos cofres. Embora o uso da violência física fosse evitado nesses assaltos, seus participantes recorriam à

10 AQUINO, J. P. D. Performance e Empreendimento nos Assaltos contra Instituições Financeiras. *Antropolítica* (UFF), v. 2, p. 139–158, 2008.

11 AQUINO, J. P. D. Abordagens truculentas e domínio de cidades brasileiras em assaltos contra bancos mediante planejamento minucioso. *Sociologias* (UFRGS), v. 25, p. 1–34, 2023a.

12 Idem.

violência psicológica para ameaçar e submeter os reféns, como demonstrei em trabalhos anteriores (Aquino, 2010a,¹³ 2010b¹⁴).

Também nos anos 2000, foram recorrentes os assaltos viabilizados pela construção de túneis: quadrilhas alugavam imóveis próximos aos estabelecimentos visados, empreendiam escavações e, por vias subterrâneas, acessavam seus cofres. Tal estratégia permitiu diversos furtos, cujas quantias subtraídas ultrapassaram sete dígitos, dentre eles a ação contra a agência do Banco Central, localizada em Fortaleza, no ano de 2005, de onde foram retirados R\$ 156 milhões, registrada como o maior assalto da história do Brasil. Naquele período, táticas de abordagens silentes e traiçoeiras atraíam mais os assaltantes. Apesar de envolverem altas cifras e menores riscos às quadrilhas e aos reféns, estas modalidades mais “discretas” e astuciosas de assaltos se tornaram raras. Os assaltos contra bancos mais recorrentes no país, a partir da década de 2010, têm sido exatamente os que são focalizados neste artigo, cuja execução é truculenta e ruidosa. Mas este crescimento estatístico não decorreu de escolhas das quadrilhas, foi propiciado, sobretudo, pelos contínuos e vultosos investimentos das instituições financeiras em sofisticados sistemas de segurança. Além de reforçar a segurança de funcionários que gerenciam a circulação de numerais, os bancos modificaram o acesso a seus cofres, que, atualmente, são programados para abrir apenas uma vez por dia; também foram instalados sensores, capazes de detectar perfurações e construções subterrâneas nas proximidades dos estabelecimentos financeiros. Tais medidas inviabilizam assaltos baseados em truques ou aproximações sutis, e prescindem de disparos e enfrentamentos. Limitadas em suas chances de êxito com abordagens mais burlescas, restaram às quadrilhas ações em que dezenas de homens fortemente armados, como um pequeno exército, atacam unidades

13 AQUINO, J. P. D. Príncipes e Castelos de Areia: *Um estudo da performance nos grandes roubos*. São Paulo: Biblioteca 24 horas, 2010a.

14 AQUINO, J. P. D. Redes e Conexões Parciais nos Assaltos contra Instituições Financeiras. *Dilemas*, v. 4. 2010b.

de Segurança Pública e implodem agências bancárias. Embora já ocorresse esporadicamente no Brasil desde os anos 2000, este tipo de roubo aumentou tão logo aqueles baseados em artimanhas ou violências psicológicas se tornaram inexecutáveis.

Mesmo aparentando impulsividade, os assaltos baseados em abordagens impactantes pouco têm de improvisados, constituem intrincadas operações criminais que demandam semanas de levantamento de dados, elaboração do plano e deliberações coletivas sobre cada detalhe da execução e fuga das quadrilhas (Aquino, 2023a,¹⁵ 2020¹⁶). Uma contingência destes roubos mais agressivos e estridentes foi a mudança de perfil nas ações contra bancos. Se até os anos de 2010 estes crimes não apresentavam elevados índices de letalidade, com a disseminação das ações viabilizadas pelo domínio de cidades inteiras por quadrilhas fortemente armadas, as trocas de disparos, as mortes de reféns e transeuntes, assim como os óbitos resultantes de confrontos entre assaltantes e polícia, tornaram-se recorrentes.

O fenômeno dos assaltos contra bancos viabilizados por ações truculentas.

No contexto da América do Norte e da Europa, verificam-se relevantes discussões nas áreas de Ciências Sociais e Criminologia que focalizam roubos e outros crimes contra o patrimônio, consolidadas em um vasto repertório de publicações, a começar pela pioneira pesquisa de Sutherland (1937)¹⁷ sobre ladrões profissionais, que foi sucedida por outros instigantes trabalhos, desenvolvidos em maior quantidade na segunda metade do século XX. Vale apontar alguns eixos temáticos ou analíticos que se destacam nessa

15 AQUINO, J. P. D. Abordagens truculentas e domínio de cidades brasileiras em assaltos contra bancos mediante planejamento minucioso. *Sociologias* (UFRGS), v. 25, p. 1-34, 2023a.

16 AQUINO, J. P. D. Saiba o que mudou nos roubos a bancos nas últimas décadas. *Boletim Fonte Segura*, São Paulo, p. 1-4, 11 dez. 2020.

17 SUTHERLAND, Edwin. *Professional thief*. Chicago: University of Chicago Press, 1937.

bibliografia, tais como a motivação dos roubos (Katz, 1988),¹⁸ oportunidades de realização da ação criminal, sua elaboração e técnicas (Cloward; Ohlin, 1960;¹⁹ Best; Luckenbill, 1982²⁰; Sykes; Matza, 2008²¹), decisões relacionadas à execução desses crimes, emprego de violência e uso de armas (Luckenbill, 1981²²; Cornish; Clark, 1985²³; Tedeschi; Felson, 1994²⁴; Wright; Decker, 1997;²⁵ Matthews, 1996²⁶, 2002²⁷), carreira criminal (Sutherland, 1937²⁸; Einstadter, 1966²⁹), características e habilidades de praticantes dos roubos (Gill, 2000³⁰; Wright; Decker, 1997³¹), a experiência do crime

18 KATZ, Jack. *Seductions of crime: moral and sensual aspects of doing evil*. Nova York: Basic Books, 1988.

19 CLOWARD, Richard A.; OHLIN, Lloyd E. 1960. *Delinquency and opportunity*. Nova York: Free Press, 1960.

20 BEST, Joel; LUCKENBILL, David F. *Organizing deviance*. Nova Jersey: Prentice-Hall, 1982.

21 SYKES Gresham M.; MATZA, David. Técnicas de neutralización: una teoría de la delincuencia. *Caderno CRH*, v. 21, n. 52, p. 163-170, 2008.

22 LUCKENBILL, David. Generating compliance: the case of robbery. *Journal of Contemporary Ethnography*, v. 10, n. 1, p. 25-46, 1981.

23 CORNISH, Derek; CLARK, Ronald. "Modeling offenders decisions": a framework for research and policy. In: TONRY, M.; MORRIS, N. (orgs.). *Crime and justice*. Chicago: University of Chicago Press, 1985.

24 TEDESCHI, James; FELSON, Richard. *Violence, aggression, and coercive actions*. Washington: American Psychological Association, 1994.

25 WRIGHT, Richard; DECKER, Scott. *Armed robbers in action*. Boston: Northeastern University Press, 1997.

26 MATTHEWS, Roger. *Armed robbery: Two police responses*. Crime detection and prevention. Series paper n. 78. London: Home Office Police Research Group, 1996

27 MATTHEWS, Roger. *Armed robbery*. Devon: Willan, 2002.

28 SUTHERLAND, Edwin. *Professional thief*. Chicago: University of Chicago Press, 1937.

29 EINSTADTER, Werner J. *Armed robbery: a career study in perspective*. PhD Thesis, University of California, Berkeley, 1966.

30 GILL, Martin. *Commercial robbery: offenders perspectives on security and crime prevention*. Londres: Blackstone Press, 2000.

31 WRIGHT, Richard; DECKER, Scott. *Armed robbers in action*. Boston: Northeastern University Press, 1997.

como trabalho ou negócio (Letkemann, 1973³²; Gill, 2001³³), contingências, riscos e meios de manipular o medo ou controlar a reação das “vítimas” (Cohen; Felson, 1979³⁴; Luckenbill, 1981³⁵; Katz, 1988³⁶; Linger, 1992³⁷; Tedeschi; Felson, 1994³⁸; Wright; Decker, 1997³⁹; Jacobs, 2012,⁴⁰ 2013⁴¹; Lindergaarden; Bernasco; Jacques, 2015⁴²; Tark; Kleck, 2004⁴³), dificuldades impostas aos assaltantes e tipologias de roubos (Normandeau, 1968⁴⁴; McCluskey, 2013⁴⁵).

No Brasil, embora tenham aumentado nos anos 2010, ainda são escassas as pesquisas sobre roubos e furtos, sobretudo quando comparadas

32 LETKEMANN, Peter. *Crime as work*. Nova Jersey: Prentice-Hall, 1973.

33 GILL, Martin. The craft of robbers of cash-in-transit vans: crime facilitators and the entrepreneurial approach. *International Journal of the Sociology of Law*, v. 29, n. 3, p. 277-291, 2001.

34 COHEN, Lawrence; FELSON, Marcus. Social change and crime trends: a routine activities approach. *American Sociological Review*, 44, p. 88-100, 1979.

35 LUCKENBILL, David. Generating compliance: the case of robbery. *Journal of Contemporary Ethnography*, v. 10, n. 1, p. 25-46, 1981.

36 KATZ, Jack. *Seductions of crime: moral and sensual aspects of doing evil*. Nova York: Basic Books, 1988.

37 LINGER, Daniel T. *Dangerous encounters*. Stanford: Stanford University Press, 1992.

38 TEDESCHI, James; FELSON, Richard. *Violence, aggression, and coercive actions*. Washington: American Psychological Association, 1994.

39 WRIGHT, Richard; DECKER, Scott. *Armed robbers in action*. Boston: Northeastern University Press, 1997.

40 JACOBS, Bruce. Carjacking and copresence. *Journal of Research in Crime and Delinquency*, v. 49, n. 4, p. 471-488, 2012.

41 JACOBS, Bruce. The manipulation of fear in carjacking. *Journal of Contemporary Ethnography*, v. 45, n. 5, p. 523-544, 2013.

42 LINDERGAARDEN, Marie R.; BERNASCO, Wim; JACQUES, Scott. Consequences of expected and observed victim resistance for offender violence during robbery events. *Journal of Research in Crime and Delinquency*, v. 52, n. 1, p. 32-61, 2015.

43 TARK, Jungyeon; KLECK, Gary. Resisting crime: the effects of victim action on the outcomes of crime. *Criminology*, v. 20, n. 2, p. 89-116, 2004.

44 NORMANDEAU, André. *Trends and patterns in crimes of robbery*. Dissertação de Mestrado em Criminologia, University of Pennsylvania, Philadelphia, 1968.

45 MCCLUSKEY, John. A comparison of robbers use of physical coercion in commercial and street robberies. *Crime & Delinquency*, v. 59, n. 3, p. 419-442, 2013.

à quantidade de trabalhos que abordam outros crimes, como homicídios e tráfico de drogas. Esta assimetria se mostra paradoxal, pois os roubos impactam significativamente a “sensação de segurança” de moradores e visitantes das cidades brasileiras. O medo de ser assaltado tem modelado rotinas de populações urbanas no país, seus itinerários, horários e interações sociais com pessoas desconhecidas, desencadeando estigmas sobre pobres e negros, frequentemente percebidos como “assaltantes potenciais” (Martins; Corrêa; Feltran, 2020⁴⁶). Entre os estudos realizados no Brasil, vale destacar os trabalhos de Eduardo Paes Machado e seus alunos, que elucidam graus de organização em ocorrências de roubos contra variados alvos, como ônibus urbanos (Paes-Machado; Levenstein, 2004⁴⁷), ônibus intermunicipais (Paes-Machado; Viodres-Inoue, 2015⁴⁸, 2017⁴⁹), taxistas (Paes-Machado; Nascimento, 2014⁵⁰), motoboys (Paes-Machado; Riccio-Oliveira, 2009⁵¹), funcionários de bancos (Paes-Machado; Nascimento,

46 MARTINS, Luana A.; CORRÊA, Diogo S.; FELTRAN, Gabriel de S. Apresentação do dossiê Roubo, Violência e Cidade. *Dilemas*, v. 13, n. 3, p. 669–690, 2020.

47 PAES-MACHADO, Eduardo; LEVENSTEIN, C. I’m sorry everybody, but this is Brazil: armed robbery on the buses in Brazilian cities. *British Journal of Criminology*, v. 44, n. 1, p. 1–14, 2004.

48 PAES-MACHADO, Eduardo; VIODRES INOUE, Sílvia. O lado sombrio da estrada vitimização, gestão coercitiva e percepção de medo nos roubos a ônibus interurbanos. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 30, n. 1, p. 9–30, 2015.

49 PAES-MACHADO, Eduardo; VIODRES INOUE, Sílvia. Perception of fear and coercive management of victims of intercity bus robberies. *Criminology & Criminal Justice*, v. 17, n. 2, p. 22–39, 2017.

50 PAES-MACHADO, Eduardo; NASCIMENTO, Ana Márcia. Conducting danger: governance, networks, and layperson security intelligence among taxi drivers. *International Journal of Comparative and Applied Criminal Justice*, v. 38, n. 1, p. 1–22, 2014.

51 PAES-MACHADO, Eduardo; RICCIO-OLIVEIRA, Maria Angélica. O jogo de esconde-esconde: trabalho perigoso e ação social defensiva entre motoboys de Salvador. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 24, n. 1, p. 91–106, 2009.

2006⁵², 2011⁵³) e, mais recentemente, roubo de celulares (Paes-Machado; Maltez, 2024⁵⁴). Trata-se de importantes estudos que analisam estes crimes na perspectiva das “vítimas”. Carolina Grillo (2013)⁵⁵, em suas pesquisas sobre o tráfico de drogas no Rio de Janeiro, aborda a relação de assaltantes com traficantes nas favelas. Grillo e Martins (2020⁵⁶) exploram os critérios adotados por assaltantes na escolha de alvos, abordagens e as formas de mobilidade urbana que lhes são acessíveis. Diogo Caminhas (2018⁵⁷) focaliza decisões sobre planejamento, execução e uso da força por assaltantes em Belo Horizonte. Caminhas e Beato (2020)⁵⁸ destacam elementos como arma utilizada, reação da vítima, maturidade do infrator e sua interferência no desenrolar dos assaltos. Gabriel Feltran (2019)⁵⁹ analisa furtos de veículos em São Paulo, observando o percurso dessas “mercadorias” até as fronteiras do Brasil com o Paraguai e a Bolívia, onde são trocados por drogas e armas, que vêm circular nos mercados ilegais paulistanos. Em sua pesquisa sobre segurança e controle em redes de supermercados, Leonardo Ostronof

52 PAES-MACHADO, Eduardo; NASCIMENTO, Ana Márcia. Bank money shields: work-related victimisation, moral dilemmas and crisis in the bank profession. *International Review of Victimology*, v. 13, n. 1, p. 1-25, 2006.

53 PAES-MACHADO, Eduardo; NASCIMENTO, Ana Márcia. Bank employees don't go to heaven: processes of victimization of bank employees for violent crimes. In: HUTCHERSON, A. N. (ed.). *Psychology of victimization*. Nova York: Nova Science Publishers, 2011.

54 PAES-MACHADO, Eduardo; MALTEZ, Juliana C. A segurança cotidiana contra roubos de telefones celulares. *Dilemas*, v. 17, p. 1-27, 2024.

55 GRILLO, Carolina C. *Coisas da vida no crime: tráfico e roubo em favelas cariocas*. Tese de Doutorado em Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2013.

56 GRILLO, Carolina C.; MARTINS, Luana A. Indo até o problema: roubo e circulação na cidade do Rio de Janeiro. *Dilemas*, v. 13, n. 3, p. 565-590, 2020.

57 CAMINHAS, Diogo A. *Perdeu, perdeu, isso é um assalto: uma análise dos processos de decisão, planejamento, execução e uso da força nos roubos em Belo Horizonte*. Tese de Doutorado em Sociologia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018.

58 CAMINHAS, Diogo A.; BEATO, Cláudio. “Todo ladrão vai trabalhar com a sua mente”: O uso da força e de armas nos assaltos em Belo Horizonte, Minas Gerais. *Dilemas*, v. 13, n. 3, p. 645-667, 2020.

59 FELTRAN, Gabriel de S. (Il)licit economies in Brazil: an ethnographic perspective. *Journal of Illicit Economies and Development*, v. 10, n. 1, p. 145-154, 2019.

(2018)⁶⁰ enfatiza os impactos dos roubos de cargas, destacando estratégias de supermercados e transportadoras para prevenir esses crimes. Diogo Corrêa (2020) explora a dimensão interacional dos roubos, articulando narrativas de assaltantes com categorias analíticas propostas por G. H. Mead (1932⁶¹; 1934⁶²; 1938⁶³). Sophia Prado (2020)⁶⁴ observa negociações entre jovens assaltantes e vítimas, enfatizando ganhos existenciais aos primeiros, que vivenciam os roubos como momentos de deleite e performance.

Entre as pesquisas específicas sobre assaltos contra instituições financeiras que privilegiam a perspectiva de seus praticantes, há o estudo de Edmilson Lopes Junior (2006)⁶⁵, que focaliza as quadrilhas e o caráter instrumental das relações entre assaltantes, e os trabalhos da autora deste texto, que exploram as diferentes fases e o caráter sistêmico dessas investidas, a divisão de tarefas entre seus participantes (Aquino, 2004⁶⁶), a racionalidade teleológica que as atravessam (Aquino, 2004⁶⁷, 2008⁶⁸), a competência técnica dos assaltantes e “compensações” obtidas nesses roubos (Aquino,

60 OSTRONOFF, Leonardo J. Vigilância, controle e tecnologia: um estudo sobre o setor supermercadista em São Paulo. *Mediações – Revista de Ciências Sociais*, v. 23, p. 127–140, 2018.

61 MEAD, George H. *The philosophy of the present*. La Salle: Open Court, 1932.

62 MEAD, George H. *Mind, self, and society: from the standpoint of a social behaviorist*. Chicago: University of Chicago Press, 1934.

63 MEAD, George H. *The philosophy of the act*. Chicago: University of Chicago Press, 1938.

64 PRADO, Sophia. Vivendo o roubo: Um momento de adrenalina, deleite e performance, Minas Gerais. *Dilemas*, v. 13, n.3, p. 669–690, 2020.

65 LOPES JÚNIOR, Edmilson. Cangaceiros viajam de Hilux: as novas faces do crime organizado no Nordeste do Brasil. *Cronos*, v. 7, n. 2, p. 353–372, 2006.

66 AQUINO, Jania P. D. *Mundo do Crime e Racionalidade: os assaltos contra instituições financeiras*. Dissertação de Mestrado em Sociologia, Universidade Federal do Ceará, 2004.

67 Idem.

68 AQUINO, J. P. D. Performance e Empreendimento nos Assaltos contra Instituições Financeiras. *Antropolítica* (UFF), v. 2, p. 139–158, 2008.

2010a), as relações sociais nas quadrilhas (Aquino, 2010a⁶⁹, 2010b⁷⁰, 2017⁷¹, 2020⁷²) e a atuação do Primeiro Comando da Capital-PCC, a maior facção criminal do Brasil, no mercado dos grandes roubos na América do Sul (Aquino, 2019⁷³) e os assaltos contra bancos e empresas de guarda-valores em que cidades inteiras são tomadas por assaltantes (Aquino, 2020⁷⁴, 2023a⁷⁵, 2023b⁷⁶).

Conforme anteriormente assinalado, as ações contra bancos durante os anos 2000 chamavam a atenção pelas táticas de evitação de confrontos armados. A partir dos anos 2010, entretanto, passaram a predominar assaltos baseados na ostentação de violência física pelas quadrilhas (Aquino, 2023a⁷⁷). Estas ações, consideradas truculentas, começaram a ser registradas em todas as regiões do Brasil, vejamos este caso no interior de São Paulo:

Mega-assalto a bancos em Araçatuba faz moradores de escudo humano e deixou três mortos. Criminosos usaram drone para

69 AQUINO, J. P. D. *Príncipes e Castelos de Areia: Um estudo da performance nos grandes roubos*. São Paulo: Biblioteca 24 horas, 2010a.

70 AQUINO, J. P. D. *Redes e Conexões Parciais nos Assaltos contra Instituições Financeiras. Dilemas*, v. 4. 2010b.

71 AQUINO, J. P. D.; HIRATA, Daniel. Inserções etnográficas ao universo do crime: algumas considerações sobre pesquisas realizadas no Brasil entre 2000 e 2017. *BIB*, São Paulo, n. 84m (2), p. 107-147, 2017 (publicada em abril de 2018).

72 AQUINO, J. P. D. Saiba o que mudou nos roubos a bancos nas últimas décadas. *Boletim Fonte Segura*, São Paulo, p. 1-4, 11 dez. 2020.

73 AQUINO, J. P. D. Pioneiros: o PCC e a Especialização no Mercado dos Grandes Roubos. *Journal of Illicit Economies and Development*, v. 1, n. 2, 2019.

74 AQUINO, J. P. D. Saiba o que mudou nos roubos a bancos nas últimas décadas. *Boletim Fonte Segura*, São Paulo, p. 1-4, 11 dez. 2020.

75 AQUINO, J. P. D. Abordagens truculentas e domínio de cidades brasileiras em assaltos contra bancos mediante planejamento minucioso. *Sociologias* (UFRGS), v. 25, p. 1-34, 2023a.

76 AQUINO, J. P. D. Atracos a bancos mediante dominio de ciudades pequeñas y medianas en Brasil. *Espacio Abierto* (Caracas, 1992), v. 32, p. 134-152, 2023b.

77 AQUINO, J. P. D. Abordagens truculentas e domínio de cidades brasileiras em assaltos contra bancos mediante planejamento minucioso. *Sociologias* (UFRGS), v. 25, p. 1-34, 2023a.

monitorar a polícia e colocaram reféns em cima de veículo usado na fuga. Uma quadrilha de assaltantes protagonizou cenas de terror na madrugada desta segunda-feira na cidade de Araçatuba (localizada a 500 quilômetros a oeste de São Paulo), em uma ação que acabou com três mortos e envolveu roubos a duas agências bancárias e o uso de moradores como escudos humanos para a fuga. Um dos mortos no ataque é um dos suspeitos. Outras seis pessoas ficaram feridas, de acordo com as informações atualizadas nesta tarde pela Secretaria da Segurança Pública do Estado, que afirma que continua com as buscas dos assaltantes. Homens encapuzados chegaram depois da meia-noite, fortemente armados e com explosivos, em cerca de 10 carros. Espalharam-se pelo centro atirando, alvejaram o Batalhão de Ações Especiais de Polícia (Baep) com 30 tiros de fuzil, fecharam os acessos à cidade para impedir a entrada da polícia e assaltaram os bancos. Durante a fuga, os assaltantes tomaram vários moradores como reféns para evitar que fossem neutralizados pela polícia. Algumas das vítimas foram amarradas ao capô de seus veículos para facilitar a fuga, como mostram imagens divulgadas nas redes sociais por repórteres que cobrem o oeste paulista. Além das vítimas fatais, de acordo com a Santa Casa de Araçatuba, um ciclista teve os pés amputados por conta dos ferimentos causados pelos explosivos. (*El Pais*, 30 de agosto de 2021)

Este assalto, ocorrido na madrugada de 30 de agosto de 2021 em Araçatuba, ganhou destaque nas redes sociais e mídias brasileiras e estrangeiras, incluindo noticiários da América do Norte e Europa. A ação repercutiu, sobretudo, pelos suplícios infligidos aos reféns. Nesta ocorrência, parte das pessoas rendidas pela quadrilha foi fixada em tetos e capôs de caminhonetes conduzidas pelos assaltantes em fuga, que se locomoviam em alta velocidade até a saída da cidade. No percurso, um dos reféns posicionados no teto de um dos veículos caiu e, mesmo tendo escapado com vida, a quadrilha se irritou com a queda e o matou com nove disparos. As imagens dos corpos masculinos amarrados de braços abertos sobre os veículos e que, em larga medida, remetiam a ritos sacrificiais e ao simbolismo da crucificação, suscitaram comoção dentro e fora do país.

Assaltos como este que teve lugar em Araçatuba marcado por truculências, conforme assinalado, tornaram-se recorrentes no Brasil, a partir dos anos 2010, e têm sido designados, por delegados, jornalistas e populares pelo termo “novo cangaço”, em alusão a grupos de sertanejos que, na primeira metade do século XX, percorriam a região Nordeste e o norte de Minas Gerais, sitiando e saqueando cidades, vilas e fazendas, confrontando e abatendo forças policiais. Entre estes, o bando liderado por Virgulino Ferreira da Silva, vulgo Lampião, foi o que se tornou mais conhecido em todo o país (Aquino, 2020⁷⁸; 2023a⁷⁹). Embora tais roubos mais truculentos, que têm sido chamados de “novo cangaço”, tenham começado a ser concretizados durante os anos 2000, nos estados do Rio Grande do Norte e Pernambuco (Lopes Júnior, 2006⁸⁰), foi apenas nos anos 2010 que se tornaram recorrentes e passaram a ocorrer em todo o país (Aquino, 2020⁸¹). Em um estudo para o Banco Central do Brasil, em que foi analisada a transição dos bancos comerciais tradicionais; de um modelo de negócios baseado em agências para um modelo focado no mercado digital, Mariani et al. (2023)⁸² assinalam que, no Brasil, tal transição está se dando de modo acelerado. Apenas entre 2016 e 2021 teriam sido 4.903 agências bancárias fechadas, em uma redução de 22%. Neste trabalho, a equipe de pesquisadores verificou que os ataques do chamado “novo cangaço” às sedes e aos equipamentos bancários, junto com a informatização das operações monetárias, têm sido os principais responsáveis pela extinção física de agências. Utilizando vasto

78 AQUINO, J. P. D. Saiba o que mudou nos roubos a bancos nas últimas décadas. *Boletim Fonte Segura*, São Paulo, p. 1-4, 11 dez. 2020.

79 AQUINO, J. P. D. Abordagens truculentas e domínio de cidades brasileiras em assaltos contra bancos mediante planejamento minucioso. *Sociologias* (UFRGS), v. 25, p. 1-34, 2023a.

80 LOPES JÚNIOR, Edmilson. Cangaceiros viajam de Hilux: as novas faces do crime organizado no Nordeste do Brasil. *Cronos*, v. 7, n. 2, p. 353-372, 2006.

81 AQUINO, J. P. D. Saiba o que mudou nos roubos a bancos nas últimas décadas. *Boletim Fonte Segura*, São Paulo, p. 1-4, 11 dez. 2020.

82 MARIANI, Lucas A. et Al. *Banks' Physical Footprint and Financial Technology Adoption*. Work Paper Series. Brasília: Banco Central do Brasil, March, 2023.

material fornecido pelo Banco Central, inclusive dados sigilosos, Mariani e equipe catalogaram, entre 2018 e 2021, 1.396 explosões de bancos, em 775 municípios, de 15 estados brasileiros, localizados nas cinco regiões do país (Mariani et al., 2023)⁸³. São estatísticas que elucidam a dimensão hiperbólica assumida pelo chamado “novo cangaço” como fenômeno social, que atualmente constitui a principal modalidade de crime contra o patrimônio público no Brasil, cuja incidência impressiona não só pela quantidade, mas pelas violências desferidas e os prejuízos causados. Ao provocar fechamentos temporários e definitivos de estabelecimentos bancários, estas ações criminais têm prejudicado economias de diversos municípios do país e a rotina de seus habitantes, sobretudo os que não têm acesso aos serviços digitais disponibilizados pelos bancos e passam a se deslocar para outras cidades apenas para realizar saques e outras transações bancárias corriqueiras (Aquino, 2020⁸⁴).

Embora seus executantes aparentem descontrole emocional e suas táticas soem rudimentares, estes assaltos constituem elaboradas operações criminais (Aquino, 2023b⁸⁵). Ao seguir na direção do alvo, os assaltantes usam armas modernas e de grosso calibre, balaclavas, coletes à prova de balas, além de outras indumentárias de combatentes. Mesmo almejando concretizar suas investidas sem enfrentar reações, as quadrilhas se preparam para enfrentar e trocar tiros com equipes policiais, seus participantes são “bons em pontaria” e habilidosos com diferentes tipos de armas, alguns deles se tornam *experts* na fabricação e no manuseio de artefatos explosivos. A expertise, a perícia e a experiência da quadrilha em atuar sob cerco se manifestaram na ação em Araçatuba, exatamente no detalhe do roubo mais “cruel” e rudimentar. Ao amarrar reféns em tetos e capôs de veículos em movimento, os assaltantes estavam se precavendo contra disparos

83 Idem.

84 AQUINO, J. P. D. Saiba o que mudou nos roubos a bancos nas últimas décadas. *Boletim Fonte Segura*, São Paulo, p. 1-4, 11 dez. 2020.

85 AQUINO, J. P. D. Atracos a bancos mediante dominio de ciudades pequeñas y medianas en Brasil. *Espacio Abierto* (Caracas, 1992), v. 32, p. 134-152, 2023b.

que poderiam vir de helicópteros ou de atiradores de elite posicionados no alto de prédios da cidade. A truculência observada nestas ações criminais constitui uma modalidade instrumental de violência, cuja “eficácia simbólica” é um dos seus aspectos marcantes. São *roubos* que produzem grande impacto visual e sonoro, instaurando nas cidades “sitiadas” dinâmicas sociais e psicológicas pautadas por perplexidade e assombro. Forças policiais e moradores são tomados de surpresa e, na maior parte das vezes, pouco podem fazer para resistir às *quadrilhas*. É recorrente que imagens dos assaltantes em ação sejam publicadas por habitantes amedrontados em redes sociais, alcançando enormes repercussões e quantidades de visualizações (Aquino, 2023b). Embora tais violências sejam significadas como performances por seus protagonistas, há casos em que quadrilhas se excedem no “desempenho dramático” a ponto de executar sumariamente reféns, como ocorreu em Araçatuba.

Nestas ocorrências, agrupamentos de assaltantes munidos com dados “privilegiados”, infraestrutura sofisticada e mão de obra qualificada conciliam truculência e racionalidade, tal como ressaltado por Wieviorka (1997)⁸⁶, operam usos fortemente “instrumentais” da violência, que nessas situações funciona como linguagem ordenadora, sobrepondo-se a outros signos e mediações. Equipamentos diversos, junto com vontade e habilidades humanas formam, portanto, genuínas “redes sociotécnicas” (Akrich et al., 2006⁸⁷) que conferem a esses roubos a precisão de “sistemas peritos” (Giddens, 1991⁸⁸). As “competências” dos assaltantes também compreendem teatralizações de comportamentos individuais e coletivos. A chegada triunfante nas cidades exibindo armamento moderno, incêndios de unidades policiais, implosões de agências bancárias e ameaças a moradores são ações vivenciadas como performance, em sua acepção de consciência e

86 WIEVIORKA, Michel. O novo paradigma da violência. *Tempo Social*, v. 9, n. 1, p. 5–41, 1997.

87 AKRICH, Madeleine; CALLON, Michel; LATOUR, Bruno (eds.). *Sociologie de la traduction: textes fondateurs*. Paris: Presse des Mines, 2006.

88 GIDDENS, Anthony. *As consequências da modernidade*. São Paulo: Editora da Unesp, 1991.

elaboração dramatúrgica dos componentes expressivos do comportamento em situações de interação presencial (Goffman, 1992⁸⁹). Ao contrário do que ocorre nos encontros sociais cotidianos analisados por Goffman (1992⁹⁰), cujos “atores” buscam produzir imagens positivas de si, “assaltantes de banco” mobilizam conhecimento e ferramentas expressivas, sobretudo corporais e sonoras, para fomentar as “piores” impressões sobre eles, ameaçando eventuais oponentes. Se considerados rústicos e “descontrolados”, os riscos de enfrentarem reações são menores.

Participando continuamente de grandes roubos, saberes, técnicas e imagens de si são incorporadas e modificados continuamente por assaltantes. Ao invés de acidentais, as violências, tanto quanto atributo de ações, modulam relações, engajamentos, investimentos materiais, mentais e emocionais. As performances das quadrilhas expressam brutalidades, mas também cálculos que, por sua vez, condensam informações, vivências, saberes e ambições. Ao descrever essas ocorrências e veicular com sensacionalismo as atuações truculentas de assaltantes, mídias ampliam o alcance de suas performances, que transbordam o cenário presencial das cidades sob cerco, reforçando imagens e expectativas sobre crueldade e “periculosidade” de seus participantes. Cientes da visibilidade pública que ganham estes ataques armados, quadrilhas articulam “performances”, considerando o contexto imediato de cada assalto, mas também reverberações de outros roubos; assim, tornam suas ameaças mais “convincentes”. Cada assalto concretizado constitui êxito direto e material daquela investida em si, mas também, por meio de suas repercussões, reitera referências simbólicas instituídas sobre essa modalidade de crime e seus executantes.

89 GOFFMAN, Erving. *A representação do eu na vida cotidiana*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1992.

90 Idem.

Letalidade nos assaltos a bancos

Ao assumir um perfil mais agressivo, envolvendo abordagens estridentes com armas de grosso calibre e uso de explosivos, os assaltos contra bancos, que têm sido chamados de “novo cangaço”, tornaram-se uma modalidade de crime letal, que difunde pavor e medo nas cidades tomadas como alvo. Tais características têm desencadeado aos participantes destes crimes, perseguições policiais marcadamente violentas e orientadas por anseio de extermínio. Um levantamento, publicado no dia 6 de junho de 2022 no portal de notícias Uol, realizado pelo jornalista Herculano Barreto, demonstra que entre 2011 e 2022 foram registrados, no país, 16 assaltos contra bancos ou empresas de guarda-valores, os quais resultaram em cinco ou mais mortes. O quadro abaixo discrimina as 16 ocorrências identificadas pelo levantamento, listando a quantidade de mortos em cada uma delas, o local e a data em que foram registradas. Vejamos:

DATA	LOCAL	NÚMERO DE MORTES
07/12/2018	Milagres-CE	14
06/2/2015	Salvador-BA	12
04/4/2019	Guararema-SP	11
08/4/2018	Águas Belas-PE	11
26/02/2011	Lauro de Freitas-BA	10
02/9/2019	Girau do Ponciano-AL	9
22/2/2014	Itamonte-MG	9
05/5/2019	Cocau-PI	9
28/9/2019	Padre Carvalho-MG	9
16/10/2015	Sento Sé-BA	9
28/6/2021	Nova Bandeirantes-MT	9
08/12/2021	Novo Orixás-GO	8
06/3/2020	Paraí-RS	7
28/2/2018	Campinas-SP	7
03/6/2022	Miranorte-TO	6
30/8/2021	Araçatuba-SP	5

Soma e especificação das mortes:

Soma de mortes	215
Assaltantes e suspeitos	188
Transeuntes e reféns	17
Profissionais da Segurança Pública	10

Das 16 ocorrências com cinco ou mais mortes catalogadas no período de 2011 a junho de 2021, sete ocorreram na região Nordeste, seis no Sudeste, uma no Sul, uma no Norte e uma no Centro-Oeste. Apesar de uma maior concentração nos estados do Nordeste e do Sudeste, as ocorrências do chamado “novo cangaço” com desfecho trágico têm sido registradas nas cinco regiões do Brasil. Verifica-se a soma de 215 óbitos nos casos acima elencados, dos quais 188 são de assaltantes ou de suspeitos de participação em assaltos, 17 são de pessoas tomadas como reféns por assaltantes ou que transitavam nas proximidades dos locais onde ocorreram assaltos, e 10 são de profissionais da Segurança Pública. Estes números apontam para uma elevada letalidade nestas ocorrências, que foi intensificada a partir da segunda metade do decênio 2010. Embora também demonstrem que as quadrilhas de assaltantes e suas estratégias de abordagens são mortíferas, o que mais chama a atenção nos dados acima expostos é quantidade de assaltantes ou suspeitos mortos por polícias, em diversos estados do país (188 das 215 mortes). Tais números expõem a necessidade de investigar as circunstâncias em que tantas mortes de assaltantes têm se dado, assim como a relevância de se pensar em critérios e requisitos para perseguições policiais no país. É evidente a banalização do extermínio na repressão ao chamado “novo cangaço”. As mortes de assaltantes têm se dado em grande quantidade e vêm sendo tratadas como meras contingências da atividade policial regular. Investigações rigorosas de atuações violentas e de mortes de assaltantes por forças de segurança pública têm sido efetuadas apenas quando irregularidades e excessos são flagrantes, como na chacina de Varginha.

No dia 31 de outubro de 2021, uma ocorrência em Varginha, no estado de Minas Gerais, deu visibilidade a crimes e atrocidades de equipes policiais contra supostos assaltantes. Na ocasião, 26 suspeitos de estarem planejando roubos contra bancos do sul mineiro foram executados por agentes da Polícia Rodoviária Federal e da Polícia Militar. Na versão apresentada à imprensa pela PM e a PRF, os supostos assaltantes teriam disparado contra as equipes policiais, em dois sítios onde estariam abrigados, ambos localizados no município de Varginha. Vejamos esta notícia:

Varginha: Polícia mata 25 criminosos do “novo cangaço” que planejavam assaltos. A Polícia Militar e a Polícia Rodoviária Federal (PRF) realizaram uma operação conjunta e desmantelaram uma quadrilha de assalto a bancos de alta periculosidade, conhecida como “novo cangaço”, em Varginha, no sul de Minas Gerais, neste domingo (31). Vinte e cinco criminosos morreram em confronto com as polícias durante a operação, e vários ficaram feridos. O confronto ocorreu em duas chácaras da cidade. Na primeira, 18 criminosos, foram mortos quando atacaram os policiais. Na segunda chácara, foram sete mortos. O grupo estava armado com um arsenal de guerra, explosivos e coletes à prova de balas. “Posso adiantar que esta é a maior operação referente ao ‘novo cangaço’ no país. Muitos infratores fariam um roubo a banco, provavelmente na data de amanhã ou hoje, e foram surpreendidos pelo nosso serviço de inteligência integrado com a PRF. Foi uma ação conjunta que resultou na apreensão de armamentos, além de explosivos e coletes à prova de balas que eram utilizados por esses infratores” informou a capitão Layla Brunela, porta-voz da PM-MG. [...] “O que temos até agora é que houve essa grande apreensão e vários criminosos estão sendo socorridos” conclui a capitão. A PRF informou, por meio de nota, que “a quadrilha possuía um verdadeiro arsenal de guerra, sendo apreendidos fuzis, metralhadoras ponto 50, explosivos e coletes à prova de balas, além de vários veículos roubados. Foram arrecadados ainda diversos “miguelitos” (objetos perfurantes feitos com pregos retorcidos usados para furar os pneus das viaturas policiais)”. Dentre o armamento apreendido está uma arma de calibre .50, utilizada pelas forças armadas.

“Ela tem uma munição antitanque de alta energia. Nossos policiais correram muito risco de morte por conta desses infratores. Graças a Deus uma ação de inteligência em sintonia da PM com a PRF, uma ação muito importante que mostra a sinergia no estado de Minas, fazendo com que esse arsenal fosse apreendido e os policiais que trocaram tiros numa posição privilegiada, mantendo-se incólumes, isso é uma notícia importantíssima”, afirmou o tenente-coronel Flávio Santiago, chefe da assessoria da PM-MG. A quadrilha tinha também uniformes, carregadores das armas prontos para o crime e estavam com uma série de galões de gasolina. O arsenal de armas apreendido com os criminosos está sendo contabilizado. “Eles tinham uniformes e vestimentas próprias que seriam utilizadas por esses infratores, coletes balísticos, joelheiras, coturnos, até mesmo algumas roupas camufladas. Os carregadores das armas, todos já municiados e em condições de resposta, foram apreendidos desta maneira. Armamentos de todos os calibres, fuzis, escopetas calibres .12, miguéritos que são usados para poder furar o pneu de viaturas, vários galões de combustível, explosivos e tem material chegando a todo tempo”, informou a porta-voz da Polícia Militar, capitão Layla Brunela. Segundo ela, “um arsenal bélico capaz de fazer frente às nossas guarnições, (eles) entraram em confronto com nossos policiais militares e tiveram a resposta devida. Queremos evitar de toda maneira o confronto, não vamos comemorar nenhuma morte, não é a intenção da Polícia Militar, nem da Polícia Rodoviária Federal, mas uma ação precisa do trabalho conjunto das polícias. Ações como essa sempre serão pautadas dentro da legalidade e aqui só fizemos responder o risco que nossos policiais militares sofreram”, complementou a capitão. Nenhum policial e nenhum civil ficou ferido na ação. “Graças a Deus, os policiais passam bem e por uma ação de inteligência junto com a PRF. Não é à toa que Minas Gerais é o estado mais seguro do Brasil”, conclui o tenente-coronel. (*O Tempo*, 31/10/2021).

Nas declarações dos profissionais de segurança, entrevistados na reportagem, são enaltecidas as dimensões da ação repressiva, designada como “a maior operação policial referente ao novo cangaço”, assim como o triunfo bélico alcançado sobre a suposta quadrilha de assaltantes. As

reportagens dos primeiros dias após a ocorrência noticiaram 25 mortos. Nos dias seguintes, a Polícia Militar mineira veio a público explicar que tinha sido 26 o número de pessoas abatidas. De todo modo, soou destoante do que se espera de forças de segurança pública em uma sociedade democrática, a PM e a PRF, por meio de seus oficiais e assessores de imprensa, convocarem jornalistas para mostrar mais de duas dúzias de cadáveres, trivializando o extermínio dos supostos assaltantes e exaltando a performance combativa de seus profissionais. Conforme elucida a reportagem acima, uma chacina policial de grandes proporções foi apresentada como uma operação bem conduzida e exitosa. Mas tais versões “oficiais” do ocorrido suscitaram desconfianças e pedidos de investigações pelo Ministério Público e a Assembleia Legislativa de Minas Gerais, assim como de algumas ONGs atuantes nas pautas dos Direitos Humanos. Não tendo sobrevivido nenhum dos supostos assaltantes, as narrativas dos policiais envolvidos no caso se tornaram uma espécie “versão única” e autovalidada. Causou estranheza uma “quadrilha perigosa” ter sido integralmente abatida sem conseguir ferir ou matar nenhum policial, mesmo dispondo de armamentos de grosso calibre, munições e explosivos. Alegando a necessidade de socorro aos feridos no enfrentamento armado, agentes da PM-MG, antes da chegada da Perícia Forense, alteraram os cenários da chamada “cena do crime” nos dois sítios onde teriam se dado os confrontos.

Acionada para investigar as 26 mortes em Varginha, a Polícia Federal, no dia 22 de fevereiro deste ano, apresentou um extenso relatório, elucidando diversas ilegalidades cometidas pelos profissionais de Segurança Pública envolvidos no caso e indiciou 39 agentes (23 do grupo de elite da PRF e 16 do Batalhão de Operações Especiais-BOPE da PM) por homicídio qualificado, tortura e fraude processual. Vejamos trechos desta reportagem, que detalha o inquérito da PF:

Mortes, tortura e alteração das cenas do crime: PF detalha ação de policiais que terminou com 26 mortos em MG. O inquérito da Polícia Federal que indiciou 39 policiais por crimes que teriam

sido cometidos na operação que deixou 26 mortos em outubro de 2021 em Varginha (MG) detalha toda a ação contra uma quadrilha que planejava assaltar um banco na cidade. [...] O inquérito da Polícia Federal concluiu que dois dos suspeitos foram interceptados em um posto de combustíveis em Muzambinho (MG) por volta de 2h53 do dia 31 de outubro e levados para Varginha. Francinaldo Araújo da Silva, motorista do caminhão que daria fuga aos criminosos após o assalto, e Gleisson Fernando da Silva Moraes, apontado como um dos mentores do roubo a banco, sofreram torturas físicas e psicológicas neste itinerário e tiveram seus corpos colocados entre aqueles que foram mortos no sítio. [...] O relatório final da Polícia Federal apontou que os criminosos foram surpreendidos com a chegada da polícia e foram alvejados. Ainda conforme a PF, não houve a forte resistência com armas longas por parte dos suspeitos, conforme alegado pelas forças de segurança na época e não existem indícios de que um combate aconteceu. [...] No relatório, a PF afirma que os fatos investigados, na forma como ocorreram e considerando o envolvimento das personagens que deles participaram, não possuem precedentes na história nacional. [...] O relatório da PF afirma que no dia 31 de outubro de 2021, por volta de 5h, aproximadamente 40 policiais entraram em um sítio no bairro Recanto Dourado, o sítio 1, em Varginha (MG) e lá mataram 16 indivíduos que se preparavam para executar um grande roubo na cidade. Outros dois corpos foram contabilizados como mortes na cena do crime. Na sequência, um grupo formado por 12 destes policiais rumou para um segundo sítio no bairro Lagoinha, o sítio 2, e lá foram mortos mais oito suspeitos. [...] A investigação da Polícia Federal também apontou inconsistência nos depoimentos dos policiais que participaram da ação em Varginha. “Ficou patente que o relato dos policiais rodoviários e dos policiais militares foi uma criação fictícia, previamente acertada entre eles, com vistas a elidir a responsabilidade pelos excessos cometidos”. Conforme a PF, na fantasiosa versão para o ocorrido, consta que os policiais tensionavam uma ação escorregia de promover a prisão de suspeitos quando foram surpreendidos por injusto ataque de arma de fogo. Não restando opção, os policiais revidaram e se sucedeu vigoroso e intenso combate. Ao final, todos os “meliantes” foram abatidos e nenhum policial foi alvejado, vez que a técnica prevaleceu

sobre a força. O mesmo relato “inautêntico” foi empregado para descrever nos sítios 1 e 2, aponta a PF. A perícia da Polícia Federal conseguiu identificar nos locais elementos biológicos de 19 dos 26 mortos em diversos ambientes dos dois locais de crime. A PF afirma que, somados a outros elementos, tem-se um forte indicativo de onde quase todos os mortos foram alvejados por armas de fogo. Os laudos ainda trouxeram considerações que desconstruíram a versão apresentada pelos policiais. “O que houve no dia 31 de outubro de 2021 nos sítios 1 e 2 foi uma ação desacertada da polícia que, surpreendendo suspeitos que preparavam a execução de grave crime violento, acabou por matar a todos”, aponta a PF. [...] O relatório também afirma que os criminosos não dispunham de armas quando as forças policiais entraram nos imóveis e que houve adulteração dos locais de crime por parte dos policiais. “Apesar dos sinais consistentes de resistência no sítio 2, os vestígios indicaram que os armamentos longos atribuídos àquele local, divulgados em fotografias à imprensa, inclusive a metralhadora calibre .50, teriam sido introduzidos na cena em momento posterior ao confronto. A análise preliminar da sala (de um dos sítios) indicou que o ambiente passou por adulterações deliberadas e não relacionadas com a dinâmica de entrada tática e confronto com eventuais sujeitos”. O relatório também aponta que disparos de armas de fogo atribuídos aos criminosos também foram adulterados pelos policiais. “Os consistentes indicativos de que os tiros no muro frontal e lateral foram produzidos depois do domínio da situação conduzem à conclusão de que foram efetuados pelos policiais, com o possível propósito de simular resistência que não existiu”. [...] A Polícia Federal afirma no inquérito que não houve efetivo socorro aos feridos. “Tal qual observado no sítio 1, a análise global dos elementos objetivos indicou não ter havido efetivo socorro aos feridos do sítio 2. As imagens do circuito do Hospital Bom Pastor mostram que os corpos ali chegaram (seis corpos do sítio 1 e oito do sítio 2) transportados empilhados no compartimento de carga das caminhonetes, sob a capota marítima. No primeiro veículo que trouxe os sujeitos do Sítio 2, via-se policial sentado sobre os corpos, em condição incompatível com eventual prestação de socorro. Vale dizer também, a dita prestação de socorro, em verdade, decorreu da intenção de inovar local de crime”. [...]”. Afora os horrores

narrados, o que ficou latente é o registro uníssono de que os nosocômios receberam somente cadáveres. Não houve sequer um lampejo de prestação de primeiros socorros. [...] Observa-se que não há movimentação compatível com prestação de socorro ou a realização de quaisquer manobras de urgência pelos servidores da UPA. Ao contrário, a maioria dos corpos foi retirada do veículo e imediatamente recoberto com lençóis brancos, sugerindo não haver dúvidas sobre a ausência de vida”. O inquérito da PF também aponta que uma das vítimas “foi socorrida” com o crânio aberto, sem massa encefálica, em decorrência do disparo de fuzil em sua cabeça. A investigação apontou que o tempo estimado entre o domínio da situação no sítio 1 e o início do transporte dos baleados para a UPA e o Hospital Bom Pastor foi superior a 50 minutos. A PF afirma que somente esse fato já contradiz a versão de prioridade de se prestar efetivo socorro. Os bombeiros militares de Varginha e o Samu foram oficiados e responderam não terem recebido qualquer acionamento. A PF afirma que todos os policiais que estiveram nos locais dos crimes imediatamente após os eventos de tiro agiram para dificultar os trabalhos investigativos. Aqueles que estiveram nos locais, ainda que não tenham participado da inovação e adulteração desses locais, por omissão dolosa, contribuíram para o resultado criminoso. (G1, Sul de Minas, 24 de fevereiro de 2024)

Atualmente, os profissionais de Segurança Pública indiciados aguardam o fim dos trabalhos investigativos e as possíveis condenações judiciais dos crimes pelos quais estão sendo investigados. A Polícia Rodoviária Federal afastou seus 23 agentes indiciados, mas os mesmos conseguiram na Justiça o retorno às atividades profissionais, até que haja julgamento e sentença para as mortes dos 26 supostos assaltantes em Varginha. O referido relatório apresentado pela Polícia Federal, depois de mais de um ano de investigações, é de grande relevância para elucidar irregularidades e excessos que parecem recorrentes na atuação de polícias de diferentes estados no combate aos assaltos contra bancos. Ao contrário de outros episódios acentuadamente letais, em que a dimensão de execução sumária é prontamente identificada e denunciada pelos ativismos em direitos humanos e

por veículos de mídia, sendo devidamente designados como “chacinas”, os extermínios de “assaltantes de bancos” têm sido noticiados a partir de enquadramentos e classificações que, ao invés de lhes dar visibilidade e propiciar as devidas mobilizações e denúncias, muitas vezes são apresentados como efeitos colaterais usuais de operações policiais ou desdobramentos trágicos de investidas criminosas audaciosas. Em um país onde segmentos numericamente expressivos da população acreditam que “bandido bom é bandido morto”, a aniquilação de homens que fazem cerco a cidades, subjugam populações e atacam polícias, em muitos contextos, passam “providencialmente” despercebidas.

No primeiro semestre deste ano, uma tentativa de roubo contra uma empresa de guardavalores no estado do Mato Grosso também chamou a atenção pelos resultados letais, foram quase 20 mortos. O caso foi registrado no dia 9 de abril no município de Confresa, que tem cerca de 40 mil habitantes. Na ocasião, a quadrilha provocou consideráveis danos ao patrimônio público, invadiu o quartel militar e produziu um incêndio no local, além de destruir o transformador de energia da cidade para dificultar a comunicação entre policiais e impedir a transmissão de imagens dos assaltantes pelas câmeras de segurança. Depois de demolir parte do muro da empresa de guarda-valores que seria roubada e de tentar implodir o cofre do estabelecimento, a quadrilha foi interceptada por um dispositivo de segurança, que disparou jatos de gás em grande quantidade, impedindo a efetivação do assalto (Aquino, 2023c⁹¹). Estas ofensivas intempestivas dos assaltantes desencadearam a “operação Canguçu”, uma força-tarefa de busca e apreensão que durou 38 dias e envolveu efetivos policiais de cinco estados (Mato Grosso, Tocantins, Goiás, Pará e Minas Gerais), mobilizando um contingente de mais de 300 profissionais da Segurança Pública.

Devido às grandes extensões de áreas rurais e florestas nas proximidades de Confresa, a operação Canguçu foi anunciada em diversas mídias

91 AQUINO, J. P. D. Tentativa frustrada de assalto em Confresa-MT mostra a relevância das estratégias de prevenção. *Boletim Fonte Segura*, São Paulo, p. 8, 16 jun. 2023c.

como uma “caçada”, termo usado principalmente em referência ao abate de animais silvestres por homens armados, seja com fins de alimentação e sobrevivência material, ou meramente recreativo. Tendo ensejado 13 confrontos armados entre policiais e bandidos em fuga, a operação Canguçu resultou em cinco prisões e 18 mortes de assaltantes, configurando uma atuação policial marcadamente letal. No dia seguinte ao fim da chamada “caçada”, ao invés de os participantes passarem por interrogatórios de superiores ou de serem abertas investigações para elucidar os contextos em que os assaltantes foram abatidos – já que não havia videomonitoramento nas regiões onde houve as buscas e se desenrolaram “trocas de tiros” entre fugitivos e policiais –, o Quartel do Comando Geral de Confresa, homenageou com medalhas de honra ao mérito os policiais daquele município que estiveram na “Operação Canguçu” e, na mesma semana, a Câmara Municipal de Paraíso, cidade tocantinense que enviou reforços para a operação, também premiou com medalhas os policiais do município envolvidos na caçada.

Tamanha condescendência ou celebração de violências efetuadas por forças de segurança pública, envolvendo perseguições a assaltantes do chamado “novo cangaço”, não constitui um caso isolado. São recorrentes as declarações de prefeitos e governadores em apoio a equipes policiais em situações, cujos excessos em suas atuações são evidentes e ganham repercussão midiática. No caso em que a PM e a PRF apresentaram narrativas fraudulentas sobre a operação que resultou em 26 mortes em Varginha, em 2021, o governador Romeu Zema parabenizou a Polícia Militar e a Polícia Rodoviária Federal, alardeando que “em Minas a criminalidade não tem vez”. Em 2019, quando a PM paulista matou em um confronto 11 homens que tentaram assaltar uma agência bancária, em Guararema, João Dória, governador de São Paulo no período, homenageou os policiais que participaram da ação com o prêmio “Polícia nota 10” e os congratulou “por mandarem para o cemitério esses 11 bandidos”. Em dezembro de 2018, uma tentativa de assalto contra duas agências bancárias em Milagres, no Ceará, desencadeou um embate armado entre polícia e quadrilha, que resultou

nas mortes de oito assaltantes e seis reféns. Na ocasião, o então governador do estado, Camilo Santana, em entrevistas sobre a tragédia, avalizou o desempenho da polícia no caso e lançou a suspeita de que todos os mortos no confronto faziam parte da quadrilha, hipótese que as investigações vieram a negar. Considerando que os gestores mencionados são políticos de carreira que buscam apoio popular para garantir suas eleições e reeleições, tais personagens costumam estar inteirados sobre aprovações e rejeições a determinadas ações e posicionamentos no campo da segurança pública. Deste modo, as referidas falas não teriam sido divulgadas sem que estes políticos tivessem ciência de sua concordância com visões e valores de vastos segmentos da sociedade, se não a maioria dos votantes.

Considerações finais

Em alguma medida, a mesmas performances de quadrilhas do chamado “novo cangaço” que garantem a rendição das vítimas e a obstrução da atuação policial também produzem, no campo das moralidades e das subjetividades, sobretudo em pessoas que tiveram suas cidades sitiadas, a aceitação e até mesmo o anseio pelo abate dos assaltantes. Os modos de abordagens de alvos impactantes e barulhentos, acionados por estas quadrilhas, conforme assinalado neste texto, causam impactos psicológicos nas populações de cidades pequenas e médias atacadas, tendo sido registradas diversas agressões e mortes de reféns.

Os assaltos contra bancos, caracterizados por abordagens truculentas e que se tornaram predominantes a partir dos anos 2010, têm, portanto, difundido um acintoso anseio punitivo, manifestado como demanda social por resposta às atuações audaciosas de quadrilhas. Tamaña comoção costuma ser tomada por equipes policiais, que se sentem insultadas e atacadas nas ocasiões destes roubos, como uma espécie de “licença moral” para a aniquilação dos assaltantes. Mesmo matanças como a que ocorreu em Varginha em 2021 – que, após a publicação do relatório da Polícia Federal, passou a ser designada pelo termo “chacina” em veiculações midiáticas e

está se encaminhando para o julgamento e a punição dos acusados – não costumam ter a mesma repercussão de outras chacinas policiais, como a da favela do Jacarezinho, no Rio de Janeiro, também ocorrida em 2021, cujas vítimas não tinham nenhum envolvimento com atividades criminais. No Brasil, persiste forte a crença de que “bandido bom é bandido morto”. Deste modo, homens que invadem cidades, fazem reféns, destroem patrimônio público e disseminam medo, convertem-se em “condenados” e “desmerecidos” na escala moral dos que relativizam o extermínio de pessoas estigmatizadas e consideradas “perigosas” ou “indesejáveis” por forças policiais.

As quantidades elevadas de mortes em assaltos contra bancos a partir dos anos 2010, também expressam a disseminação de um padrão de atuação exterminador adotado pelas Polícias nas periferias do Rio de Janeiro, desde meados dos anos de 1980, quando se consolidaram o tráfico de drogas e as facções criminais nas periferias cariocas. Nas últimas décadas, a letalidade na atuação policial tem sido expressiva em todos as regiões do país. Esse perfil mais violento das forças de segurança pública no plano nacional, e os modos de abordagens de alvo mais truculentos adotados por quadrilhas de assaltantes de bancos, tornaram esta modalidade de crime consideravelmente mortífera. Ademais, as dezenas de óbitos ensejados pelas ações do chamado “novo cangaço” e, sobretudo, pela repressão policial a estes crimes chamam a atenção para um cenário de negação da cidadania e das prerrogativas do Estado de Direito promovidas por forças de segurança pública no Brasil. A banalização do extermínio como prática de agentes do Estado demonstra que o respeito aos direitos humanos e às garantias constitucionais não tem sido um parâmetro relevante no cotidiano de vastos segmentos de profissionais da Segurança Pública.

Os dados apresentados e a discussão desenvolvida neste texto evidenciam a gritante necessidade de critérios para as perseguições aos suspeitos de cometer crimes no país, assim como regras e requisitos para situações em que equipes policiais podem provocar ou se envolver em confrontos armados. A rigor, este artigo elucida a pertinência e a relevância do recente Decreto nº 12.341, do Governo Federal, publicado no dia 23 de dezembro de

2024. Trata-se de regulamentação ao uso de armas de fogo por profissionais de segurança pública, que devem utilizá-las apenas como último recurso e o nível de força deve ser compatível com a gravidade da situação. O decreto também estabelece que os órgãos e profissionais de segurança pública assumam a responsabilidade pelo uso inadequado da força. Para evitar que seja ignorado por governadores e profissionais de segurança pública, o decreto condiciona a liberação de recursos federais para aos estados ao seu cumprimento por governadores e profissionais de segurança pública. Tendo em mente a elevada incidência de mortes na repressão policial aos assaltos contra bancos a partir dos anos 2010, este decreto emerge como uma conquista democrática de grande relevância. Constitui uma oportunidade para nossas forças de segurança aprimorarem seus saberes e práticas, levando a dimensão intelectual e investigativa de seu trabalho a ganhar primazia ante o uso da força e o abate de suspeitos.

Fontes da imprensa consultadas

BARRETO FILHO, Herculano. Ações de “novo cangaço” tiveram ao menos 197 mortes, aponta levantamento. UOL, 06/06/2022. Link: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2022/06/06/acoes-novo-cangaco-mortos.htm>

GORTAZAR, Mayara G. Mega assaltos a bancos em Araçatuba faz moradores de escudo humano e deixa três mortos. *El País*, São Paulo, 30/08/2022. Link: <https://brasil.elpais.com/brasil/2021-08-30/mega-assalto-a-bancos-em-aracatuba-faz-moradores-de-escudo-humano-e-deixa-tres-mortos.html>

OLIVEIRA, Natália. Varginha: Polícia mata 25 criminosos do Novo Cangaço que planejam assaltos. *O Tempo*, Contagem, 31/10/2021. Link: <https://www.otempo.com.br/cidades/varginha-policia-mata-25-criminosos-do-novo-cangaco-que-planejavam-assaltos-1.2563350>

G1 Sul de Minas. Mortes, tortura e alteração das cenas do crime: PF detalha ação de policiais que terminou com 26 mortos em MG. (sem autoria especificada), 28/02/2024. Link: <https://g1.globo.com/mg/sul-de-minas/noticia/2024/02/28/mortes-tortura-e-alteracao-das-cenas-do-crime-pf-detalha-acao-de-policiais-que-terminou-com-26-mortos-em-mg.ghtml>

Uma guerra sem fim nas fronteiras guarani: conflitos armados e resistências entre os Kaiowa e Guarani em Mato Grosso do Sul

Aline Castilho Crespe¹
Lauriene Seraguza²

Os Guarani e Kaiowa no Mato Grosso do Sul e os confrontos com os não indígenas

Os povos falantes da língua guarani são, convencional e majoritariamente, divididos em três etnias: os Ñandeva, também conhecidos como *Chiripá* e *Ava Guarani* e que, no estado do Mato Grosso do Sul, se autodenominam como *Guarani*; os *Kaiowa*, denominados *Pai Tavyterã* no Paraguai; e os *Mbya*. Atualmente, vivem no sul do Mato Grosso do Sul dezenas de comunidades Guarani e Kaiowa, distribuídas em territórios com características diversas: reservas indígenas criadas pelo Serviço de Proteção aos Índios; Terras Indígenas demarcadas após a década de 1980; retomadas territoriais, com vistas à recuperação de seus territórios tradicionais; além da população que vive nas cidades, principalmente em suas periferias.

1 Indigenista, antropóloga e professora na Universidade Federal da Grande Dourados em Dourados (UFGD), Mato Grosso do Sul.

2 Indigenista, antropóloga e professora na Universidade Federal da Grande Dourados em Dourados (UFGD), Mato Grosso do Sul.

Segundo Melià, Grunberg e Grunberg (1976, p. 217)³, o território tradicionalmente ocupado pelos Guarani no atual sul do Mato Grosso do Sul abrangia uma extensão de terras de aproximadamente 40 mil km², divididos pela fronteira do Brasil com o Paraguai. Antes da chegada dos colonizadores, os territórios se estendiam desde o rio Dourados e rio Apa, ao norte, até a serra de Maracaju e os afluentes do rio Jejui ao sul. Nos sentidos leste-oeste, o território correspondia, aproximadamente, a 100 quilômetros de ambos os lados da serra de Amambai.

Os ancestrais dos atuais Guarani e Kaiowa que ocupavam territórios nas fronteiras do Brasil com o Paraguai foram diretamente impactados pela Guerra da Tríplice Aliança, ofensiva contra o Paraguai ocorrida entre 1864 e 1870. De acordo com o historiador Antônio Brand (1997)⁵, a guerra alterou o isolamento do sul do atual estado de Mato Grosso do Sul. As relações entre indígenas e não indígenas se iniciaram a partir da guerra, do conflito armado. Anteriormente a isso, os contatos com os não indígenas foram pontuais e pouco frequentes.

Após a guerra, a Companhia Matte Larangeira iniciou suas atividades de exploração de erva-mate no atual sul de Mato Grosso do Sul e rapidamente tornou-se uma grande exploradora e exportadora de erva-mate, à época, abundante nos territórios guarani e kaiowa. A empresa utilizou mão de obra indígena no trabalho nos ervais. Ex-combatentes de origem paraguaia, já incorporados pela empresa, eram falantes de guarani e faziam

3 MELIÀ, Bartomeu; GRUNBERG, Georg; GRUNBERG, Friedl. *Los Pai-Taviterã: etnografía guaraní del Paraguay contemporáneo*. 2ª edición corregida y aumentada. Asunción: CEADUC-CEPAG, 1976.

4 O estado de Mato Grosso do Sul foi criado em 1977. Anteriormente a essa data, o atual estado fazia parte de Mato Grosso. Por isso, falaremos em “sul do atual estado de Mato Grosso”, para se referir ao período anterior à divisão dos estados.

5 BRAND, Antônio. *O impacto da perda da terra sobre a tradição Kaiowa/Guarani: os difíceis caminhos da palavra*. Tese de Doutorado, Curso de Pós-Graduação em História da PUC/RS, 1997.

contato com os indígenas, persuadindo os homens indígenas a trabalharem para a companhia (Brand, 1997)⁶.

Mesmo depois do início das atividades extrativistas da Matte Larangeira, muitas comunidades permaneceram recuadas dentro das florestas. As comunidades localizadas próximas aos equipamentos de trabalho da companhia foram rapidamente contatadas pelos trabalhadores da empresa. Nestes casos, a Mate Larangeira recrutava os homens indígenas para o trabalho de extração de erva-mate, provocando o deslocamento e a fragmentação das parentelas. Outras comunidades, mais distantes das zonas de atuação da empresa, se refugiaram em áreas cobertas por florestas, adiando o contato com os colonizadores, o que iria ocorrer com a abertura das fazendas, ciclo de exploração econômica que ocorreu a partir da década de 1940.

Sobre o trabalho na Companhia Matte Larangeira, é lembrado pelos mais velhos como extenuante e as relações de trabalho são lembradas pela violência. São recorrentes as memórias de violência armada, com relatos de trabalhadores indígenas assassinados. *O pagamento era bala* é uma expressão que se repete em diferentes *tekoha* quando se lembram do trabalho na empresa. Segundo contam, os funcionários não indígenas faziam emboscada para capturar os indígenas em época de pagamento, executando os trabalhadores indígenas dentro das áreas de mata.

No início do século, já haviam sido registradas grandes fazendas – principalmente em locais não abrangidos pela Matte Larangeira –, mas sem que ocorresse a posse efetiva delas, sendo a presença não indígena bastante rarefeita. Ainda que o Estado já tivesse emitido títulos de propriedade sobre as terras indígenas, consideradas pelo Estado como devolutas, no início do século XX elas raramente eram ocupadas por brancos, permanecendo de uso exclusivo dos indígenas. No início do século XX, a Companhia Matte Larangeira perdeu o monopólio da exploração dos ervais no sul do atual estado de Mato Grosso do Sul e iniciou o processo de abertura de fazendas.

6 Idem.

Em 1910 foi criado o Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais (SPILTN), posteriormente chamado apenas Serviço de Proteção aos Índios (SPI). Pautado pela política de integração dos indígenas à sociedade nacional, o SPI tinha, entre seus objetivos, o de transformar o indígena em trabalhador rural. O SPI iniciou seus trabalhos junto aos Kaiowa e Guarani em 1915, com a demarcação do primeiro posto indígena, no município de Amambai, seguido pelos municípios de Dourados (1917) e Caarapó (1924). Em 1928 mais cinco terras foram reservadas para recolher as famílias guarani e kaiowa. Os postos indígenas eram diminutos diante dos territórios ocupados pelos Guarani e Kaiowa e não correspondiam às características socioambientais de seus territórios. Os postos indígenas ficaram conhecidos como reservas, modo como são, ainda hoje, referenciadas, e eram vistos pelo SPI como espaços transitórios, já que, segundo a visão do órgão indigenista, os indígenas deveriam ser incorporados à sociedade não indígena.

A relação dos Guarani e Kaiowa com o Estado ocorreu, efetivamente, a partir da criação dos postos indígenas e a atuação do SPI no sul do atual estado de Mato Grosso do Sul. A partir da criação dos postos indígenas, o SPI, e posteriormente a Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai) passaram a atuar no recrutamento dos indígenas para as reservas, o que ocorreu de modo paulatino entre as décadas de 1910 e 1980.

O processo de recrutamento para a reserva também é lembrado em razão de eventos de violência armada. Havia casos em que os indígenas eram convencidos a se mudar para a reserva diante promessas de segurança, atendimentos de saúde em um cenário marcado por epidemias, bem como outros benefícios que só seriam encontrados dentro das reservas. Mas a maior parte das famílias foi expulsa à bala. As expulsões se tornaram mais frequentes a partir da década de 1940, com a política nacional de Marcha para Oeste e instalação de colônias agrícolas nacionais e privadas com a titulação de terra para pequenos agricultores e também abertura de grandes fazendas. As terras indígenas foram tituladas a terceiros pelo Estado, como

se fossem terras devolutas, sendo desconsiderados a presença indígena e os seus territórios.

Com a Marcha para Oeste ocorreu um aumento da migração de não indígenas para o sul do atual estado de Mato Grosso do Sul, estimulados pelas promessas de Getúlio Vargas de doar terras a trabalhadores rurais. Nesse período aumentaram as expulsões e as remoções dos indígenas para dentro das reservas, bem como o uso da violência. A violência contra os indígenas marca tanto a atuação do SPI quanto a dos novos donos da terra e recrudesce no período da ditadura militar, assim como o controle dos indígenas dentro das reservas. Durante a ditadura foi publicada a Lei 6001, de 1973, conhecida como “Estatuto do Índio”. A lei tinha uma perspectiva integracionista e dividia os povos indígenas nas categorias “*isolados*”, em “*vias de integração*” e “*integrados*”. As reservas indígenas eram vistas como um meio de integração dos indígenas à sociedade nacional, que passava pela incorporação dos indígenas nas relações de trabalho capitalistas.

No sul do Mato Grosso do Sul, duas outras categorias foram mobilizadas pelo órgão indigenista, “*aldeados*” e “*desaldeados*”. Os indígenas que recusaram as reservas foram incorporados como mão de obra nas fazendas, trabalhando principalmente na derrubada das matas para a implantação de pastos e lavouras. Permanecer trabalhando nas fazendas foi também uma estratégia de permanecerem dentro da *tekoha*. Todos os que não estavam nas reservas eram tidos como *desaldeados* e não podiam acessar serviços disponíveis nas reservas, como tratamento de saúde. Os *desaldeados* eram aqueles que se esconderam nas matas, fugindo dos fazendeiros e do SPI. Segundo Rubens Tomaz de Almeida, a condição de “*escondidos*” tornava o problema fundiário oficialmente “*desconhecido*”, ou considerado “*solucionado*” pela criação das oito áreas reservadas (Almeida, 2001, p. 24)⁷.

7 ALMEIDA, Rubens Tomaz. 2001. *Do desenvolvimento comunitário à mobilização política – O projeto Kaiowá-Ñandeva como experiência antropológica*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2001.

Para melhor controle sobre os indígenas *aldeados*, o Serviço de Proteção aos Índios instituiu, dentro das reservas, o *chefe de posto* e o *capitão*, o primeiro sempre ocupado por um branco, o segundo ocupado por um indígena. Inicialmente, o *capitão* intermediava as relações do *chefe do posto* com a população das reservas, oriundas de diferentes *tekoha* e compondo distintos grupos políticos dentro das reservas. De acordo com o antropólogo Diógenes Cariaga, a figura do capitão está diretamente relacionada ao ideal do indígena aldeado e se opõe radicalmente ao modo de vida anterior às reservas:

A figura política do capitão é inerente à criação dos postos indígenas e ao modo de vida condicionada a ela enquanto índio de aldeia, condição que é vista pela maior parte das famílias kaiowa como o oposto do modo de vida anterior à ação do SPI, como frisam *aipo'arape nhande jaikovae kuê ka'aguype* – naquela época a gente morava no mato. Neste sentido, o tempo dos antigos (*aipo'arape*) é referente aos modos de vida anteriores ao recolhimento compulsório para os postos indígenas, quando viviam em seus locais de habitação, origem e procedência. (Cariaga, 2019, p. 265, 266)⁸

Os capitães passaram a assumir uma política de austeridade, constituindo uma polícia indígena que acompanhava de perto a vida das famílias nas reservas, punindo com violência aqueles que se opusessem à sua política. O capitão também era responsável por reunir trabalhadores indígenas e mediar contratos de trabalho com os *brancos*, atribuição conhecida como *cabeçante*. No período da ditadura, essa autoridade alçada pela capitania ficou mais evidente. Eliel Benites, pesquisador kaiowá, ao descrever a capitania na Reserva Indígena de Caarapó, chama nossa atenção para a militarização da política instituída pelo SPI dentro das reservas indígenas.

8 CARIAGA, Diógenes Egídio. *Relações e diferenças: a ação política Kaiowá e suas partes*. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Antropologia da UFSC, Florianópolis, SC, 2019.

A Te'yikue se configurou, de fato, como reserva, quando foi estruturado um poder de caráter militar, efetivando a hierarquização da comunidade: onde no topo se estabeleceu o chefe do Posto Indígena (que era branco), em seguida estava o “capitão” (indígena que falava melhor a língua portuguesa), depois “sargento”, “cabo” e numerosos “policiais”. Esta estrutura de poder tinha o apoio oficial do órgão indigenista da época, fornecendo infraestrutura para fazer diversas rondas, fardamento e até armas de fogo para os comandantes maiores. (Benites, 2021, p. 52)⁹

Apesar dos esforços do SPI e posteriormente da Funai em reduzir os Guarani e Kaiowa à situação de reserva, a partir da década de 1970 foram observados os primeiros movimentos indígenas no sentido de recuperar os territórios ocupados pelas fazendas. Neste contexto, destaca-se a história de Marçal de Souza, protagonista na luta pela terra e assassinado por pistoleiros em 1983. Marçal de Souza é um marco importante desse período, na época ele acompanhava a luta dos indígenas da comunidade Pirakua, que lutavam para o reconhecimento do território do qual tinham sido expulsos. Devido à sua atuação na luta pela terra, foi expulso pelo capitão da reserva indígena de Dourados, sendo transferido para Campestre, local onde foi assassinado.

Foi por volta dos anos 70 que Marçal começou a se destacar como lutador pela causa indígena e aí começaram os problemas com os fazendeiros, com a Funai (Fundação Nacional do Índio (sic) – órgão governamental) e com o governo. Passou a ser considerado “subversivo” e “revolucionário”, sendo constantemente transferido de uma área indígena para outra. (Fórum Marçal de Souza, 1993, p. 02)¹⁰

9 BENITES, Eliel. *A busca do teko araguyje (jeito sagrado de ser) nas retomadas territoriais Guarani e Kaiowa*. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFGD, Dourados, MS, 2021.

10 Documento disponível no acervo do Instituto Socioambiental. <https://acervo.socioambiental.org/acervo/documentos/caso-marcal>

Em setembro de 1983, Marçal de Souza fez sua última fala pública, na Associação Brasileira de Imprensa, quando afirmou: *sou uma pessoa marcada para morrer*. Mesmo anunciando que vinha sendo ameaçado de morte, nenhuma providência foi tomada no sentido de proteger Marçal de Souza. Em 25 de novembro de 1983 foi assassinado na aldeia Campestre, no município de Antônio João: *foram cinco tiros fatais, calibre 38, um deles atingindo sua boca. Mais tarde, foi constatado* (Fórum Marçal de Souza, 1993)¹¹.

Os movimentos pela terra e a recuperação das tekoha

Eventos ocorridos no final da década de 1970 são significativos para a compreensão das atuais mobilizações pela terra. Em 1978 foram violentamente removidas as comunidades Guaimbé e Rancho Jacaré, localizadas no atual município de Laguna Carapã. Na ocasião, os indígenas foram retirados à força e levados em um caminhão de boi para a serra da Bodoquena, cerca de 800 quilômetros das áreas tradicionalmente ocupadas (Silva, 2005, p. 117)¹². Depois de dez meses da remoção de seus territórios, iniciaram uma caminhada de retorno. A Funai, quando tomou conhecimento da situação, providenciou transporte para levar as famílias para a Reserva Indígena de Dourados. Os indígenas não aceitaram a transferência para a reserva e passaram a pressionar a Funai para a demarcação de suas terras. As Terras Indígenas Guaimbé e Rancho Jacaré foram demarcadas em 1983 e homologadas em 1984. As duas áreas foram as primeiras terras indígenas demarcadas depois de 1928, Guaimbé com 716 hectares e Rancho Jacaré com 777

11 Idem.

12 SILVA, Meire Adriana. *O movimento dos Guarani e Kaiowá de reocupação e recuperação de seus territórios em Mato Grosso de Sul e a participação do CIMI (Conselho Indigenista Missionário) 1978-2001*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em História da UFGD, 2005.

hectares (Silva, 2005)¹³. De 1928 a 1984 foram cinquenta e seis anos sem a demarcação de nenhuma terra indígena no sul do Mato Grosso do Sul.

Outro evento importante ocorreu em Pirakua, que citamos acima, terra indígena localizada no município de Bela Vista, MS. Segundo Pereira (2003)¹⁴, as famílias de Pirakua foram reduzidas em uma pequena área de mata dentro de uma fazenda. Na década de 1980 o proprietário da fazenda intensificou o desmatamento do local. À época, Marçal de Souza iniciou uma campanha para parar o desmatamento e impedir o despejo das famílias. Marçal passou por diversos territórios guarani e kaiowa, bem como circulou entre não indígenas, com o objetivo de conseguir apoio e pressionar a Funai para que fossem realizados os estudos relativos à identificação e à demarcação de Pirakua. A partir disso, a liderança organizou um movimento de desintrusão da terra reivindicada pela comunidade de Pirakua, contando com o apoio de guerreiros armados, oriundos de diversas comunidades (Pereira, 2003, p. 139)¹⁵. Após sua morte, em 1983, continuou a luta das famílias indígenas pela demarcação de Pirakua e por muitos outros territórios que passaram a ser reivindicados desde então.

A partir do sucesso de reconhecimento das primeiras terras reivindicadas, entre o final da década de 1970 e início de 1980, outras famílias que haviam sido expulsas começaram a se organizar para retornar às *tekoha*. Muitas parentelas passaram a se reorganizar dentro das próprias reservas. Depois de levantada a parentela, o coletivo é que deve realizar a retomada, a ação de entrar na terra, atualmente em posse dos fazendeiros. A entrada, chamada pelos Guarani e Kaiowá de *retomada*, é sempre tensa. Os conflitos das primeiras horas são, muitas vezes, seguidos de morte de indígenas. Depois da retomada seguem os pedidos de reintegração de posse, que resultam em confrontos com pistoleiros e policiais e despejos violentos, além

¹³ Idem.

¹⁴ PEREIRA, Levi M. O movimento étnico-social pela demarcação de terras guarani em MS. *Revista Tellus / Núcleo de Estudos e Pesquisas das Populações Indígenas, NEPPI*, ano 3, n. 4, Campo Grande – MS: UCDB, 2003.

¹⁵ Idem.

de longos processos judiciais que se arrastam por anos. Assim, frequentemente as retomadas são seguidas de conflitos armados, despejos, novas retomadas e assim por diante, até o fim do processo de regularização fundiária, a maior parte deles ainda em aberto.

Pela demora da Funai em realizar a identificação das terras Guarani e Kaiowa no Mato Grosso do Sul, em 2007 foi assinado um Compromisso de Ajustamento de Conduta (CAC) entre o Ministério Público Federal (MPF), a Funai e as lideranças da Aty Guasu. O acordo definiu o compromisso da Funai de constituir Grupos Técnicos (GT) com vistas à identificação e à delimitação das *tekoha* relacionadas no compromisso, divididos em sete terras indígenas (TI): T.I. Iguatemipegua, T.I. Amambaípegua, T.I. Douradopegua: T.I. Dourados – Amambaípegua, T.I. Brilhantepegua, T.I. Ñandeva, T.I. Apapegua. O CAC definiu também o prazo de três anos após a assinatura do compromisso para a Funai realizar os estudos, sob pena de multa diária no valor de R\$ 1.000.

Os procedimentos determinados no CAC estavam garantidos nos seguintes dispositivos legais: 1. art. 231 da Constituição da República de 1988, que garante os direitos originários sobre as terras ocupadas tradicionalmente; 2. art. 67 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, que determina a demarcação das terras indígenas no prazo de cinco anos a partir da promulgação da Constituição; 3. Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho – OIT sobre os povos Indígenas e Tribais, aprovada pelo decreto legislativo nº 143, de 20 de junho de 2002, e dotada de executividade pelo decreto nº 5051, de 19 de abril de 2004, que assegura o reconhecimento das terras indígenas de ocupação tradicional. A Convenção 169 também prevê que “os governos deverão adotar as medidas que sejam necessárias” para garantir a posse destas áreas, assim como deverão ser instituídos procedimentos adequados no âmbito do sistema jurídico para solucionar as reivindicações de terras formuladas pelos povos interessados; 4. art. 1º do Decreto nº 1775/96 dispõe sobre o procedimento administrativo de demarcação das terras indígenas e estabelece que as terras indígenas, de que tratam o art. 17, I da Lei nº 6001, de 19 de dezembro de 1973, e

o artigo 231 da Constituição, serão administrativamente demarcadas por iniciativa e sob orientação do órgão federal de assistência ao indígena; 5. art. 2º do Decreto nº 1775/96 determina que a demarcação das terras tradicionalmente ocupadas será fundamentada em trabalhos desenvolvidos por antropólogos de qualificação reconhecida, que elaborará, em prazos fixados na portaria de nomeação, estudo antropológico de identificação e que o mesmo designará grupo técnico especializado, composto preferencialmente por servidores do próprio quadro funcional, coordenado por antropóloga/o, com a finalidade de realizar estudos complementares de natureza etnográfica, sociológica, jurídica, cartográfica, ambiental e o levantamento fundiário necessário à delimitação (Crespe, 2015, p. 146)¹⁶.

A partir destes dispositivos jurídicos, o MPF determina, em nove cláusulas, que a Funai inicie o processo administrativo de identificação e delimitação das áreas listadas no documento. Diferente dos procedimentos que haviam sido empregados até então para demarcar terras indígenas no Mato Grosso do Sul, o novo procedimento acordado no CAC foi de proceder à demarcação de áreas contínuas, identificadas a partir das relações de parentesco entre comunidades distribuídas por uma dada bacia hidrográfica. Neste sentido, os trabalhos iniciados em 2008 apresentaram uma diferença de escala em relação ao que foi feito anteriormente. A proposta era fazer uma abordagem de nível territorial e não mais o atendimento de casos isolados, com a demarcação de pequenas frações de território em formato de ilhas (Cavalcante, 2013, p. 292)¹⁷.

Os GTs foram formados com um pequeno atraso em relação à data prevista no documento. Em agosto de 2008, os pesquisadores que compunham os GT foram para o campo. Quando os/as antropólogos/as começaram os trabalhos de campo, os proprietários rurais mobilizaram uma série de

16 CRESPE, Aline. *Mobilidade e temporalidade Kaiowa: do tekoha à reserva, do tekoharã ao tekoha*. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação da UFGD, Dourados, MS, 2015.

17 CAVALCANTE, Thiago Leandro Vieira. *Colonialismo, território e territorialidade: a luta pela terra dos Guarani e Kaiowá no Mato Grosso do Sul*. Tese de Doutorado, Faculdade de Ciências e Letras de Assis – UNESP, SP, 2013.

ações com o objetivo de impedir o início dos trabalhos dos GTs. O caminho utilizado pelos fazendeiros foi a política. Como apontou Cavalcante (2013)¹⁸, a grande maioria dos deputados federais e estaduais no Mato Grosso do Sul tem vínculo direto com o agronegócio, isto é, são grandes proprietários de terras. Essa conjunção entre poder econômico (por terem a posse da terra) e político deu força para que os produtores rurais conseguissem uma vitória quanto ao atraso dos trabalhos.

À época, a Famasul (Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso do Sul) divulgou na internet que seria demarcada uma terra indígena contínua, como havia sido feita com a Raposa Serra do Sol, na Amazônia. Nesta representação, a área a ser demarcada se sobreporia a vinte e seis municípios localizados no sul do estado. Com falsas notícias sobre como seria o processo de identificação e a demarcação das terras indígenas, aumentaram a hostilidade e a violência contra os indígenas. Neste contexto, marcado pelo aumento dos conflitos fundiários, fazendeiros do Mato Grosso do Sul e do oeste do Paraná se uniram e organizaram o “Leilão da Resistência” com o objetivo de criar um fundo para garantir um policiamento privado nas fazendas. As mobilizações políticas criadas pelos fazendeiros resultaram em interferências diretas no andamento dos GTs, prejudicando e atrasando seu trabalho. Desde então, alguns relatórios foram entregues, outros não, estando cada uma das terras em diferentes etapas do processo de identificação. Após 2007, outras terras indígenas foram incorporadas à lista por terem sido inicialmente omitidas, já que o CAC registra as *tekoha* a serem identificadas sem prejuízo de outras, não incluídas na lista inicial.

Desde então, os fazendeiros sempre contaram com novos dispositivos administrativos e jurídicos para dificultar ou impedir o andamento dos estudos. Entre as estratégias contrárias à demarcação está o Marco Temporal, que define a necessidade da presença indígena na data da promulgação da Constituição Federal de 1988. Nesse período, no sul do Mato Grosso do Sul, a maioria das comunidades já havia sido expulsa de seus

18 Idem.

territórios com a participação ativa do estado, através do recolhimento das comunidades para dentro das reservas indígenas, feito pelo SPI. O Marco Temporal foi vencido no Supremo Tribunal Federal em 2022, mas em dezembro de 2023 foi publicada a Lei 14.701, que institui novamente o Marco Temporal e define novas regras para os procedimentos realizados nos estudos de identificação.

Escalada da violência e conflitos armados

Como demonstramos acima, no cenário regional ocorreu uma escalada dos conflitos fundiários após a assinatura do CAC, situação que se agrava após a ascensão da extrema direita no Brasil. Depois do golpe contra a presidenta Dilma Rousseff, seguido dos governos de Michel Temer e Jair Bolsonaro, aumentou, de um lado, a descrença na capacidade do Estado em dar continuidade ao processo de identificação e demarcação das terras indígenas no sul de Mato Grosso do Sul e, de outro lado, os episódios de violência armada se tornaram mais frequentes e mais brutais. Se os casos de violência, resultando em assassinatos de indígenas, já vinham sendo registrados desde a morte de Marçal de Souza, depois da assinatura do CAC, em 2007, eles aumentaram significativamente.

Em 2009, durante uma ação violenta de reintegração de posse no município de Paranhos, foram mortos dois jovens professores indígenas, Genivaldo Vera e Rolindo Vera. A terra onde os indígenas foram assassinados constava das terras a serem identificadas pelo CAC. Em 2011, nos municípios de Aral Moreira e Ponta Porã, a terra indígena Guaiviry foi atacada por um grupo de jagunços ligados a empresas de segurança privada e contratados pelos fazendeiros, assassinando a tiros a liderança Nísio Gomes. Seu corpo foi levado em uma das caminhonetes dos fazendeiros e nunca foi encontrado.

Em 2013, Denilson Barbosa, jovem indígena, foi assassinado com munição letal enquanto pescava e seu corpo foi jogado na estrada que separa a reserva indígena de Caarapó das fazendas. Os indígenas enterraram

Denilson em Pindo Roky, dentro da fazenda onde foi assassinado. A morte de Denilson gerou sentimentos de comoção e indignação extremos. A resposta dos indígenas ao assassinato foi retomar Pindo Roky, que posteriormente se desdobrou em outras retomadas, todas localizadas dentro da Terra Indígena Dourados Amambaí, que também consta no CAC.

Em 2015, com a presença dos então deputados Luiz Mandetta e Tereza Cristina, entre outros políticos locais, ocorreu um despejo forçado na comunidade Ñanderu Marangatu, em Antônio João, quando mais uma vez a comunidade tentava reaver uma parcela de seu território ancestral. Foram despejados pelos próprios fazendeiros, políticos e polícia, e o indígena Simião Vilhalva foi assassinado com um tiro na cabeça. Em junho de 2016, as comunidades sofreram um ataque brutal, que ficou conhecido como Massacre de Caarapó. No ataque, entraram dezenas de caminhonetes com homens armados nas carrocerias, matando Clodiodi Aqueleu de Souza e deixando mais sete feridos com arma de fogo, incluindo uma criança de 12 anos. Em 2022, mais um ataque resulta em uma vítima fatal. Vitor Fernandes foi assassinado em Amambai, vítima de ação violenta da Polícia Militar. O ataque contra Guapoy também ficou conhecido como um massacre e revela, mais uma vez, a desigualdade de força armada que marca a guerra contra os Guarani e Kaiowa no sul de Mato Grosso do Sul.

Recentemente, em 2024, acompanhamos as ações dos indígenas que avançam com as retomadas para ocupar efetivamente a T.I. Panambi/Lagoa Rica, no município de Douradina, já demarcada. Desde a ação de recuperação territorial, um acampamento ruralista foi levantado a menos de 200 metros da ocupação indígena, com tenda e presença de muitas caminhonetes, acirrando os ânimos e sendo palco de intensos conflitos armados. A força nacional esteve presente no início do conflito, mas, em um dado momento, ao se retirar da área, os jagunços do fazendeiro avançaram numa ofensiva armada, resultando em ferimentos graves, com um indígena sendo atingido com projétil na cabeça. Os indígenas demonstraram muita preocupação com o tratamento médico a ser realizado em hospitais no município de Dourados, onde se sentem diretamente ameaçados, em perigo.

A situação em Douradina gerou bastante repercussão e atraiu olhares de políticos, juristas e organizações indígenas.

Enquanto uma comitiva, com representação de diferentes instituições governamentais e não governamentais, se dirigia para o Mato Grosso do Sul para fazer uma visita às comunidades indígenas em Douradina, indígenas da Terra Indígena Nhanderu Marangatu avançaram na ocupação da terra demarcada desde 2005, mas com portaria declaratória suspensa. A terra continuava em posse dos fazendeiros, e os indígenas, mesmo após a demarcação, permaneceram em uma pequena parcela da terra demarcada. Em setembro de 2024, as famílias de Nhanderu Marangatu avançaram na ocupação de seu território, fazendo uma retomada da terra já demarcada.

No dia 12 de setembro de 2024, a Polícia Militar entrou na *tekoha* Nhanderu Marangatu, em Antônio João, resultando em dois feridos: um jovem foi atingido no peito por bala de borracha e uma mulher foi atingida no joelho por arma de fogo. Com ferimento grave, a mulher foi levada para o hospital, onde permaneceu dias internada com risco de amputação da perna ferida. Na manhã do dia 13 de setembro, com as notícias dos feridos em Nhanderu Marangatu e a escalada da ofensiva policial, a comitiva que iria para Douradina se dirigiu ao município de Antônio João. Após a saída da comitiva, a polícia intensificou o cerco contra as famílias, com o objetivo de fazer um despejo forçado da comunidade. No dia 18 de setembro, o jovem Neri da Silva foi assassinado com um tiro na cabeça, disparado por um atirador de elite da Polícia Militar¹⁹.

Em 23 de setembro, outro jovem indígena morreu em Nhanderu Marangatu, foi atropelado na estrada que dá acesso à terra indígena. Os atropelamentos são frequentes nas retomadas guarani e kaiowa localizadas próximas às rodovias estaduais e federais no Mato Grosso do Sul. Eles são

19 Sobre a morte de Neri e os conflitos da região, recomendamos a reportagem de Tatiane Klein, Carolina Fasolo e Mariana Soares, pelo Instituto Socio Ambiental (ISA). Disponível em: <https://www.socioambiental.org/noticias-socioambientais/jovem-indigena-e-assassinado-no-ms-em-meio-escalada-de-violencia-em-terras>.

vistos pelos indígenas como assassinatos. Na última década foram dezenas de atropelamentos seguidos de morte. Destacamos duas *tekoha* diretamente afetadas por mortes por atropelamentos, *Laranjeira Nanderu*, em Rio Brillhante, e *Apykay*, em Dourados. Em julho de 2012, morreu atropelado Zezinho, uma das lideranças da área Laranjeira Nanderu, impactando severamente as famílias em luta pela terra. Esse período foi também trágico para Apyka'y. Dona Damiana, liderança de Apyka'y, que já havia perdido o marido por atropelamento, perdeu o filho em 2012 e o neto em 2013, ambos atropelados.

Voltando a Nhanderu Marangatu, em 25 de setembro de 2024 ocorreu uma audiência de conciliação entre a comunidade de Nhanderu Marangatu e os donos dos títulos de propriedade da fazenda que incidem sobre seu território. Na audiência ficou definido o pagamento da terra nua, além do valor atualizado das benfeitorias. A conciliação, apesar de chamada de “acordo histórico”, gerou questionamento em relação aos seus efeitos na continuidade da demarcação das terras indígenas no sul do Mato Grosso do Sul. A decisão foi benéfica para as famílias de Nhanderu Marangatu que, depois de décadas impedidos de viver em seu território, vão poder, finalmente, ocupá-lo. Por outro lado, a decisão também beneficiou os fazendeiros, envolvidos em repetidos episódios de violência contra os indígenas e que receberam, nesta negociação, uma verdadeira fortuna.

Batalhas de uma guerra sem fim (considerações finais)

Como procuramos demonstrar, os conflitos armados envolvendo indígenas e não indígenas ocorrem desde o início do século XX, marcados por momentos de maior tensão, quando ocorrem ataques extremamente ostensivos e violentos. Os indígenas chamam esses ataques de massacre, enfatizando sempre a desigualdade de armas de cada um dos lados. Segundo eles, uma guerra pressupõe maior equilíbrio de forças entre os diferentes lados, o que não ocorreu nos eventos descritos acima. Enquanto os fazendeiros têm a polícia e as armas, eles têm o *mbaraka* e seus cantos, diferença

recorrentemente enfatizada pelos indígenas. Nesses momentos, de explosão da conflitividade, os ruralistas, muitos deles com posse e porte de arma²⁰, executam um desejo latente, o de destruir as mobilizações indígenas, destruindo os indígenas.

Os massacres são seguidos de intensa mobilização dos indígenas e movimentos sociais que atuam em conjunto com os povos indígenas, na luta e na cobrança pela efetiva aplicação de seus direitos constitucionais. Em alguns casos, a mobilização tem repercussão nacional, se desdobrando em dispositivos temporários de segurança, como a presença da Força Nacional, efetivo em que as comunidades indígenas depositam mais confiança. Em outros casos, a mobilização termina em mais violência, pouco vista para além dos limites das aldeias.

A partir do que apresentamos acima, podemos dizer que Guarani e Kaiowa em retomadas estão em guerra, seja contra o Estado, ou contra aqueles que se apoderaram de seus territórios. Por outro lado, a retomada também é quando se reúnem os parentes, fragmentados pelas frentes de ocupação colonial, sendo também um tempo de encontros e esperanças em um futuro melhor, nas *tekoha*, de modo que o tempo da retomada é também tempo de festa. Segundo Beatriz Perrone-Moisés (2015)²¹, a “guerra” pode ser considerada como o par conceitual de “festa”, no lugar de “paz” – “[...] na operação conjunta (alternada e contraposta, como convém a um par ameríndio)” (Perrone-Moisés, 2015, p. 6)²². Para a antropóloga, trata-se de dois lados da mesma moeda, apontando para um *continuum* existente entre guerra e festa. Ao passo que as retomadas ensejam o conflito armado

20 Em 2019 Jair Bolsonaro sancionou a Lei 13.879, que define toda a extensão do imóvel rural como residência ou domicílio, o que permite ao proprietário ou gerente de uma fazenda andar armado em toda a área da propriedade, e não apenas na sede. Fonte: Agência Senado. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2019/09/18/sancionada-lei-que-permite-posse-de-arma-em-toda-a-extensao-do-imovel-rural>

21 PERRONE-MOISÉS, Beatriz. *Festa e Guerra*. Tese de livre docência, Departamento de Antropologia Social, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, 2015.

22 Idem.

e se configuram como verdadeiras guerras – desiguais, são também festas, em face da possibilidade da entrada na *tekoha* outrora esbulhada e a promessa de uma vida mais próxima do ideal do bem viver (Seraguza, 2023)²³. Desta maneira, é possível apontar que a permanência na guerra é sustentada por movimentos internos, próprios, sendo a festa seu equivalente oposto. A festa é fonte de força e esperança para continuar existindo e resistindo diante da barbárie. Enquanto a violência armada contra os indígenas tenta desumanizá-los, a festa garante sua humanidade em face das ameaças permanentes às suas vidas.

23 SERAGUZA, Lauriene. *As Donas do Fogo – política e parentesco nos mundos guarani*. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da USP, 2023.

Um negócio familiar: nexos entre a garimpagem ilegal e o mercado do sexo na Terra Indígena Yanomami

Rodrigo Pereira Chagas¹

A corrutela é a alma do garimpo. Por quê? Porque tem ali o cabaré e as prostitutas. Sem prostituta não há garimpo que vingue; o que segura o garimpeiro lá é a prostituta [...]

A mulher no garimpo, me parece, é fundamental para a existência do próprio garimpo.

(Depoimento de Laucides Oliveira apud Batista Neto, 2013, p. 87)

Sou um garimpeiro

Um aventureiro

Um sonhador

Não tenho sorte com ouro,

Mas raparigueiro eu sou

[...]

Sou garimpeiro sem ouro,

meu maior tesouro está no cabaré

(Canção “Garimpeiro sem ouro” de Adelino Vilar)

¹ Sociólogo e professor de Ciências Sociais na Universidade Federal de Roraima. Coordenador do Laboratório Interpretativo: Amazônia, Ilegalismos e Violências (LAIV). Membro do Programa de Pós-graduação Sociedade e Fronteiras. Atua como pesquisador junto ao Fórum Brasileiro de Segurança Pública. E-mail: rpch.rodrigo@gmail.com | www.laiv-ufrr.com.

Este capítulo descreve a configuração social de um modelo de negócio familiar que operou nas frentes de garimpo ilegal na Terra Indígena Yanomami (TIY) em 2022. Baseando-se em relatos e experiências documentadas por meio de etnografia entre 2019 e 2023, busca-se explorar elementos que, em diálogo com outros estudos, contribuem para a compreensão das dinâmicas masculinas e outras condições estruturantes que viabilizam a consolidação de modelos de negócios para a exploração econômica do ouro e do mercado do sexo na TIY.

Os materiais coletados neste trabalho foram inicialmente destinados a apoiar a compreensão do envolvimento de grupos conhecidos como “faccções” nas frentes de garimpagem, sem foco específico na participação das mulheres nesse contexto. No entanto, como veremos, embora esses grupos ou coletivos sejam predominantemente compostos por homens, a presença feminina é inegável e se manifesta de diversas formas. As dinâmicas de relacionamento entre esses homens e as mulheres desempenham um papel crucial na compreensão hierárquica e das relações de poder.

Neste trabalho, destacamos principalmente as entrevistas de duas mulheres que atuaram juntas em um empreendimento familiar que buscava diversificar suas atividades. Além de extrair ouro ilegalmente na Terra Indígena Yanomami, o grupo decidiu expandir suas operações, oferecendo produtos variados, serviços sexuais e acesso à internet. Essa iniciativa marca o surgimento do que é conhecido na região como *corrutela*, um ponto logístico estratégico fundamental para a reprodução ampliada da garimpagem ilegal.

O encontro com a personagem principal, Maria, ocorreu em decorrência de uma encomenda. A jornalista Patrícia Campos Mello havia solicitado auxílio para localizar pessoas dispostas a dar entrevistas para uma reportagem sobre tráfico de mulheres. Por meio de indicações, conheci Maria e outras mulheres, embora algumas tenham se recusado a falar. O local onde Maria trabalhava, que à primeira vista parecia ser apenas mais um bar de periferia, revelou-se um espaço privilegiado para observação participante, frequentado por “garimpeiros” e “faccionados”, como eles próprios se identificam. Assim, mantive contato frequente com Maria nas visitas ao local. Em algumas ocasiões, realizei entrevistas, mas, muitas

vezes, nossas interações consistiam em conversas informais à mesa daquele “brega” (como esses bares/cabarés também são conhecidos), abordando temas diversos.

No final de 2022, Maria entrou em contato para informar que estava se preparando para ir ao garimpo trabalhar como cozinheira. Um novo governo havia acabado de ser eleito e, em seus primeiros discursos, ainda antes da posse, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva anunciou a intenção de retirar todas as pessoas da Terra Indígena Yanomami. Apesar disso, Maria não se sentia ameaçada. Na época, ela contou que moradores do interior do estado, das chamadas “vicinais”, afirmavam estar indo ao garimpo para resistir à desintrusão, incluindo membros de “facções”. No entanto, este não parecia ser o caso de Maria – aparentemente, ela estava motivada apenas pela necessidade de dinheiro. O discurso sobre o fim das frentes de garimpagem acabou acelerando a entrada de novos invasores na região. Maria manteve contato comigo por meio das redes sociais durante alguns meses, até que, eventualmente, perdemos o contato de forma definitiva.

Neste texto, buscamos contextualizar o “modelo de negócio” no qual Maria trabalhou durante sua ida ao garimpo. Esses modelos variam amplamente, dependendo do financiamento e das condições gerais da área. Entre 2020 e 2022, a confiança das iniciativas de garimpagem ilegal era tamanha que até mesmo tratores foram enviados para a TIY, implementando formas industriais de grande porte. Embora possa parecer uma operação trivial, transportar maquinaria pesada para a região é um feito extraordinário devido à ausência de estradas e os altos custos envolvidos. O mais comum, estes modelos de negócios se baseiem no que denominamos célula básica de extração de ouro aluvionar, como indicaremos no texto.

O intenso fluxo de pessoas para o território era amplamente respaldado pelas elites políticas e econômicas – locais, regionais e nacionais – e foi agravado pela pandemia de Covid-19, que dificultou os empregos na cidade. Enquanto toneladas de ouro e cassiterita eram retiradas, enriquecendo efetivamente apenas uma pequena elite, os povos indígenas que habitam o território enfrentam um desastre sanitário, econômico e social de proporções catastróficas. Esse cenário se traduziu em desnutrição infantil,

cooptação e assédio de jovens por meio de armas e drogas, violência sexual contra mulheres, e mortes, expondo as consequências devastadoras do garimpo ilegal na região.

Campo hipermasculinizado e o mercado do sexo

As frentes de garimpagem tendem a estruturar um campo social saturado de homens, onde, em muitas regiões, persiste uma resistência significativa à presença feminina nas chamadas “bocas de trabalho” ou “beiras de barranco” – espaços diretamente ligados à extração de ouro. Como registrado por Bandeira Jr. em seu estudo sobre a construção da masculinidade em garimpos da Amazônia: “Garimpeiro não aceita mulher na beira do barranco nem com o cão. No garimpo, mulher é rapariga ou cozinheira” (Carlos Matos apud Bandeira Jr., 2019, p. 86²)³.

2 BANDEIRA JÚNIOR, C. D. M. *Em busca do bamburro*. Dissertação de Mestrado em Ciências Humanas, Universidade Federal do Oeste do Pará, Santarém, 2019.

3 *Garimpo e garimpeiro* são termos que possuem definições legais estabelecidas no Brasil, mas que também carregam significados enquanto categorias nativas e construções sociais, impregnadas por dimensões ideológicas que precisam ser problematizadas. No âmbito jurídico, garimpo é entendido como a atividade de extração mineral realizada de forma rudimentar, geralmente por trabalhadores individuais ou pequenos grupos, sem o uso de métodos industriais. A garimpagem é o ato ou o processo de realizar o garimpo, implicando a busca e a extração de recursos minerais, como ouro, diamantes ou cassiterita com as devidas autorizações prévias. O garimpeiro, por sua vez, é o agente que desempenha essa atividade, tradicionalmente associado à figura de um trabalhador autônomo em busca de riquezas minerais. A garimpagem em terras indígenas é ilegal. Entretanto, essas definições normativas ocultam nuances sociais, históricas e ideológicas que perpassam o garimpo na Amazônia. Enquanto categoria nativa, o termo carrega significados que vão além da atividade econômica, sendo associado a valores como independência, coragem e enfrentamento das adversidades da floresta. A construção romântica do garimpeiro frequentemente mascara as relações de exploração, degradação ambiental e violência que caracterizam muitas dessas práticas. Adotamos, portanto, a ideia de “frentes de garimpagem”, inspirada pelas leituras sobre “frentes” ou “fronteiras” de expansão econômica, uma referência importante sobre o tema é Luiz Wanderley em sua tese *Geografia do Ouro na Amazônia Brasileira* (2015). A noção de frentes de garimpagem permite situar essa atividade em um contexto mais amplo de transformação territorial, econômica e social, em que o garimpo é não apenas uma prática isolada, mas parte de um processo de ocupação e reestruturação de espaços, frequentemente marcado por conflitos interétnicos.

Diferentemente da expansão agropastoril, que comumente envolve a migração de famílias inteiras com tendência ao assentamento (Ribeiro, 2017⁴), as frentes de garimpagem são caracterizadas pela mobilidade constante e pela ausência de posse permanente da terra⁵. Predominantemente operadas por grupos com massiva presença masculina, as práticas garimpeiras ilegais, como as observadas na Terra Indígena Yanomami (TIY), dão origem a territórios temporariamente controlados por agentes armados. Esses territórios são ocupados por equipes que articulam a exploração por meio de trabalho em terra, balsas ou dragas instaladas nos rios e igarapés.

Historicamente, essas regiões atraem um mosaico social diverso, composto por migrantes nacionais e internacionais, indivíduos oriundos de povos indígenas e comunidades tradicionais, pessoas de diferentes estratos das classes sociais locais, fugitivos do sistema prisional e aventureiros de variadas origens. Desde os relatos dos anos 1930, no Mato Grosso – como apontado por Lévi-Strauss (1996)⁶ –, é possível observar que fugitivos da justiça tendem a se estabelecer em frentes de mineração ilegal. Essa tendência tem sido reiteradamente documentada tanto em relatos coletados recentemente quanto em reportagens baseadas em ações do sistema judiciário.

Esse conjunto heterogêneo de atores é marcado por forte transitoriedade e condições de vida precárias. Nas frentes de garimpagem, são comuns ciclos de isolamento que podem durar três meses ou mais, intercalados por

4 RIBEIRO, Darcy. *Os Índios e a civilização*. 8. ed. São Paulo: Global, 2017.

5 Em muitas circunstâncias, observa-se um vínculo estreito entre a expansão agropastoril em Roraima, abrangendo tanto pequenos quanto grandes produtores, um fenômeno amplamente analisado por Gordon MacMillan em sua pesquisa de 1993. Contudo, essa dinâmica não altera substancialmente a interpretação formulada por Darcy Ribeiro nos anos 1970, segundo a qual as frentes de garimpagem e os antigos seringais foram marcados por relações sociais estruturadas predominantemente por grupos masculinos.

6 LEVI-STRAUSS, Claude. *O pensamento selvagem*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

breves períodos de permanência em povoados ou cidades próximas (Cleary, 1992⁷; MacMillan, 1993⁸; Tedesco, 2015⁹; Wanderley, 2015¹⁰).

Esses ciclos, vivenciados em um ambiente permeado por uma cultura de virilidade e crenças mágicas em torno do poder do ouro, frequentemente alimentam o mercado sexual, moldado por relações de gênero. O ouro assume significados mágicos nesses contextos. Na pesquisa de Bandeira Jr. (2019)¹¹, realizada no Pará, alguns de seus interlocutores acreditam que a presença de mulheres junto à “boca de trabalho” e a avareza do garimpeiro em cabarés podem fazer com que o ouro “se esconda”. Essas crenças, aliadas ao isolamento, à precariedade e à instabilidade, reforçam dinâmicas de exploração econômica e de gênero, perpetuando um sistema de desigualdades profundamente arraigado no universo da garimpagem. Nesses espaços, o controle simbólico e material do ouro entrelaça-se a práticas culturais e relações de poder.

Conforme argumentado por Piscitelli (2005)¹², o mercado sexual ultrapassa a visão limitada da prostituição, que restringe o debate à comercialização de serviços sexuais. A autora propõe que os mercados sexuais sejam compreendidos como espaços que transcendem a mera economia de mercado, configurando-se como arenas de trocas materiais e simbólicas, nas quais o social é continuamente estruturado e reestruturado.

7 CLEARY, David. *A garimpagem de ouro na Amazônia*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1992.

8 MACMILLAN, G. J. *Gold mining and land-use change in the Brazilian Amazon*. Tese de Doutorado em Ciências Ambientais, University of Edinburgh, Edimburgo, 1993.

9 TEDESCO, Letícia da Luz. *No trecho dos garimpos: mobilidade, gênero e modos de viver na garimpagem de ouro amazônica*. Amsterdam: Universidade de Amsterdã, 2015.

10 WANDERLEY, Maria José. *Geografia do ouro na Amazônia brasileira*. Tese de Doutorado em Geografia, Universidade Federal do Pará, Belém, 2015.

11 BANDEIRA JÚNIOR, C. D. M. *Em busca do bamburro*. Dissertação de Mestrado em Ciências Humanas, Universidade Federal do Oeste do Pará, Santarém, 2019.

12 PISCITELLI, Adriana. Gênero, trabalho e sexualidade no contexto da mobilidade. *CADERNOS Pagu*, n. 25, p. 55–88, 2005.

Compreendida sob a lógica da dádiva¹³, na qual bens, favores ou serviços circulam simbolicamente reforçando hierarquias e dinâmicas sociais de gênero, os mercados sexuais emergem como espaços multifacetados. Dimensões econômicas, culturais e sociais se entrelaçam intrinsecamente. Tais trocas podem envolver presentes, viagens, pagamento de aluguéis, contas médicas, alimentos e outros serviços com significados sociais e simbólicos variados. No contexto brasileiro, essas práticas frequentemente são interpretadas como formas de “ajuda”, compondo o que Piscitelli (2016)¹⁴ denomina “sexo transacional”.

Essas transações abrangem recursos da sexualidade em diferentes escalas e não necessariamente se confundem com a prostituição. Elas integram uma lógica relacional mais ampla, fundamentada em laços sociais e expectativas recíprocas. Por exemplo, o oferecimento de bebidas ou presentes por garimpeiros para obter companhia de homens e mulheres à sua mesa no cabaré, se reduzido à categoria de prostituição, negligencia a complexidade psicológica e sociológica dessas interações. Tal redução empobrece a análise, dificultando a compreensão das dinâmicas relacionais e simbólicas que estruturam esses mercados sexuais (ver Tedesco, 2015¹⁵). Os mercados sexuais nas áreas de garimpo não refletem apenas mas também

13 O conceito de *dádiva* tem origem na obra seminal, escrita em 1925, *Ensaio sobre a Dádiva*, de Marcel Mauss (1996), que investigou as formas de troca nas sociedades arcaicas e destacou o caráter social e simbólico dos presentes. Para Mauss, a dádiva é marcada por um sistema tripartite de obrigações: dar, receber e retribuir, que vai além do mero valor econômico, consolidando relações sociais e tecendo laços de solidariedade ou hierarquia. Este conceito gerou um amplo debate na Antropologia Social, atravessando campos como economia, sociologia e estudos de gênero. Entre os desdobramentos, destaca-se a obra *O Gênero da Dádiva* (1988), de Marilyn Strathern. A antropóloga explora como as trocas de dádivas são profundamente influenciadas pelas relações de gênero, destacando que os sistemas de reciprocidade podem tanto reforçar quanto subverter hierarquias entre homens e mulheres.

14 PISCITELLI, Adriana. Sexualidades, migrações e mercado do sexo. *Revista Estudos Feministas*, v. 24, n. 3, p. 947-960, 2016.

15 TEDESCO, Letícia da Luz. *No trecho dos garimpos: mobilidade, gênero e modos de viver na garimpagem de ouro amazônica*. Amsterdam: Universidade de Amsterdã, 2015.

reforçam as dinâmicas de desigualdade de gênero. Eles evidenciam como práticas de exploração sexual e de gênero são normalizadas e perpetuadas em contextos de ilegalidades e múltiplas violências (Tedesco, 2015¹⁶; Silva et al., 1997¹⁷; Rodrigues, 1994¹⁸).

O material utilizado para estruturar este capítulo foi coletado entre 2019 e 2023, empregando uma combinação de abordagens típicas da observação participante (Peirano, 2008¹⁹; Weber, 2009²⁰), incluindo cadernos de campo, entrevistas qualitativas e convivência prolongada com pessoas diretamente envolvidas nas dinâmicas estudadas. As principais fontes foram duas mulheres – aqui chamadas de Paula, de 24 anos, e Maria, de 33 anos no início do estudo –, amigas de bairro em Roraima, que trabalharam como “garotas de boate” para a mesma família de garimpeiros dentro da Terra Indígena Yanomami em 2022.

A entrevista com Paula foi realizada em 2023, em um bar na periferia de Boa Vista, com duração aproximada de uma hora e meia. No caso de Maria, o contato foi mais extenso: entre 2021 e 2023, conduzimos diversas entrevistas e conversas informais, permitindo acompanhar melhor sua trajetória. Maria desempenhou um papel particularmente relevante, sobretudo durante o período imediatamente após o isolamento imposto pela pandemia e antes do início do processo de desintrusão conduzido pelo governo federal. Esses encontros foram cruciais para captar as nuances de suas experiências e compreender como as dinâmicas de gênero, poder e exploração econômica se manifestam na garimpagem dentro da TIY e extrapolam para Boa Vista, e vice-versa.

16 Idem

17 SILVA, José A. et al. Trabalho e garimpo na Amazônia. *Revista Estudos Amazônicos*, n. 4, p. 15–28, 1997.

18 RODRIGUES, Rita Maria. *Mulheres do ouro: o trabalho feminino nos garimpos do Tapajós*. Belém: Governo do Estado do Pará, Secretaria de Estado de Indústria, Comércio e Mineração (SEICOM), 1994.

19 PEIRANO, Mariza. Etnografia, ou a teoria vivida. *Ponto Urbe*, n. 2, 2008.

20 WEBER, Florence. A entrevista, a pesquisa e o íntimo, ou por que censurar seu diário de campo? *Horizontes Antropológicos*, v. 15, n. 32, p. 17–43, 2009.

Maria foi aliciada por um homem que conquistou sua confiança por meio de “presentes” para trabalhar nas frentes de garimpagem na República da Guiana aos 18 anos. Conheci Maria em 2022, em um bar na periferia de Boa Vista, onde trabalhava na época. Nosso contato continuou presencialmente e, mais tarde, por redes sociais, inclusive durante sua permanência na Terra Indígena Yanomami. Em 2023, com o início do processo de desintrusão promovido pelo governo, Maria deixou a região e mudou-se de estado, após casar-se com um garimpeiro. Sua trajetória ilustra as dinâmicas de exploração e violência que permeiam as redes de garimpagem na região Amazônica, revelando os entrelaçamentos entre vulnerabilidade social, gênero e a ilegalidade sistêmica dessas práticas.

Logo no início do processo de desintrusão dos garimpeiros na TIY, em 2023, ocorreu uma audiência pública no centro cívico de Boa Vista, em frente ao Monumento ao Garimpeiro e ao Palácio do Governo. Diferentemente de outros eventos políticos que costumavam mobilizar defensores da garimpagem, essa audiência foi marcada por baixo comparecimento, refletindo a escassez de recursos disponíveis. Aparentemente, os grandes investidores das opulentas iniciativas dos anos anteriores haviam recuado.

Durante o evento, faixas exibiam lemas como “Garimpeiro não é bandido” e “Garimpo é legal”, enquanto oradores criticavam o governo federal, acusando-o de negligência na regulamentação da atividade garimpeira. Também houve ataques à mídia, destacando-se acusações contra a Rede Globo, acusada de criminalizar os garimpeiros ao vinculá-los a práticas como roubo e estupro. Esse contexto revela o clima de tensão e polarização em torno do processo de retirada de intrusos (desintrusão) que apenas iniciava.²¹

Os depoimentos das mulheres garimpeiras presentes na audiência foram especialmente marcantes. Em resposta às acusações que associavam os garimpeiros a práticas criminosas, algumas mulheres se manifestaram

21 <https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2023/02/garimpeiros-fazem-audiencia-esvaziada-e-xingam-imprensa-em-roraima.shtml>

para defender as frentes de garimpagem como espaços de trabalho e convivência familiar. Duas delas relataram que trabalhavam ao lado de seus maridos e filhos, desafiando as narrativas predominantes de criminalização generalizada da atividade.

A criminalização dos “garimpeiros” como grupo social é uma resposta problemática por inúmeros motivos, dentre eles o papel histórico do Estado brasileiro junto a esses grupos. Contudo, é inegável a existência de redes de exploração violenta e de múltiplas ilegalidades estruturais nessa prática econômica ilegal, que conecta desde elites políticas e econômicas locais até migrantes venezuelanos em situação de extrema vulnerabilidade. Por outro lado, o relato das garimpeiras na audiência pública reflete um fato: existem iniciativas familiares nas frentes de garimpagem, evidenciando a diversidade e a complexidade das realidades que compõem o setor.

Neste capítulo, propomos explorar um modelo de negócio familiar estabelecido na TIY que exemplifica um padrão recorrente de exploração ilegal de ouro associado à mercantilização do corpo feminino. Durante nossas vivências de campo, observamos que o bar (também conhecido como “brega” regionalmente) onde Maria trabalhava, localizado na periferia de Boa Vista, era gerido por uma família de garimpeiros aposentados, funcionando como uma versão urbana das corrutelas das áreas de garimpo que descreveremos aqui.

Nosso objetivo geral é compreender a configuração social de um modelo de negócio familiar, entendido como um fenômeno sociológico que articula a exploração do ouro aluvionar e a exploração de mulheres. Ao final, apresentaremos um esquema interpretativo desse modelo, contextualizando-o em seus aspectos históricos e sociais. Esta abordagem é preliminar; o tema ainda exige coleta de dados adicionais e análises mais aprofundadas.

Logística e sexualidade

As práticas que sustentam as frentes de garimpagem na Amazônia envolvem uma complexa rede de relações sociais que conectam áreas remotas

de florestas, montanhas e vilarejos a cidades (*hubs*) globais com funções logísticas e financeiras. Moldados historicamente por estratégias governamentais e empresariais, os processos de exploração econômica e política em diversas regiões do norte do país priorizaram a construção de estradas como infraestrutura essencial. Essas vias cortam as florestas, facilitando o acesso de tratores, caminhões e ônibus, que conectam portos e aeroportos, oficiais ou clandestinos. Ao fazê-lo, criam ou transformam povoados, aldeias e cidades, concebidos como enclaves logísticos: espaços de mobilização de mão de obra local e pontos de partida para fenômenos econômicos muitas vezes violentos e ilegais (Ianni, 1979²²; Martins, 2009²³; Wanderley, 2015²⁴).

Dois trabalhos destacam-se por abordar essas dinâmicas de maneira distinta, mas complementar. O drama documental *Iracema, uma transa amazônica*, de João Bodansky e Orlando Senna, produzido clandestinamente em 1974, oferece um retrato profundo e crítico das transformações causadas pelo modelo de desenvolvimento dos governos militares na Amazônia. O filme tem como protagonista Iracema, uma ribeirinha que se envolve com a prostituição. Já a tese doutoral de Letícia Tedesco, *No trecho dos garimpos* (2015)²⁵, explora a experiência de mulheres em áreas de garimpagem no norte do Brasil, revelando as complexas relações de gênero em territórios marcados pela exploração mineral do tipo garimpeira.

Recuperar criticamente as ideologias do “campo do desenvolvimento” (Ribeiro, 2008)²⁶ e o impacto material da atuação dos “agentes do desenvolvimento”, articulados por uma estrutura logística, é essencial para

22 IANNI, Octavio. *Ditadura e agricultura: o desenvolvimento do capitalismo na Amazônia, 1964-1978*. Petrópolis: Vozes, 1979.

23 MARTINS, José de Souza. *Fronteira*. São Paulo: Contexto, 2009.

24 WANDERLEY, Maria José. *Geografia do ouro na Amazônia brasileira*. Tese de Doutorado em Geografia, Universidade Federal do Pará, Belém, 2015.

25 TEDESCO, Letícia da Luz. *No trecho dos garimpos: mobilidade, gênero e modos de viver na garimpagem de ouro amazônica*. Amsterdam: Universidade de Amsterdã, 2015.

26 RIBEIRO, Gustavo Lins. Poder, redes e ideologia no campo do desenvolvimento. *Novos Estudos CEBRAP*, n. 80, p. 109-125, 2008.

compreender as dinâmicas históricas e contemporâneas da exploração na TIY. O impacto inicial da garimpagem na Terra Indígena Yanomami está intrinsecamente ligado à construção, entre 1970 e 1998, da BR-174 – conectando Manaus a Boa Vista e à Venezuela – e da BR-210, iniciada em 1973 e inacabada, que afetou diretamente territórios Yanomami. Atualmente, embora o acesso às áreas de garimpo na TIY seja predominantemente realizado por aviões e barcos, o modal rodoviário ainda desempenha papel relevante, especialmente na logística de agentes do garimpo e no transporte de equipamentos e produtos, como a cassiterita, extraída em grande quantidade na região.

O acesso à TIY, partindo de diversos pontos de Roraima, ocorre majoritariamente por barcos, em jornadas que podem levar dias, ou por aviões, que reduzem o trajeto a algumas horas. Uma alternativa ainda mais desafiadora é o deslocamento a pé, conhecido como “varar”, que pode levar semanas, embora seja pouco utilizado. Navegar rios como o Uraricoera é frequentemente dificultado por períodos de seca, que inviabilizam o uso de embarcações maiores. Dadas essas limitações e o alto valor agregado do ouro, a logística da garimpagem baseia-se amplamente no modal aéreo. No entanto, com o aumento da fiscalização governamental, há relatos recentes indicando que grupos “faccionados”²⁷ utilizam embarcações menores e mais discretas.

Os altos custos de entrada nas áreas de exploração também influenciam essas dinâmicas. Frequentemente, as pessoas que circulam pelas

27 De modo geral, o termo *facção*, utilizado popularmente e pelas pessoas que entrevistamos, refere-se a grupos criminais oriundos de grandes centros urbanos, tendo o narcotráfico como principal atividade econômica. A ideia está associada à ascensão dos dois principais grupos surgidos nas prisões do Sudeste brasileiro: o *Comando Vermelho* (CV), fundado no Rio de Janeiro na década de 1970, e o *Primeiro Comando da Capital* (PCC), formado em São Paulo na década de 1990 após o massacre do Carandiru. Ambos os grupos se expandiram em paralelo ao crescimento acelerado da população carcerária no Brasil. Há evidências de que o PCC esteja atuando negociando drogas, armas e ouro na Terra Indígena Yanomami desde 2015. Esse cenário se conecta ao fenômeno do “narcogarimpo”, marcado pelas afinidades eletivas entre o narcotráfico e as frentes de garimpagem na Amazônia. Ver Chagas (2023, 2024).

zonas de garimpo precisam pagar adiantado ou contrair dívidas em ouro, que variam, em média, entre 8 e 15 gramas por perna de voo. Um exemplo é o caso de Maria, convencida a trabalhar em uma corrutela na República da Guiana, que acabou presa por uma dívida que crescia de forma exponencial. Sua libertação só foi possível graças a um garimpeiro amigo da família, que pagou, na época, o equivalente a 8 mil dólares em ouro. Esse valor incluía os custos do aliciamento na cidade (com os “presentes” iniciais), transporte até a área de exploração e até mesmo o consumo de itens básicos, como água, durante o período em que esteve em cativeiro.

Relatos recentes também destacam a violência associada às viagens por barcos e canoas aos garimpos no rio Uraricoera. Mulheres descrevem episódios de estupros e abusos durante esses trajetos, que podem durar dias. Entre os relatos, destacam-se disputas entre barqueiros pelo transporte de jovens consideradas mais bonitas, reforçando a objetificação feminina. Em muitos casos, o custo da viagem era pago com serviços sexuais forçados, sob pena de abandono às margens do rio.

A cidade de Boa Vista desempenha papel estratégico nessas operações, funcionando como ponto de partida e chegada para pessoas, equipamentos e insumos. Boa Vista abriga uma infraestrutura logística com lojas de maquinário, oficinas e pontos de recrutamento de mão de obra, frequentemente composta por migrantes venezuelanos, moradores de subúrbios, comunidades indígenas de outras etnias e trabalhadores rurais.

Essas conexões configuram uma dimensão urbana das atividades de garimpagem, que reflete a complexidade das interações entre economia e política na região. A localização estratégica de Boa Vista, próxima à Venezuela e à República da Guiana, intensifica dinâmicas transnacionais e as afinidades eletivas entre as frentes de garimpagem e o tráfico de armas e drogas, ampliando os conflitos sociais (Chagas, 2024)²⁸.

28 CHAGAS, Rodrigo. Narcogarimpo: las afinidades electivas entre los frentes de minería ilegal y la expansión del narcotráfico en la Amazonía brasileña. *URVIO: Revista Latinoamericana de Estudios de Seguridad*, n. 38, p. 32-48, 2024.

Presença feminina nas áreas de garimpo

Parte significativa do material deste estudo foi obtida por meio de visitas a bares localizados na periferia de Boa Vista, que reproduzem práticas similares às observadas nas corrutelas das áreas de garimpo. Conhecidos como “bregas”, esses estabelecimentos são frequentados majoritariamente por garimpeiros e se caracterizam pela presença de atendentes que fazem companhia aos clientes com o objetivo de estimular o consumo de bebidas e, frequentemente, negociar programas sexuais. Esses acordos, geralmente implícitos, são mediados ou supervisionados pelos proprietários dos locais.

Além de reproduzirem o ambiente típico do garimpo ilegal em contextos urbanos, esses bares desempenham papéis no recrutamento de mulheres para frentes de garimpagem, bem como uma opção de trabalho para algumas mulheres enquanto estão na cidade. De forma semelhante, as chamadas “pousadas” – motéis de baixo custo relacionados à prostituição – ajudam a articular o mercado da prostituição em Roraima. Esses espaços urbanos funcionam como elos fundamentais na conexão entre exploração sexual e atividades ilegais no interior do estado.

Embora a definição e a organização de uma corrutela variem de região para região, estas geralmente integram múltiplas funções, como cantina, bar e cabaré. Muitas vezes estabelecidas às margens de estradas, rios, pistas de pouso ou portos clandestinos, as corrutelas se configuram como enclaves logísticos nas áreas de garimpo.

Dentro da Terra Indígena Yanomami as corrutelas desempenham um papel central como espaços de articulação logística e socialização. Elas oferecem serviços fundamentais, como internet, lazer, mantimentos e transporte, funcionando como pontos estratégicos que conectam até mesmo as mais isoladas “bocas de trabalho” às dinâmicas sociais e econômicas externas. Recentemente, surgiram indícios de que grupos “faccionados” controlaram corrutelas, adicionando maior complexidade e violência a essas dinâmicas.

Embora seja difícil determinar com precisão a quantidade de mulheres atuando nas áreas de garimpagem, especialmente nas corrutelas, apresentaremos uma estimativa aproximada para dimensionar o fenômeno, mesmo diante da ausência de dados estatísticos confiáveis. Concordamos com Goffman de que é preferível trabalhar com dados imprecisos sobre fenômenos importantes do que permanecer em uma cegueira rigorosa a respeito deles (Goffman, 2010, p. 14²⁹).

Em 1992, Rita Maria Rodrigues realizou um levantamento baseado em fontes oficiais, como o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM, atual Agência Nacional de Mineração), associações e sindicatos de garimpeiros. Segundo esses dados, no auge da garimpagem na TIY, em 1988, havia aproximadamente 35 mil garimpeiros em Roraima. Na época, estimava-se que as mulheres representavam apenas 2% dessa população.

Contudo, Rodrigues identificou um cenário diferente no Tapajós. A pesquisadora observou que, em cada “equipe de seis”, sempre havia pelo menos uma mulher na função de cozinheira. Baseando-se nisso, ela concluiu que as mulheres representavam pelo menos 17% das pessoas nas frentes de garimpagem, número muito superior às estimativas oficiais. Esses dados sugerem que a presença feminina nas áreas de garimpo foi historicamente subestimada.

POPULAÇÃO GARIMPEIRA EM RORAIMA (1980-1990)

Ano	População Garimpeira
1980	1.300
1988	35.000
1990	10.500

Fonte: Rodrigues, 1992, p. 19

29 GOFFMAN, Erving. *Comportamento em lugares públicos: notas sobre a organização social dos ajuntamentos*. Petrópolis: Vozes, 2010.

Não há dados confiáveis sobre o novo boom da garimpagem, cujo auge ocorreu entre 2021 e 2022. No entanto, estimativas apresentadas por associações indígenas e agências estatais apontam para um número que oscila entre 20 e 30 mil pessoas envolvidas. A maioria dessas pessoas atua à margem de qualquer registro oficial. As jovens entrevistadas para este estudo, por exemplo, nunca foram sindicalizadas e não aparecem em estatísticas formais de “garimpeiros”. Além disso, o trabalho na cozinha não é a única função exercida por mulheres nesse contexto.

Rodrigues (1994)³⁰ identificou três funções típicas desempenhadas por mulheres nas frentes de garimpagem, uma classificação que foi posteriormente aprofundada por Tedesco (2015)³¹: *cozinheira*, responsável por preparar alimentos e questões domésticas; *mulher de boate*, que atua nos bares ou cabarés das corrutelas; e *dona de par de máquina*, envolvida diretamente na extração do ouro como empresária.

Em outras palavras, a estimativa de 17% refere-se exclusivamente às mulheres que atuam como cozinheiras, enquanto os 2% das estatísticas oficiais provavelmente representam um extrato das empresárias ou “donas de máquinas”. Durante as vivências em campo, foi possível observar que as mulheres, em posição empresarial ou articulada aos grupos empresariais no garimpo, tendem a se aproximar de sindicatos e políticos. A estimativa da participação de mulheres em boates é ainda mais desafiadora devido ao estigma, às práticas ilegais e à violência associada.

É fundamental destacar as mulheres e as crianças que vivem nos territórios afetados, pertencentes às famílias linguísticas Yanomami, Sanõma, Ninam, Yanomam, Yãroamẽ e Yãnoma, que, somadas a dezesseis dialetos, formam o tronco linguístico Yanomami³². Além disso, a Terra

30 RODRIGUES, Rita Maria. *Mulheres do ouro: o trabalho feminino nos garimpos do Tapajós*. Belém: Governo do Estado do Pará, Secretaria de Estado de Indústria, Comércio e Mineração (SEICOM), 1994.

31 TEDESCO, Letícia da Luz. *No trecho dos garimpos: mobilidade, gênero e modos de viver na garimpagem de ouro amazônica*. Amsterdam: Universidade de Amsterdã, 2015.

32 <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Yanomami>

Indígena Yanomami abriga o povo Ye'kwana, do tronco linguístico Karib, cuja existência foi também profundamente impactada pela atuação de garimpeiros e grupos faccionados³³.

Segundo o Censo de 2022 do IBGE, a Terra Indígena Yanomami contava naquele ano com 27.228 indígenas, sendo 13.926 homens e 13.302 mulheres. Destas, 6.511 estavam na faixa etária de 0 a 14 anos³⁴. As mulheres de povos Yanomami tiveram papel central nas denúncias recentes contra a garimpagem ilegal e o desastre sanitário, econômico e social provocado pelo garimpo ilegal no território. Denúncias relatadas na matéria “Não estamos conseguindo contar os corpos”, publicada pelo portal especializado Sumaúma, alertaram para a gravidade da situação³⁵.

Jovens mulheres que vivem fora da TIY, mas em comunidades próximas às rotas de passagem e acesso às áreas de garimpo, estão também em zonas de vulnerabilidade. Conforme o relatório *Cartografias da Violência na Amazônia* (2023), Roraima registrou a menor taxa de feminicídios do país em 2022. No entanto, apresentou a segunda maior taxa de homicídios de mulheres no período, com 10,4 casos por 100 mil mulheres – um índice 170% superior à média nacional! Estes números sugerem que uma parcela significativa dos assassinatos de mulheres pode, na verdade, ter sido motivada por razões de gênero, refletindo a subnotificação e a naturalização da violência contra a mulher na região. A presença extensiva da garimpagem no estado é possivelmente uma das chaves analíticas para se pensarem as violências contra as mulheres.

A construção social da “rapariga”

É comum que mulheres atuantes nas frentes de garimpagem ilegais em Boa Vista sejam socialmente estigmatizadas como «raparigas». Algumas

33 <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Ye%27kwana>

34 Tabela 9764: População residente em terras indígenas, total e indígenas, por grupos de idade, sexo e quesito de declaração indígena, segundo as Terras Indígenas. <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/9764>

35 <https://sumauma.com/nao-estamos-conseguindo-contar-os-corpos/>

escolhem a prostituição nas áreas de garimpo por decisão própria. Contudo, muitas são enganadas em relação aos acordos feitos antes de chegarem à floresta. Também é frequente que mulheres contratadas como cozinheiras sejam constantemente assediadas durante sua estadia para se envolverem na prostituição ou para “casarem” ou “amigarem” com garimpeiros (Tedesco, 2015, p. 225–332³⁶). Além disso, mulheres indígenas de diversas etnias frequentemente sofrem assédios e violências apenas por viverem próximas às frentes de garimpagem.

Independentemente da função, as mulheres inseridas em áreas controladas pela garimpagem tornam-se vulneráveis a diversas formas de violência, incluindo práticas brutais, como o estupro coletivo (ver relato de Valério, 2021). Tais condições explicam, em parte, por que algumas optam por se “casar” com garimpeiros dentro da Terra Indígena Yanomami. Esses “casamentos” consistem em acordos temporários, nos quais as mulheres atendem exclusivamente às demandas domésticas e sexuais de um único homem (ver Tedesco, 2015³⁷). Embora seja uma escolha muitas vezes forçada pelo contexto de exploração e violência, funciona como estratégia frequentemente relatada para proteção contra assédios constantes e outras agressões.

Em muitos casos, para justificar sua presença nesses ambientes diante de familiares e amigos, muitas mulheres recorrem ao discurso de que estão trabalhando como cozinheiras, uma função socialmente mais aceitável. Até mesmo Maria, com quem mantivemos contato por mais de dois anos e que assumiu desde o início sua atividade como prostituta, parecia inicialmente envergonhada de admitir que iria ao garimpo para se prostituir. Foi apenas ao conhecer Paula que descobri que Maria sabia, desde o começo, que seu trabalho na TIY ao final de 2022 incluiria a prostituição.

36 TEDESCO, Letícia da Luz. *No trecho dos garimpos: mobilidade, gênero e modos de viver na garimpagem de ouro amazônica*. Amsterdam: Universidade de Amsterdã, 2015.

37 Idem

Segundo Paula, foi Maria quem a convidou para se prostituir nas frentes de garimpagem.

Maria havia relatado que substituiria sua irmã, cozinheira em um garimpo. Quando questionada sobre os riscos, respondeu que tinha parentes na região e não correria perigo. Independentemente de suas razões, parece evidente que o estigma social sobre a prostituição influenciou as justificativas de Maria. Sua construção discursiva suavizava suas intenções, possivelmente como estratégia para minimizar julgamentos “do professor” e preservar algum nível de aceitação social.

As percepções masculinas sobre as mulheres nas áreas de garimpo são bastante reveladoras, tendo sido registradas em diversos estudos (Tedesco, 2015³⁸; Bandeira Jr., 2019³⁹), bem como em coletas mais recentes realizadas durante expedições de campo. Em 2023, durante uma pesquisa conduzida em parceria com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública e o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC), na comunidade de Crepurizão – último vilarejo da estrada Transgarimpeira, no município de Itaituba (PA) –, um garimpeiro de 34 anos, que retornava após dois meses de trabalho, me relatou ter acumulado cerca de R\$ 18 mil nesse período. Segundo ele, enviou quase todo o dinheiro para a irmã e utilizou o restante apenas para itens básicos de higiene. Seu plano era permanecer no garimpo por mais três meses, com o objetivo de comprar uma moto *Honda Bros*, o que, segundo inferi, lhe garantiria maior autonomia e prestígio.

Refletindo sobre sua trajetória, ele comentou: “Já dei muito dinheiro para os outros, gastava tudo com bebida e rapariga. Mas, graças a Deus, parei de beber e agora só vou ao cabaré de vez em quando, para aliviar.” Em outro momento, ao observar uma mulher saindo de um hotel frequentado por garimpeiros, afirmou: “Essa aí vive de enganar os garimpeiros, tem acordo com os policiais e toma todo o dinheiro dos trouxas.”

38 Idem

39 BANDEIRA JÚNIOR, C. D. M. *Em busca do bamburro*. Dissertação de Mestrado em Ciências Humanas, Universidade Federal do Oeste do Pará, Santarém, 2019.

Estas declarações revelam um paradoxo nas percepções do garimpeiro: enquanto admite sua própria necessidade de buscar alívio sexual com mulheres e o refúgio organizado da irmã, projeta nas “mulheres de boate” parte da culpa pelos seus fracassos de juventude. Na conversa, com exceção de sua irmã, as mulheres eram em geral motivo de suspeitas e re-criminações. Raparigas.

Historicamente, o Estado também tratou as mulheres como “elementos indesejáveis” quando associados à garimpagem. Um exemplo foi Serra Pelada, onde, em 1º de maio de 1980, uma intervenção federal cercou o território, expulsou todas as mulheres, confiscou armas e proibiu o consumo de álcool. A área passou a ser coordenada pelo tenente-coronel Sebastião Curió Rodrigues de Moura, conhecido como Major Curió, sob supervisão do Serviço Nacional de Informações (SNI). A atuação do Estado contou com cerca de 150 profissionais, incluindo policiais, geólogos e administradores, provenientes do DNPM, da Polícia Federal e do SNI, com o objetivo de reorganizar as práticas no território.

Tedesco (2015)⁴⁰ associou práticas homoeróticas à proibição da presença de mulheres. Segundo a autora, essas práticas sublinham a importância da sexualidade masculina no contexto dos garimpos:

Tudo se passa como se as práticas homoeróticas fossem meramente circunstanciais servindo para dar vazão a um desejo sexual masculino imperativo e constante. Nesse sentido, as práticas homoeróticas estariam inseridas em uma heteronormatividade englobante que permite e regula tais práticas em determinadas situações (anômalas, como em um garimpo “sem mulheres”), mas sempre através da norma heterossexual, mesmo que esta seja apenas discursiva/ideológica (Tedesco, 2015, p. 198-199)⁴¹.

A intervenção estatal que proibiu a participação de mulheres nas atividades econômicas em Serra Pelada raramente é objeto de questionamento

40 Idem

41 Idem

crítico. A exclusão feminina e suas consequências reforçam a validade heurística de se pensar o mercado sexual não apenas como uma atividade econômica funcional, mas como um campo estruturado por performances transacionais de honra e virilidade. Tais dinâmicas transcendem a lógica fria e impessoal da troca entre um meio genérico (dinheiro ou ouro) e um valor de uso específico (serviço sexual), evidenciando dimensões simbólicas e relacionais mais profundas.

Ironicamente – e em contraste com a epígrafe que abre este capítulo –, a presença de mulheres não foi essencial para a existência do garimpo de Serra Pelada; foi, sim, o mercado sexual que se constituiu em torno de sua ausência, revelando-se assim fundamental para a organização social daquele espaço.

Da célula básica ao modelo de negócio familiar

No artigo *Configuração social da célula básica para exploração ilegal de ouro nas frentes de garimpagem da Terra Indígena Yanomami* (Chagas; Costa, 2023⁴²), utilizamos como suporte teórico as concepções de configurações sociais propostas por Norbert Elias (2018⁴³, 2001⁴⁴) e a noção de campo social desenvolvida por Pierre Bourdieu (2004⁴⁵, 2021⁴⁶).

Como síntese desta reflexão, propomos a representação gráfica apresentada na Figura 1, inspirada na noção de teias de interdependência desenvolvida por Norbert Elias, conforme descrita em *Introdução à Sociologia* (2018)⁴⁷. Complementarmente, mobilizamos a teoria dos campos de Pierre

42 CHAGAS, Rodrigo; COSTA, Ernildo Crispin. Tipificação da célula básica para exploração de ouro nas frentes de garimpagem da Terra Indígena Yanomami. *Revista Textos e Debates*, 2023.

43 ELIAS, Norbert. *Introdução à sociologia*. Lisboa: Edição 70, 2018.

44 ELIAS, Norbert. *A sociedade de corte*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

45 BOURDIEU, Pierre. *Coisas ditas*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

46 BOURDIEU, Pierre. *Sociologia geral: Vol. 2*. Petrópolis: Vozes, 2021.

47 ELIAS, Norbert. *Introdução à sociologia*. Lisboa: Edição 70, 2018.

Bourdieu como base analítica para compreender a lógica de disputas, hierarquias e interesses que estruturam essas configurações sociais.

A figura busca representar a configuração social da célula básica de produção de ouro, unidade fundamental de funcionamento das frentes de garimpagem. Em geral, os pequenos e microinvestimentos operam por meio de células compostas por cerca de seis pessoas, responsáveis por um par de máquinas. Um pequeno empresário costuma controlar uma ou duas dessas células, enquanto microinvestidores, muitas vezes, arrendam lotes de posseiros ou de lideranças indígenas cooptadas, operando com equipamentos de menor potência.

Essas células podem funcionar de maneira isolada ou agrupadas em “condomínios”, nos quais vários “barrancos” estão subordinados à figura de um posseiro. Conjuntos de condomínios e células dispersas tendem a se organizar em torno de pistas de pouso, portos clandestinos e corrutelas. Neste sentido, a corrutela funciona como um nexos logístico e relacional, articulando infraestrutura, fluxos de pessoas, bens e informações, e permitindo a consolidação e a expansão territorial das frentes de garimpagem.

Neste estudo, restringimos nossa análise à mineração aluvionar em “barrancos”, reconhecendo que outras formas de exploração – como balsas, dragas e moinhos – envolvem configurações distintas de trabalho, investimento e divisão da produção. Embora o garimpeiro apareça, em muitos casos, como um “sócio” por receber uma porcentagem do ouro extraído, é recorrente o relato de dívidas impagáveis, que acabam por submetê-lo a condições de trabalho análogas à escravidão.

É precisamente na articulação entre o barranco e a corrutela que se revelam os mecanismos estruturais de exploração presentes nas frentes de garimpagem. Não raramente, os proprietários – e proprietárias – das corrutelas são empresários que financiam tanto a logística quanto a produção, atuando como elos centrais nas cadeias de crédito, abastecimento e controle social.

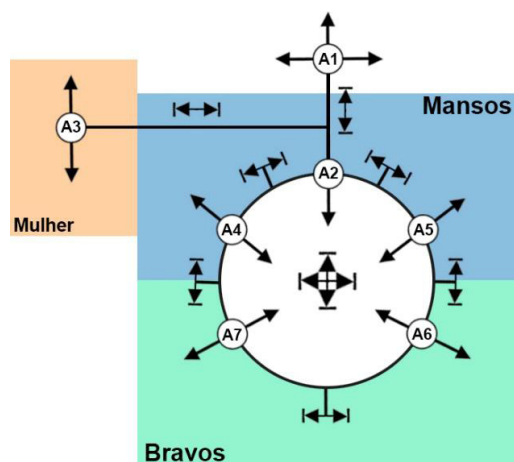


Figura 1 – Configuração da célula básica de produção de ouro na TI Yanomami

Fonte: Chagas e Costa, 2024, p. 14

TABELA 1 – FUNÇÕES E DESCRIÇÃO DOS AGENTES DA CÉLULA BÁSICA DE PRODUÇÃO DE OURO NA TIY

Cód.	Função	Divisão financeira	Descrição
A1	Empresário	70%	Frequentemente, os chamados “empresários” ou investidores não estão fisicamente presentes nas frentes de garimpagem, limitando-se a financiar a operação à distância ou, em alguns casos, acumulando também a função de gerente. Nesses arranjos, é comum que o investidor retenha cerca de 70% da produção. Desse montante, costuma-se repassar aproximadamente 10 gramas de ouro extras ao gerente – quando essa função está presente – e entre 6 a 15 gramas à cozinheira, como uma forma de “salário fixo”. No entanto, há também relatos frequentes de cozinheiras que recebem por meio de participação percentual nos lucros, em vez de um valor predeterminado.

Cód.	Função	Divisão financeira	Descrição
A2	Gerente	10 gramas + 6%	O gerente é quem conduz as operações no dia a dia e, na ausência do patrão, assume a liderança do grupo. Geralmente, é responsável pela divisão do ouro, pela mediação de conflitos e, segundo relatos, muitas vezes é o único com acesso a armas na “boca de trabalho”. Além de receber uma porcentagem média de 6% da produção, o gerente costuma receber também um valor fixo adicional pelo exercício da função.
A3	Cozinheira	Entre 6 e 15 gramas	A cozinheira desempenha atividades domésticas essenciais nas frentes de garimpagem, como o preparo de alimentos, e frequentemente negocia serviços adicionais, como a lavagem de roupas ou, em alguns casos, serviços sexuais. Em geral, ocupa uma posição de maior prestígio social em comparação com as chamadas “mulheres de boate”, tanto no interior das frentes quanto em espaços urbanos do entorno, como a cidade de Boa Vista.
A4	Maraqueiro	6%	O maraqueiro exerce uma função que exige experiência e habilidade técnica, sendo geralmente atribuída a garimpeiros mais experientes. Ele é responsável pelo manuseio das bombas da maraca – uma grade metálica utilizada para sugar a lama resultante dos jatos de água aplicados ao barranco. A operação adequada desse equipamento é fundamental para agilizar a produção e garantir a eficiência do trabalho na frente de garimpagem.

Cód.	Função	Divisão financeira	Descrição
A5	Jateiro	6%	O operador do jato de água é uma peça-chave no processo de extração, desempenhando uma função de alta responsabilidade. Essa atividade exige garimpeiros “mansos” – termo utilizado para designar trabalhadores experientes e controlados –, pois o manuseio inadequado do jato pode provocar acidentes graves e até fatais, tanto para o próprio operador quanto para os demais trabalhadores. Além disso, se o jateamento do barranco for mal executado, pode provocar desmoronamentos perigosos, colocando toda a frente de trabalho em risco. Funções como a de jateiro e maraqueiro são tradicionalmente transmitidas entre gerações ao longo da Amazônia, refletindo saberes práticos que circulam entre garimpeiros migrantes que percorrem, de forma recorrente, diferentes áreas de mineração na região.

Cód.	Função	Divisão financeira	Descrição
A6 e A7	Raizeiro	6%	Os “raizeiros” ou “catarinos” são, em geral, recém-chegados às frentes de garimpagem. Muitas vezes, chegam ao local a convite de amigos ou parentes, movidos por objetivos pontuais – como juntar dinheiro para comprar uma moto ou um carro. No entanto, é comum que não resistam às duras condições de trabalho ou não consigam ingressar em frentes de extração que estejam, de fato, gerando riqueza. Esses trabalhadores são classificados como “bravos”, em referência a cavalos ainda não domesticados, ou seja, indivíduos que ainda não foram “amansados” pela experiência do garimpo. Embora essa distinção funcione como um importante marcador de prestígio entre os trabalhadores, os “bravos” costumam ser incorporados à divisão da produção. Há relatos de empresários que se recusam a contratar trabalhadores bravos, mas, na prática, essa mão de obra sem qualificação específica é amplamente utilizada. Entre as habilidades que conferem o <i>status</i> de garimpeiro “manso”, destacam-se competências técnicas como marcenaria, mecânica e o domínio de práticas específicas das frentes de extração, principalmente o domínio do jato de água e da maraca.

Fonte: Chagas; Costa, 2024, p. 15⁴⁸

Para Bourdieu, o *campo social* é um espaço marcado pela competição entre seus membros. Neste, grandes divisões, chamadas de *nomos*, orientam os agentes na disputa por posições dominantes (Catani et al.,

48 CHAGAS, Rodrigo; COSTA, Ernildo Crispin. Tipificação da célula básica para exploração de ouro nas frentes de garimpagem da Terra Indígena Yanomami. *Revista Textos e Debates*, 2023.

2017, p. 281⁴⁹). Um *nomos* essencial no campo da garimpagem ilegal é a distinção entre *mansos* (garimpeiros experientes) e *bravos* (garimpeiros novatos). Outro *nomos* característico é a divisão sexual, que estrutura as funções desempenhadas por mulheres e homens neste caso.

A função típica da mulher nesta célula é a de cozinheira. Isto inclui preparar refeições, manter a limpeza do barraco, gerenciar estoques de alimentos e lavar roupas, cobrando um valor à parte por algum destes serviços⁵⁰; Os *mansos* (como o jateiro e o maraqueiro) possuem experiência, enquanto os *bravos* (ou *catarinós e raizeiros*) assumem tarefas mais simples, como coletar pedras e raízes. O gerente se destaca pela liderança, com acesso privilegiado a armas e maior prestígio junto ao empresário. Embora haja variações nos arranjos, essa configuração básica é comum em modelos de negócios desenvolvidos por pequenos e grandes investidores na TIY.

Baseando-nos nos relatos de Maria e Paula, desenvolvemos a representação gráfica da Figura 2, que esquematiza sincronicamente a configuração social do modelo de negócio familiar. Nesse modelo, o Pai atua como empresário, responsável pelas negociações de equipamentos e contratação de peões, com o apoio gerencial de seu filho. A Mãe administra as garotas, gerenciando tarefas domésticas e o agenciamento de programas sexuais.

Diferentemente da função de cozinheira, as mulheres aqui não são apenas prestadoras de serviços de suporte à mineração ilegal, mas também são fontes de renda na medida em que estimulam o consumo no bar e são taxadas pelo “agenciamento” sexual. Esse modelo representa uma

49 CATANI, A. M.; NOGUEIRA, M. A.; HEILBORN, M. L. *Vocabulário Bourdieu*. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

50 Uma descrição aprofundada sobre a cozinha, mas, principalmente, a distinção entre a atuação das mulheres nas corrutelas e nos barrancos, estão muito bem descritas na tese de Letícia Tedesco, em 2015. Ainda são necessárias investigações sobre estas relações ante a chegada das facções como novo grupo estruturado por homens, e que passam a atuar nas frentes de garimpagem e a mudar os padrões de dominação e violências.

adaptação da célula básica de produção, gerenciada pela Mãe e composta por duas garotas: Maria (A1) e Paula (A2).

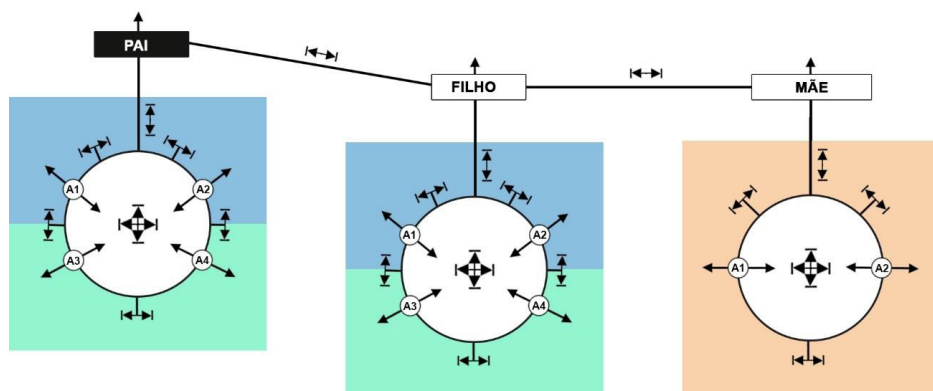


Figura 2 – Configuração social do modelo de negócio familiar para exploração de ouro e do mercado sexual na TI Yanomami

Este modelo de negócio familiar pode marcar o início de uma corrutela. As mulheres atraem garimpeiros locais e de outras células de produção próximas, reduzindo custos logísticos. Uma corrutela localizada a poucas horas de barco ou a uma curta caminhada economiza gastos com transporte aéreos, bem como facilita a expansão das frentes de garimpagens para territórios mais distantes da pista de pouso originária. Se o negócio prosperar, ele pode ampliar os serviços oferecidos, como mais garotas, construção de pista de pouso e shows musicais.

No contato com Maria por rede social, ela narrou conflitos com a Família. Em certo momento, relatou ter sido ameaçada de morte por um desentendimento com a Mãe e fugiu, encontrando abrigo em outra área da TIY. O contato já era muito difícil e a partir deste momento só foi possível receber notícias por meio de terceiros e por raras mensagens. Paula, na entrevista, defendeu a Família, mostrando afeto pela Mãe, que prometeu ajudá-la a encontrar seu pai biológico que, coincidentemente, dizia conhecer. Aparentemente a promessa da Mãe não era mentira.

Algumas considerações

A prática do garimpo, incentivada desde os anos 1980 por políticos e empresários regionais, reflete uma política histórica de ocupação civil promovida pelo Estado brasileiro, especialmente no território que hoje constitui o estado de Roraima. Após a Constituição de 1988 e a transição para o regime democrático, muitos garimpeiros, particularmente aqueles em situação de vulnerabilidade, sentiram-se abandonados pelo sistema que os havia atraído para essa atividade. Enquanto a maioria pagou caro pela aventura, elites políticas e empresariais continuaram a lucrar, promovendo a garimpagem ilegal e consolidando clientelas políticas entre os garimpeiros.

Entre 2019 e 2023, vivemos uma “tempestade perfeita” para a expansão desenfreada do garimpo ilegal. Em todas as esferas de poder, havia apoio tácito ou explícito para a liberação dessa prática, incluindo em terras indígenas, apesar das graves consequências. A negligência deliberada diante dos impactos ambientais, sociais e humanos foi evidente: contaminação por mercúrio, genocídio potencial de povos indígenas, aumento da violência, fortalecimento de facções criminosas e exploração sexual.

O impacto sobre os povos indígenas foi amplamente documentado e denunciado. Apesar disso, houve um esforço coordenado de setores da República para desestabilizar ainda mais os territórios indígenas, facilitando sua exploração econômica, como a tramitação da tese do Marco Temporal. As terras indígenas, embora sejam as áreas mais preservadas do Brasil segundo o MapBiomass, enfrentam violações constantes, destacando a relevância de sua proteção tanto para a sobrevivência de seus povos quanto para a conservação dos biomas nacionais.

O cenário atual é preocupante e de longo alcance. Mesmo com esforços governamentais mais recentes, como a coordenação de uma Casa de Governo em Boa Vista, não se pode afirmar com certeza que a Terra Indígena Yanomami esteja livre de atividades de garimpagem. Grupos faccionais resistem dentro do território, e relatos de confrontos continuam frequentes. Além disso, as estruturas tradicionais de dominação no garimpo

– que os faccionados identificam como “milícias” – estão em choque com o avanço de facções criminosas como o PCC e o Comando Vermelho, que disputam o controle estratégico de rios como o Uraricoera e o Mucajaí. A violência associada a essa disputa é alarmante: a taxa de homicídios em Alto Alegre, base do Comando Vermelho, alcançou uma média de 161,19 por 100 mil habitantes, muito acima da média nacional de 33 entre 2018 e 2020 (Santos, 2024, p. 254)⁵¹.

Neste contexto, as múltiplas formas de violência contra mulheres emergem como uma dimensão central e alarmante. As “corrutelas” não são apenas subprodutos do garimpo nem se limitam à Terra Indígena Yanomami. Em regiões como o distrito de Moraes Almeida, situado no cruzamento da BR-163 com a Transgarimpeira, a dinâmica é similar. As corrutelas servem como polos logísticos e sociais para atividades sazonais como o transporte de soja, milho e madeira, além da exploração de garimpos e madeiras – legais e ilegais. A presença de “bregas” e a exploração sexual, inclusive de crianças, são constantemente denunciadas, compondo um quadro de violência sistemática que se conecta às redes logísticas de acesso a territórios, como o Território Indígena Munduruku que também sofre com garimpeiros.

Portanto, o garimpo ilegal não é apenas uma questão ambiental ou econômica; é uma rede complexa que articula a exploração e a violência que afetam profundamente territórios, populações indígenas e grupos vulneráveis, especialmente mulheres. A persistência dessa prática, mesmo diante de esforços para combatê-la, revela a necessidade urgente de políticas públicas robustas, ações coordenadas e uma mudança estrutural que vá além do enfrentamento superficial, abordando as raízes históricas e sistêmicas desse problema.

O foco deste trabalho foi apresentar um modelo de negócio que contribui para compreender como as frentes de garimpagem expandem suas

51 SANTOS, Maria Paula Gomes (org.) Dinâmicas da violência e da criminalidade na Região Norte do Brasil. Brasília: Ipea, 2024.

atividades, tendo a corrutela como um nexu articulador fundamental. Além disso, buscou-se indicar como o mercado sexual, presente nesses espaços marcadamente hipermasculinizados, desempenha um papel central nos mecanismos de exploração baseados em dívidas.

No entanto, é importante reconhecer que, embora a ênfase analítica recaia sobre aspectos estruturais e funcionais do garimpo, isto não deve atenuar ou relativizar a gravidade das violências cometidas nesses contextos. Maria, por exemplo, relatou que, nas frentes de garimpagem na Guiana, homens utilizavam peças de dominó presas ao pênis durante relações sexuais, prática que classificou como brutais. Ela também mencionou ter perdido amigas que foram decapitadas. Paula e outras entrevistadas – cujos relatos não puderam ser incluídos neste texto – compartilharam experiências marcadas por estupros cometidos nos rios por barqueiros, assassinatos promovidos por “milicianos” e “faccionados”, extorsões e outras formas de violência extrema.

“Grão-Pará rasgando tudo”: notas sobre violência colonial e invasão de territórios e corpos

Monique Cruz⁵²

Juliana Farias⁵³

Uma imagem do planeta Terra em tons de cinza aparece iluminada pela luz do sol, espaço sideral ao fundo, tudo via computação gráfica. O planeta gira rápido e um efeito de *zoom in* faz brotar do cinza o mapa do Brasil visto de baixo para cima, já repartido pelas fronteiras atuais de suas vinte e sete unidades federativas. Doze estados são colocados em relevo, através de um efeito visual azul, cobrindo toda a extensão de cada território, enquanto as fronteiras são demarcadas por linhas em azul neon: Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Bahia, Pernambuco, Ceará, Maranhão, Pará, Amapá e Amazonas. O *lettering* seco indica “12 portos graneleiros existentes no Brasil” / “GPM está desenvolvendo um novo projeto portuário em Alcântara que irá revolucionar a logística brasileira”. Assim começa o vídeo⁵⁴ através do qual a empresa Grão-Pará Maranhão (GPM) apresenta um megaprojeto multimodal que vai impactar comunidades quilombolas, indígenas, ecossistemas e mares.

52 Assistente Social, mestre e doutoranda vinculada ao Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e Coordenadora na organização Justiça Global.

53 Professora adjunta do Departamento de Sociologia e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

54 Ovídeo pode ser assistido via [https://graoparamaranhao.com/wp-content/uploads/2023/02/tpa-terminal-portuario-de-alcantara-720p-1.mp4?_ =](https://graoparamaranhao.com/wp-content/uploads/2023/02/tpa-terminal-portuario-de-alcantara-720p-1.mp4?_=)

Na sequência do vídeo, os ícones dos demais portos se apagam, surgindo duas novas marcações em destaque: ícone de navio seguido da sigla TPA, de onde se estende uma linha amarela até outro ícone com a sigla EF-317. Trata-se do Terminal Portuário de Alcântara e sua conexão via Estrada de Ferro Maranhão, a EF-317, conforme anunciado pelo novo *lettering*, que também traz “Maranhão, Brazil”, sim, Brasil com Z.

À trilha sonora, que antes trazia uma melodia de repetição de quatro notas musicais de piano eletrônico, sempre na mesma sequência, estilo trilha de suspense, é sobreposta uma batida – também eletrônica – marcando um ritmo techno bem seco. Nesse momento, os rios que atravessam o Maranhão e o Pará são desenhados no mapa feito raios, na cor branca e um corte passa para o primeiro plano o território do empreendimento demarcado através da mesma linha azul que separava uma unidade federativa da outra. Vai surgindo, em movimentação análoga ao jogo *simcity*, uma maquete hi-tech, composta por terminal de gás natural, terminal de minério de ferro, terminal de bauxita, terminal de fertilizantes, terminal de combustíveis, terminal de contêineres e terminal agro.

Novo *lettering* azul informa: “TPA: 43% de todo investimento em projetos hidroviários incluídos no Pro Brasil”. O vídeo segue, com imagens digitais em tons variados de azul, branco e preto, fazendo a “solução” se erguer: apresentado como “uma solução logística multimodal”, o empreendimento garante otimizar o transporte de longo curso através de águas profundas e ferrovias. Tudo pautado pelo discurso do “crescimento sustentável”, indicando previsões logísticas que mostram o Brasil em “2º lugar no ranking global de exportação de grãos” e também no de minério de ferro.

Em nenhuma parte do mapa vemos pessoas. A cor verde preenche a área correspondente à Amazônia brasileira. As vantagens e as “soluções logísticas” brotam na tela ao som do techno: “aumento da produção para 357 Mtpa do agronegócio e do minério de ferro em 2030”; “capacidade de crescimento da produção agrícola brasileira nos próximos 10 anos em 180% sem cortar nenhuma árvore”; “redução de emissão de CO²”; “é possível

extrair e melhorar”; “40% de redução de CO² na manufatura e fabricação / minério de ferro verde / menos poluente: alto teor de ferro e baixo de enxofre, resultando em menor consumo de energia em sua transformação”.

Ainda são anunciados o aumento de 20% do PIB do Maranhão e a oferta de 100.000 empregos; o “aumento de 2.700% do PIB das cidades vizinhas”; “6% dos lucros para comunidades quilombolas”; “desenvolvimento e produção de energias solar, eólica e de hidrogênio verde no terminal portuário”, via esse modelo que “investe na construção das próprias estruturas de armazenagem e manuseios de produtos”. A cartela de texto final vem em letras brancas/caixa alta, destacadas por um retângulo (em segunda camada) preenchido de alguma porcentagem de azul transparente: “NOVO PARADIGMA DA LOGÍSTICA BRASILEIRA”. A logomarca GPM abre os créditos do vídeo: quatro formas gráficas cujas silhuetas lembram brasões imperiais – todos opacos e milimetricamente intercalados, nas cores verde, amarelo, azul-piscina e azul-cobalto; abaixo da sigla GPM, o mesmo azul-cobalto traz em caixa alta “GRÃO-PARÁ MARANHÃO”.

O “grande projeto de desenvolvimento logístico” da região prevê um porto de águas profundas em Alcântara, na Ilha do Cajual, e uma ferrovia (EF-317) de cerca de 520 km, que vai atravessar 22 municípios. Só o porto vai ocupar cerca de 87% da comunidade quilombola Vila Nova onde vivem cerca de 51 famílias que têm na pesca e na agricultura seu trabalho. Também ressaltamos que a Ilha do Cajual está dentro de uma Área de Proteção das Reentrâncias Maranhenses. Diante dos impactos que podem ser gerados por este tipo de empreendimento, foi criada uma coalização de comunidades, movimentos sociais e organizações da sociedade civil chamada Articulação anti-Grão-Pará Maranhão ou “anti-GPM”⁵⁵. Alcântara é um dos 180 municípios maranhenses que integram a Amazônia Legal⁵⁶,

55 Para mais informações ver a cartilha elaborada pelo movimento Anti-GPM: <https://drive.google.com/file/d/10S6ZdY2NEV-bHF9RspJXjaiX6Yhsa6bm/view>

56 Dados do IBGE, relativos aos municípios da Amazônia Legal no ano de 2022, disponíveis em <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/estrutura-territorial/15819-amazonia-legal.html> Acesso em 04/11/2024.

incluindo a capital São Luís, sendo que o estado possui, no total, 217 municípios⁵⁷. Pra seguir com o debate que propomos, é necessário registrar então que o Maranhão, mesmo sendo um estado da região Nordeste do país, configura uma transição entre os biomas Cerrado e Amazônia.

A coalizão que vem se reunindo periodicamente já identificou importantes estratégias da empresa para garantir a implementação do mega-projeto: houve uma pressão para que moradores da Ilha do Cajual assinassem documentos “ilegíveis” – no sentido proposto por Das e Poole (2004)⁵⁸, para as quais o problema da (i)legibilidade da documentação do Estado deve ser encarado como uma das bases de consolidação do controle estatal sobre populações, territórios e vidas⁵⁹, que sediam, por tempo indeterminado, o direito de a empresa operar em seu território. Além disso, a GPM “fatiou” os pedidos de licenciamento aos órgãos locais e não aos nacionais como determina a legislação – nos termos da Articulação Anti-GPM, “fatiamento é manobra conhecida para esconder reais impactos de megaempreendimentos e garantir a expedição de licenças com facilidade”.

Decidimos abrir o texto com a descrição do vídeo em questão para garantir a este registro em livro o ponto de partida da reflexão aqui compartilhada: a frase “e aí vem Grão-Pará rasgando tudo” é parte das apresentações de uma de nós – no caso, Monique Cruz – durante o *Colóquio formas do conflito armado no Brasil: dinâmicas, atores e práticas*, uma das atividades prévias da 34^a Reunião Brasileira de Antropologia e que dá origem a esta publicação. Trazemos reflexões pautadas pelo campo dos estudos raciais e pelo campo dos estudos de gênero e sexualidade, com nossa

57 Dados do IBGE, disponíveis em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ma/panorama>. Acesso em 04/11/2024.

58 Das, Veena Poole, Deborah (2004). “State and Its Margins: Comparative Ethnographies”. In: V. Das & D. Poole (org.). *Anthropology in the Margins of the State*. New Mexico: School of American Research Press. pp. 3–33.

59 Seguindo a chave analítica proposta por Das e Poole (2004), o problema da (i)legibilidade da documentação do Estado é encarado como uma das bases de consolidação do controle estatal sobre populações, territórios e vidas.

atenção voltada para violações de direitos humanos em diferentes contextos, mapeadas via nossas agendas de atuação profissional dentro e fora da academia⁶⁰.

Trata-se, então, de uma reflexão compartilhada sobre conflitos armados considerando outras tecnologias (para além das armas de fogo) utilizadas para controlar territórios e corpos⁶¹. Em nossa reflexão, entendemos a violência como “um regime contínuo”, nessa “correspondência cúmplice”

60 Monique Cruz realiza sua pesquisa de doutorado sobre guerra às drogas e genocídio antinegro no Programa de Pós-graduação da Escola Serviço Social da UFRJ (PGSS/ESS/UFRJ), onde também concluiu o mestrado. É coordenadora do programa de Violência Institucional e Segurança Pública da Justiça Global e integrante do Grupo de Pesquisa Sociabilidades Urbanas, Espaço Público e Mediação de Conflitos – Estado e Sociedade (GPSEM)/CNPq e INCT-Ineac/Nufep/UFF, realizando pesquisas sobre política de drogas, relações raciais e de gênero, democracia e violência institucional. Sua dissertação de mestrado foi publicada em livro sob o título *“Aqui a bala come, não tem aviso prévio”: favela, necropolítica e a resistência das Mulheres-Mães guardiãs da memória* (Cruz, 2024). Juliana Farias atualmente coordena o projeto de extensão “Militarização e marcadores sociais da diferença” (DSOC/ICS/Uerj – PR3 Depext no 7731) em articulação com sua participação na Rede Transnacional de Pesquisas sobre Maternidades Destituídas, Violadas e Violentadas (REMA), através da qual teve a oportunidade de participar do Projeto Territorialidades, Meio Ambiente, Violência Estatal e Direitos Humanos (ABA Ford 2023–2024). A partir destas inserções profissionais, as autoras estabelecem o diálogo que pauta o presente capítulo.

61 Duas observações se fazem necessárias: 1. Nossa reflexão não desconsidera a violência produzida por armas de fogo nos contextos em questão. Segundo dados da Comissão Pastoral da Terra divulgados em 2021, o território correspondente à Amazônia Legal concentra 80% das mortes por conflitos no campo no Brasil (Fonte: <https://cptnacional.org.br/2021/05/06/barril-de-polvora-amazonia-concentra-maior-numero-de-assassinatos-no-campo-diz-pesquisador/>). Para uma análise desta questão, ver ROLEMBERG, Igor; LACERDA, Paula. 2022. “Violências contemporâneas contra lideranças na Amazônia brasileira: enquadramentos morais, legais e associativos”. *Anuário Antropológico*, 47(1): 87–106. Importante destacar também que não é nossa intenção realizar neste capítulo uma análise sobre impactos de grandes projetos. Para o tema, recomendamos a consolidação do panorama recente da produção antropológica sobre impactos de grandes projetos realizada por Felisa Cancado Anaya, Deborah Bronz e Sonia Magalhães (2024), através da publicação de “Terra arrasada: desmonte ambiental e violação de direitos no Brasil”, disponível para download gratuito no site da ABA.

com a violência colonial, como nos ensinou Fanon (2005 [1961])⁶². Seguindo esta linha de raciocínio, voltamos nossa atenção para processos de invasão de territórios e corpos, considerando impactos produzidos por empreendimentos estatais, parcerias público-privadas e outros arranjos estabelecidos entre poderes governamentais e iniciativas privadas violadoras de direitos.

Processos de generificação e racialização de territórios e corpos

“Não há terra que não seja gênero desde que a fizeram terra. Não há sexualidade desprovida de um trabalho que a produza.”

Roberto Efrem Filho (2017)

Elaboramos esta seção atentas ao alerta feito por McClintock (2010) sobre ser imprescindível pensar a feminização da terra enquanto tema decisivo do discurso colonial. E, para realizar este debate de forma lúcida, estabelecemos um diálogo com as reflexões de Efrem Filho (2017⁶³; 2024⁶⁴) sobre processos de Estado e “relações de intimidade em que se articula o terror no transcurso de um conflito agrário em que ocorreu um episódio de violência sexual” (2024, p. 2)⁶⁵.

Efrem Filho (2024)⁶⁶ analisa o episódio de invasão de uma casa, na Fazenda Alfenim, localizada no semiárido paraibano, em região próxima a Campina Grande. Trata-se de uma grande propriedade rural de quase 900

62 FANON, Frantz. *Os condenados da Terra*. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2005 [1961].

63 EFREM FILHO, Roberto. *Mata-mata: reciprocidades constitutivas entre classe, gênero, sexualidade e território*. Tese de Doutorado em Antropologia Social, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2017.

64 EFREM FILHO, Roberto. O quarto ao lado: terror, intimidade e processos de Estado em meio a um conflito agrário. *Revista de Antropologia*, 67, e218724, 2024. <https://doi.org/10.11606/1678-9857.ra.2022.218724>

65 Idem

66 Idem

hectares, palco de conflitos agrários entre famílias de trabalhadores rurais que ali viviam desde os anos 1990 e o proprietário das terras. Dentre as tantas reivindicações dos trabalhadores, uma delas atrelava parte do possível acordo à substituição da pessoa que fiscalizava o latifúndio – tarefa na época exercida por um policial civil. Diferentes episódios violentos antecedem a invasão cuidadosamente analisada por Efrem Filho, quando o autor nos chama a atenção para o espancamento do dono da casa e o estupro da dona da casa.

Dos aproximadamente dez homens que chegaram ao local montados em um veículo tipo “Saveiro”, seis adentraram a casa, dois deles encapuzados. Renderam o casal de trabalhadores rurais e seus três filhos ali presentes. [...] Em meio à gritaria, uma voz desconhecida ressoou “estupra ela”, referindo-se a Dona Marcinha. A mulher respondeu que se encontrava menstruada, mas um dos homens retrucou “só vendo”. Rasgaram suas roupas e calcinha. Ao se depararem com o sangue, desistiram do coito, introduziram um objeto cilíndrico e áspero em sua vagina, o que lhe causou muitas dores, e, depois, despejaram um líquido incerto no mesmo lugar (Efrem-Filho, 2024)⁶⁷.

É acionando McClintock (2010)⁶⁸ que Efrem Filho (2024)⁶⁹ nos ensina sobre as reciprocidades entre as contradições de classe e raciais e as assimetrias de poder de gênero e sexualidade; nos ensina sobre articulações entre violência patronal e violência sexual; evidencia que no conflito agrário também operam relações muito desiguais de gênero e sexualidade. Em

67 EFREM FILHO, Roberto. O quarto ao lado: terror, intimidade e processos de Estado em meio a um conflito agrário. *Revista de Antropologia*, 67, e218724, 2024. <https://doi.org/10.11606/1678-9857.ra.2022.218724>

68 MCCLINTOCK, Anne. *Couro imperial: raça, gênero e sexualidade no embate colonial*. Trad. Plínio Dentzien. Campinas: Editora da Unicamp, 2010.

69 Idem

argumento elaborado na sua tese de doutorado, Efrem Filho (2017)⁷⁰ explica que a centralidade do estupro para pensar contextos de violência decorre do “trabalho de sexualização do território e, dialeticamente, de trabalho de territorialização das relações de gênero e de sexualidade” (Efrem Filho, 2017, p. 49)⁷¹.

Ao lermos “rasgaram suas roupas e calcinha”, é impossível não notar o acionamento do verbo *rasgar* na composição da análise sobre essa situação de violência na qual o conflito pela posse da terra também se configura através da invasão da casa e da invasão do corpo da dona da casa. Cabe lembrar que desnudamento forçado também é considerado violência sexual⁷². De forma análoga, Farias e Damazio (2025)⁷³ discutem situações nas quais inscrições territoriais se entrecruzam com inscrições de gênero e raciais, especialmente em casos de violência sexual junto à invasão de casas nas favelas e periferias do Rio de Janeiro, por agentes de estado armados em serviço; e em casos de violência sexual ocorridos dentro de unidades brasileiras do sistema prisional e do socioeducativo.

Perseguindo esta linha de raciocínio, as autoras refletem sobre a institucionalização das invasões de casas localizadas em favelas e periferias, inspiradas na análise de Davis (2016)⁷⁴ sobre a “institucionalização do es-

70 EFREM FILHO, Roberto. *Mata-mata: reciprocidades constitutivas entre classe, gênero, sexualidade e território*. Tese de Doutorado em Antropologia Social, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2017.

71 Idem

72 Ver Comissão Nacional da Verdade (2014). Para uma análise competente sobre “violência sexual como eixo de disciplinamento” durante a ditadura empresarial-civil-militar no Brasil, ver TEGA, Danielle (2021). *Corpos que Transgridem, Palavras que Resistem: Um Debate sobre Gênero e Testemunho*. *Mediações*, 26(3), 621–638.

73 FARIAS, Juliana; DAMAZIO, Natalia. Violências de gênero, violações de Estado: tortura sexual enquanto invasão de territórios e corpos. Em: “Estado e Violência: Redes de Enfrentamento à Tortura Sexual. Comunicações do ISER / Instituto de Estudos da Religião; organizadores Nina Barrouin, Ane Rocha, Késsia Gomes, Lucas Matos. – Ano 44, n. 76 (mar. 2025). – Rio de Janeiro RJ: ISER, 2025.

74 DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo, 2016.

tupro” nos Estados Unidos. Importante lembrar que Davis (2016)⁷⁵ qualifica com precisão o encorajamento do estupro de maneira sistemática enquanto “política não escrita do Comando Militar dos Estados Unidos”. Retomamos aqui o argumento da institucionalização destas ações, compartilhando a compreensão de estarmos diante de técnicas de controle de corpos e territórios que são atualizadas de acordo com assimetrias de poder de gênero, raça e sexualidade.

Em sua discussão sobre a “institucionalização do estupro”, Davis (2016)⁷⁶ nos informa que os soldados norte-americanos aprenderam que estuprar as mulheres vietnamitas era um “dever militar necessário” em função da lógica racista empregada nos treinamentos de guerra para disseminar a visão de que se lutava “contra uma raça inferior” – fato que é ratificado através da informação de que tais soldados foram inclusive “instruídos a ‘revistar’ mulheres com seu pênis” (Davis, 2016)⁷⁷.

Casos de violência sexual durante guerras habitam a jurisdição internacional desde a criação da Comissão dos Crimes de Guerra, em 1919, que investigou a atuação das potências do Eixo e, em meio a trinta e duas violações de leis de guerra, o “estupro” e a “abdução de meninas e mulheres para fins de prostituição forçada” apareceram como quinto e sexto itens da lista, respectivamente, de acordo com informações do *American Journal of International Law*, publicado em 1920. Após inúmeras atualizações na legislação internacional (nem sempre favoráveis à compreensão das violências sexuais enquanto crimes de guerra), em julho de 1998 foi elaborado o Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional – aprovado, vale registrar, pelo Congresso Nacional brasileiro em 2002⁷⁸ – através do qual fica estabelecido que “agressão sexual, escravidão sexual, prostituição forçada, gravidez forçada, esterilização forçada ou qualquer outra forma

75 Idem

76 Idem

77 Idem

78 Decreto Legislativo nº 112, de 6 de junho de 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/D4388.htm. Acesso em 14/11/2024.

de violência no campo sexual de gravidade comparável” constituem crime contra a humanidade⁷⁹.

Destacamos também que o Tribunal Penal Internacional estabelece no mesmo documento que “cometer atos de agressão sexual, escravidão sexual, prostituição forçada, gravidez à força, tal como definida na alínea f do parágrafo 2º do artigo 7º; esterilização à força ou qualquer outra forma de violência sexual que constitua uma violação grave do artigo 3º comum às quatro Convenções de Genebra”⁸⁰ são considerados crime de guerra⁸¹. Por mais diferentes que sejam os contextos histórico-políticos de cada região aqui citada, há uma conexão muito estreita entre ocupações/invasões de territórios por agentes armados e ocupações/invasões de corpos femininos/feminizados por estes mesmos agentes. A própria ONU, ao enviar suas tropas ou forças de paz, também participa da atualização deste contrato

79 Artigo 7º da versão em português, disponibilizada pela Sub-Chefia de Assuntos Jurídicos da Casa Civil da Presidência da República através do endereço: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/D4388.htm. Vale registrar que uma versão oficial, disponibilizada via *International Criminal Court*, em 2011, pode ser acessada em <https://www.icc-cpi.int/NR/rdonlyres/ADD16852-AEE9-4757-ABE7-9CDC7CF02886/283503/RomeStatutEng1.pdf>

80 Artigo 8º da versão em português supracitada.

81 No entanto, como argumenta Muna Ndulo (2009), na medida em que a legislação se desenvolve, surgem também novos contextos de guerra propensos à prática da violência sexual. Em documento publicado no ano de 2010, a Organização das Nações Unidas enumera algumas das situações de conflito armado envolvendo abuso sexual em diferentes países: 1. “incesto forçado e estupro público para a humilhação máxima e para destruir o tecido social na República Democrática do Congo e no Timor Leste”; 2. “estupro como vetor deliberado de HIV durante o genocídio em Ruanda”; 3. “estupro e gravidez forçada de mulheres em campos especificamente concebidos para esse feito na Bósnia e Herzegovina”; 4. “estupro premeditado como instrumento de repressão política na Guiné-Conacri para punir as mulheres por participar da vida pública”. Documento “Addressing Conflict-Related Sexual Violence – An Analytical Inventory of Peacekeeping Practice – UN Action/UN WOMEN/DPKO, 27 November-0001”. Disponível em: <http://www.stoprapenow.org/uploads/advocacyresources/1291722944.pdf>. Acesso em 14/11/2024. Tradução minha. Para uma análise feminista sobre a presença do Exército brasileiro junto à ONU no Haiti, ver Monte (2023).

social que, via chave de leitura aberta por Pateman (1988)⁸², é necessariamente um “contrato sexual”⁸³.

Análises que discutem o lugar da violência sexual como crimes de guerra ou outros conflitos e situações militarizadas marcam o campo dos estudos feministas interseccionais, feministas negros, bem como, de forma mais ampliada, o campo dos estudos de gênero e sexualidade. O estupro, especificamente, já foi classificado como “arma de terrorismo de massa extremamente eficaz”, conforme sugere Davis (2016)⁸⁴; como “ferramenta contrainsurgente”, como trabalha Hernandez Castillo (2017)⁸⁵; como “instrumento de limpeza étnica” e “tentativa de extermínio”, de acordo com Peres (2011)⁸⁶. Segato (2013)⁸⁷ enfatiza que a violência sexual não é um efeito colateral das guerras, mas sim um objetivo estratégico em contextos de territórios colonizados.

Estabelecer conexões com a violência colonial é uma tarefa necessária para este tipo de debate. Quando Davis (2016)⁸⁸ afirma que “a escravidão

82 PATEMAN, Carole. *The sexual contract*. Cambridge: Polity Press, 1988.

83 Se, nas abordagens dominantes, o contrato social aparece enquanto instrumento que formaliza a liberdade civil, vale registrar a crítica elaborada por Pateman (1988, p. 2) ao afirmar que “a liberdade civil não é universal. A liberdade civil é um atributo masculino e depende do direito patriarcal. [...] O pacto original é um contrato sexual e social: é sexual no sentido de patriarcal – isto é: o contrato estabelece o direito político dos homens sobre as mulheres – e também sexual no sentido de estabelecer o acesso dos homens aos corpos das mulheres”. Para uma análise que localiza os limites das reflexões de Pateman a respeito do contrato (atualizando as críticas a ele), ver Fraser (1997). Para uma leitura do contrato social enquanto um “contrato heterossexual”, ver Wittig (2006).

84 DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo, 2016.

85 HERNÁNDEZ CASTILLO, Rosalva Aída. Geografías racializadas y la “guerra contra el narco”: violencia de género, militarización y criminalización de los pueblos indígenas en México. In: BASTOS, Santiago; SIERRA, María Teresa (coord.). *Pueblos indígenas y Estado en México: la disputa por la justicia y el derecho*. México: IESAS – Centro de Investigaciones y Estudios Superiores en Antropología Social, 2017. p. 244–267.

86 PERES, Andréa. Campos de estupro: as mulheres e a guerra na Bósnia. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 37, 2011.

87 SEGATO, Rita. *Las nuevas formas de la guerra y el cuerpo de las mujeres*. México, DF: Editorial Pez en el Arbol y Tinta Limón, 2013.

88 DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo, 2016.

se sustentava tanto na rotina do abuso sexual quanto no tronco e no açoite” e que o “racismo sempre encontrou forças em sua habilidade de encorajar a coerção sexual” (2016, p. 182)⁸⁹, consolida atalhos interpretativos para discutir processos de racialização e feminização de territórios.

Dominar, ocupar, pacificar, civilizar, muitos são os verbos acionáveis para articular o olhar do próprio Estado brasileiro ao olhar do colonizador europeu para as terras que antes da invasão eram chamadas de Pindorama, Terra das Palmeiras em Tupi, como nos lembra Bispo (2015)⁹⁰. Enxergamos atualizações da violência colonial em diferentes formas de invadir territórios e corpos – seja através de empreendimentos estatais, parcerias público-privadas ou outros arranjos estabelecidos entre poderes governamentais e iniciativas privadas violadoras de direitos.

Como indicamos na introdução do texto, no mapa do Brasil redesenhado no vídeo da empresa Grão-Pará Maranhão não vemos pessoas – o território aparece desabitado, em evocação à ideia de “terra virgem”, propagandeada (pelos impérios europeus, mas não só) como aquela que pode ser invadida, que deve ser conquistada, dominada, colonizada. Uma das atualizações mais marcantes da ideia de “terra virgem” na região Amazônica é destrinchada por Telma Bemerguy (2024)⁹¹ ao analisar “a durabilidade de sedimentos coloniais-raciais” a partir de uma pesquisa histórico-etnográfica em cidades localizadas às margens da Transamazônica e da Cuiabá-Santarém.

Bemerguy (2024)⁹² decupa diferentes materiais de arquivo, produzindo sequências documentais que explicitam processos de feminilização da “terra virgem” na chave de sexualização do encontro colonial indicada

89 Idem

90 BISPO, Antônio. *Colonização, quilombos: modos e significações*. Brasília: INCTI; Editora UnB, 2015.

91 BEMERGUY, Telma de Sousa. *Estradas da conquista e caminhos da raça: a durabilidade da presença colonial na Amazônia brasileira*. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2024.

92 Idem

por McClintock (2010): “Numa região que permanecia virgem até hoje, os tratores rasgam a selva e a civilização transpõe os rios” (*Revista Manchete*, 23 de agosto de 1969 apud Bemerguy, 2024, p. 227); “Os oficiais, subalternos e praças do 5º BEC, rasgando estradas em plena selva, realizam uma notável missão pioneira que só pode ser comparada ao trabalho de Rondon, abrindo as primitivas rotas para a conquista do colosso amazônico” (*Revista Manchete*, 01 de fevereiro de 1969 apud Bemerguy, 2024, p. 226).

Dentre os diversos episódios capturados por Bemerguy (2024)⁹³, destacamos dois protagonizados por forças do Exército brasileiro na região Amazônica, especificamente agentes do 5º Batalhão de Engenharia e Construção – BEC. O campo lexical mobilizado nas notícias em questão explicita atualizações da perspectiva da invasão colonial nas ações empreendidas durante a “ditadura civil-empresarial-militar brasileira” (Coimbra, 2014⁹⁴): “rasgar a selva”; “abrir primitivas rotas”. Na análise dessa “terra no feminino” (Bemerguy, 2024)⁹⁵, a representação da Amazônia como um “grande vazio”, com “milhares de hectares de floresta improdutivo”, legitima a investida ditatorial de controle do território amazônico: sob o argumento de povoar e integrar a região, é propagandeada a formação da “primeira geração da transamazônica” acompanhando a celebração da chamada “segunda descoberta do Brasil” (Bemerguy, 2024)⁹⁶.

No combo “controle militar + ocupação da terra virgem”, o embranquecimento da população decorrente dos incentivos à migração de pessoas da região Sul, por exemplo, soma-se à implementação de benefícios

93 Idem

94 COIMBRA, Cecília. Cinquenta anos depois. *Revista Verve*, 25, p. 33–46, 2014.

95 BEMERGUY, Telma de Sousa. Estradas da conquista e caminhos da raça: a durabilidade da presença colonial na Amazônia brasileira. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2024.

96 Idem. Para uma análise sobre “governamentalidades masculinas” que atualizam o conceito de fronteira, ver MELO, Flávia; OLIVAR, José Miguel Nieto. “O ordinário e o espetáculo no governo da fronteira Normatividades de gênero em Tabatinga”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v.34, 2019.

fiscais para quem se dispusesse a fazer parte desse grandioso feito, considerado pelo governo ditatorial como a “efetiva conquista” da Amazônia (Bemerguy, 2024).⁹⁷ O olhar aguçado de Bemerguy (2024)⁹⁸ nos permite encaminhar o debate sobre os processos de generificação e racialização de territórios e corpos para o encerramento deste capítulo.

Capitanias, formas de nomear e violentar hereditárias

Para conectar a seção anterior com as questões que temos interesse em encaminhar nesta finalização do texto, acionamos um conjunto de documentos indispensáveis para a compreensão da violência inerente à administração de populações e territórios no Brasil: as cartas de doação e forais. Realizando, então, um breve retorno no tempo, lembramos que no ano de 1534, o então rei de Portugal, D. João III, implementou o fatiamento das terras aqui invadidas através da doação de capitanias para outros homens como ele – portugueses, brancos e cristãos. Segundo documentação histórica⁹⁹, a capitania do Maranhão era constituída por dois lotes – um lote doado a Aires da Cunha e João de Barros e outro lote, que também era chamado de Rio Grande, doado a Aires da Cunha, João de Barros e Fernando Álvares de Andrade.

Diante das divergências acerca das exatas delimitações cartográficas da capitania do Maranhão (Cintra, 2013)¹⁰⁰ e diferentes desdobramentos políticos envolvendo fusões e separações territoriais na localidade (Carvalho,

97 BEMERGUY, Telma de Sousa. Estradas da conquista e caminhos da raça: a durabilidade da presença colonial na Amazônia brasileira. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2024.

98 Idem

99 Trata-se da transcrição paleográfica das “doações e forais das capitanias do Brasil” realizadas entre 1534-1536 – material disponibilizado pelo Arquivo Nacional da Torre do Tombo, localizado em Lisboa (Chorão, 1999).

100 CINTRA, Jorge. Reconstruindo o mapa das capitanias hereditárias. *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material*, 21 (2), p. 11-45, 2013.

2018¹⁰¹; Santos, 2023¹⁰²), importa considerar aqui a conexão entre o Maranhão e o Pará na constituição de unidades político-administrativas coloniais. Inclusive, delimitações cartográficas importam pouco diante desse vídeo que mencionamos na introdução do texto, no qual o estado do Maranhão é tratado como parte da região Norte, explicitando que a demarcação de fronteiras regionais e político-administrativas também pode ser desrespeitada pela empresa.

Já houve a fusão como Estado do Maranhão e Grão-Pará, entre 1621 e 1751; depois Estado do Grão-Pará e Maranhão (composto pelas capitanias do Pará, Maranhão, Piauí e Rio Negro) criado em 1751 e desmembrado entre 1772 e 1774 (Santos, 2008)¹⁰³, mas de fato é no ramo empresarial que está o exemplo mais inquietante para reflexão que realizamos neste capítulo: a famosa Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, criada em 1755 e administrada a partir de Lisboa (Martins, 2019)¹⁰⁴, assumindo o tráfico de pessoas africanas escravizadas nas capitanias do Grão-Pará e do Maranhão com monopólio de vinte anos para navegação e comércio na região.

Chamamos a atenção, portanto, para o fato de que a escolha do nome da atual empresa GPM conecta o presente com esse passado colonial escravocrata, reinscrevendo no imaginário social uma falsa ideia de

101 CARVALHO, Roberta Lobão. *“A Ruína do Maranhão”: a construção do discurso antije-suítico na Amazônia portuguesa (1705–1759)*. Tese de Doutorado em História Social da Amazônia, Universidade Federal do Pará, Belém, 2018.

102 SANTOS, Roberg. O fim do Grão-Pará e a institucionalização da região amazônica: o papel dos liberais paraenses na mudança do *status* regional no século XIX. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, 18 (1), e20210099, 2023. <https://doi.org/10.1590/2178-2547-BGOELDI-2021-0099>

103 SANTOS, Fabiano. *O governo das conquistas do norte: trajetórias administrativas no Estado do Grão-Pará e Maranhão (1751–1780)*. Tese de Doutorado em História Social, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2008.

104 MARTINS, Diego. *A Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão e os grupos mercantis no Império Português (c.1755 – c.1787)*. Tese de Doutorado em História Econômica, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2019.

prosperidade articulada à fusão “Grão-Pará Maranhão”. Além do nome em si, ressaltamos o fato de que três empresários portugueses estão à frente do projeto da empresa GPM, que também conta com a participação da empresa estatal alemã Deutsche Bahn (Justiça Global, 2024)¹⁰⁵.

No vídeo da empresa Grão-Pará Maranhão são anunciados 12 milhões de m² de “área útil” – em um contexto no qual a definição de “utilidade” da área está diretamente conectada com uma perspectiva empresarial-colonial através da qual os usos e a ocupação do território por comunidades tradicionais são completamente invisibilizados.

Múltiplas formas de violentar simultaneamente corpos e territórios marcam, portanto, ações governamentais e empresariais para “povoar” regiões há tempos habitadas; para “desenvolver” regiões cuidadosamente preservadas através de tecnologias ancestrais de subsistência. Doze milhões de m² de área útil para quem? A GPM afirma que o projeto servirá para transportar soja e outras *commodities* do agronegócio e da mineração para os Estados Unidos, a China e alguns países da Europa, mas, segundo as denúncias produzidas pela Articulação anti-Grão-Pará Maranhão, o principal produto a ser transportado é o minério de ferro extraído pela Vale S.A. na Serra dos Carajás, no estado do Pará.

Monocultura e mineração habitam inúmeras narrativas coloniais e, como bem analisa McClintock (2010)¹⁰⁶, o capital minerador também reinventa e é reinventado pelo “patriarcado branco” – uma das formas possíveis de nomear “homens brancos donos e supervisores de minas e plantações com pessoas escravizadas”, ou “homens brancos comandando navios e portando os rifles dos exércitos coloniais”, ou ainda “homens brancos europeus, [que], ao final do século XIX, eram donos e gerentes de 85% da

105JUSTIÇA GLOBAL. Após seminário, organizações entregam carta a autoridades pedindo suspensão do Projeto Grão-Pará Maranhão, 2024. Disponível em: <https://www.global.org.br/blog/apos-seminario-organizacoes-entregam-carta-a-autoridades-pedindo-suspensao-do-projeto-grao-para-maranhao/> Acesso em 28/01/2025.

106McCLINTOCK, Anne. *Couro imperial: raça, gênero e sexualidade no embate colonial*. Trad. Plínio Dentzien. Campinas: Editora da Unicamp, 2010.

superfície da Terra”. Perfil semelhante ou idêntico aos três homens aos quais o rei D. João III doou a capitania do Maranhão.

No documento destinado a João de Barros, D. João III diz:

A quantos esta minha carta virem faço saber que eu fiz ora doação e mercê a João de Barros, fidalgo de minha casa, para ele e todos seus filhos, netos, herdeiros e sucessores de juro e de herdade para sempre da capitania de oitenta léguas de terra na minha costa do Brasil. [...] Havendo nas terras da dita capitania costa, mares, rios e baías dela qualquer sorte de pedraria, pérolas, aljófar, ouro, prata, coral, cobre, estanho, chumbo ou outra qualquer sorte de metal, pagar-se-á a mim o quinto, do qual quinto haverá o capitão sua dízima, como se contém em sua doação, e ser-lhe-á entregue a parte que lhe na dita dízima montar ao tempo que se o dito quinto por meus oficiais para mim arrecadar. [...] O pau de brasil da dita capitania e assim qualquer especiaria ou drogaria de qualquer qualidade que seja que nela houver pertencerá a mim e será tudo meu e de meus sucessores sem o dito capitão nem outra alguma pessoa poder tratar nas ditas coisas nem em alguma delas lá na terra (Carta Foral assinada por Dom João III, rei de Portugal, em 1535, apud Chorão, 1999)¹⁰⁷.

Ainda que a localização de Alcântara (MA) não corresponda exatamente ao território demarcado em 1535 como a “Capitania de oitenta léguas de terra na minha costa do Brasil”, repetindo as palavras daquele que se autoneomeou dono da costa, é inevitável enxergar as figuras de Aires da Cunha, João de Barros e Fernando Álvares de Andrade nos três empresários portugueses que encabeçam a empresa GPM. Não é necessário muito exercício imaginativo para estreitar essa linha do tempo, afinal essa “geografia da extração de recursos” sobre a qual nos ensina Mbembe (2018)¹⁰⁸ é uma

107 CHORÃO, Maria José M. Doações e forais das capitanias do Brasil: 1534-1536. *Estudos e documentos*, 3. Lisboa: Instituto dos Arquivos Nacionais – Torre do Tombo, 1999. Disponível em: <http://id.bnportugal.gov.pt/bib/bibnacional/1697408> Acesso em 2/12/2024.

108 MBEMBE, Achille. *Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte*. São Paulo: n-1 edições, 2018.

das marcas da necropolítica em terras pindorâmicas desde a invasão até os dias de hoje¹⁰⁹.

No site da empresa¹¹⁰ é anunciado o falso “progresso” que pode ser trazido pelo empreendimento via “Terminal Portuário de Alcântara & estrada de ferro do Maranhão & hub energia verde”. A empresa GPM, com financiamento de um grupo alemão, executivos portugueses naturalizados brasileiros e apoiados pela elite política maranhense, demonstra na foto composta por uma maioria esmagadora de homens brancos¹¹¹ como o poder econômico opera no capitalismo em sua fase atual sob uma suposta face democrática.

Importante notar que as ideias sobre desenvolvimento, riqueza e responsabilidade ambiental e social são a base do convencimento capitalista para avançar sobre regiões que vão ser apresentadas como “só mato” antes da chegada “dos desbravadores”. Em si essas expressões, se olhadas a fundo, em pouco ou nada fazem menção às pessoas, sejam elas as viventes nos lugares, ou as que chegam para invadir, ocupar, “desbravar” e construir “o mundo novo”. Toda uma terminologia colonial que, já se sabe, vai reverter em violência contra a terra, contra as pessoas, com especificidades cruéis contra as mulheres.

Dizer que as terminologias do desenvolvimento são coloniais não significa expressar a violência atemporal, mas a violência racial generificada que, tal qual as “tecnologias”, se sofisticava e torna mais brutal ao passo que se mantém ainda invisibilizada, mesmo em tempos de redes sociais. Seja

109 Para uma análise sofisticada das marcas coloniais em ações governamentais nos territórios quilombolas de Alcântara (MA), ver SEREJO, Danilo. A atemporalidade do colonialismo: contribuições para entender a luta das comunidades quilombolas de Alcântara e a base espacial. São Luís – MA, UEMA/PPGCSPA/ PNCSA, 2020 e SEREJO, Danilo. SEREJO, Danilo A Convenção no 169 da OIT e a questão quilombola: elementos para o debate / Danilo Serejo. Rio de Janeiro: Justiça Global, 2022.

110 <https://graoparamaranhao.com/pt/>

111 <https://www.gov.br/mdr/pt-br/noticias/ministro-waldez-goes-conhece-projeto-que-vai-facilitar-acesso-de-cargas-do-centro-oeste-ao-norte-e-nordeste-do-pais>

nos séculos XVI e XVII, quando mulheres indígenas e negras eram estupradas pelos colonizadores e escravocratas europeus (Gonzalez, 2020)¹¹², seja no período mais recente, por exemplo, na implementação de Belo Monte, no Pará (Barroso, 2019)¹¹³, a violência sexual e a exploração das mulheres e meninas sob o véu do desenvolvimento seguem, material e fantasmagoricamente, assombrando a vida das comunidades. É importante ressaltar, como afirma a mesma autora: a violência contra as mulheres no caso dos grandes projetos de desenvolvimento não é uma consequência ou resultado, é determinante para que possam se constituir como tal.

Finalizamos nossa reflexão com o ensinamento de Francy Baniwa (2022)¹¹⁴, antropóloga da Terra Indígena Alto Rio Negro, município de São Gabriel da Cachoeira, no Amazonas, cuja produção intelectual é imprescindível para enfrentarmos a violência colonial dentro e fora da academia:

nosso território foi invadido pelos Yalanawi (Branços) / hoje vemos a presença de muitos pesquisadores que são nossos parceiros, mas há também aqueles que são nossos inimigos, como mineradores, madeireiros, pescadores e os do agronegócio que visam ao tal de desenvolvimento. Aquilo que aos nossos olhos é destruição. Nós temos a nossa própria ciência de pensar e cuidar do nosso território. O maior sonho dos mais velhos, pensadores, xamãs, parteiras e conhecedores é que pudéssemos ter nossa terra de volta, e mandar todas as pessoas que são contra os povos indígenas no navio de volta à sua terra.

112 GONZALEZ, Lélia. Por um Feminismo Afro-Latino-Americano: Ensaios, Intervenções e Diálogos. Rio Janeiro: Zahar, 2020.

113 BARROSO, Milena Fernandes. Violência estrutural contra mulheres em Belo Monte: o que os dados oficiais (não) revelam. *Em Pauta*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 43, p. 140-154, 1º sem. de 2019. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/viewFile/42509/29822>. Acesso em 16/01/2025.

114 BANIWA, Francy. Diversidade cultural e invisibilidade sobre os direitos indígenas In: BRASIL. Ministério do Turismo. Secretaria Especial da Cultura. *Cultura de direitos e cultura democrática: narrativas críticas*. Rio de Janeiro: Instituto Joaquín Herrera Flores – América Latina, 2022.

ABA PUBLICAÇÕES

 **CNPq**
Conselho Nacional de Desenvolvimento
Científico e Tecnológico

 **TRIBO
ILHA**
EDITORA

ISBN: 978-65-87289-61-8



9 786587 289618 >